

Retido

**Faculdade de Direito
da Universidade Católica Portuguesa**

**O Duplo Grau de Jurisdição
no Processo Penal Português.
Os Fundamentos Dogmáticos
do Novo Paradigma Judiciário.**

**Dissertação apresentada para obtenção
do grau de Doutor em Direito (Ciências Jurídicas)**

TOMO IV

Mestre Paulo Sérgio Pinto de Albuquerque

Sob a orientação do

Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias

**Faculdade de Direito
da Universidade Católica Portuguesa**

**O Duplo Grau de Jurisdição
no Processo Penal Português.
Os Fundamentos Dogmáticos
do Novo Paradigma Judiciário.**

**Dissertação apresentada para obtenção
do grau de Doutor em Direito (Ciências Jurídicas)**

**Mestre Paulo Sérgio Pinto de Albuquerque
Sob a orientação do
Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias**



Fontes de Arquivo e Bibliografia

As fontes de arquivo utilizadas são citadas separadamente.

A bibliografia desta dissertação obedece às seguintes regras:

As obras são citadas pelo método autor-data, que Umberto Eco aponta como o mais adequado para este género de dissertações universitárias, com vista a não sobrecarregar o texto da dissertação com as menções bibliográficas e a facilitar ao leitor a localização temporal rigorosa da obra no seu contexto científico.

Os nomes dos autores são citados no texto pelo modo mais comum na literatura sua coeva, mas surgem na bibliografia pela menção do último apelido (exemplos: Luís Osório surge como “Bátista, Luís Osório da Gama e Castro de Oliveira”, e Mello Freire surge como “Reis, Pascoal José de Mello Freire dos”).

Respeitou-se a grafia original dos nomes e dos textos, quer na bibliografia quer nas citações feitas na dissertação.

Quando um autor tem várias obras publicadas no mesmo ano, elas são diferenciadas acrescentando as letras do alfabeto à data das obras.

Quando um mesmo livro tem duas paginações ou mais, faz-se menção da página e da parte do livro em causa (exemplo: António Ribeiro dos Santos, 1844: 154, 164 a 168, notas ao título III). Quando não tem qualquer paginação, cita-se só a data (exemplo: a memória de 1876 de Augusto Pinto Osório).

As ordens do exército são citadas a partir da respectiva colecção oficial.

As portarias e ofícios do ministério da marinha e do ultramar são citados a partir da colecção oficial de legislação ultramarina.

As portarias e decretos dos governos das províncias ultramarinas são citados a partir dos Boletins Oficiais das respectivas províncias.

Os pareceres da Câmara Corporativa e da Comissão Constitucional são citados a partir das respectivas colectâneas.

As dissertações de licenciatura, doutoramento ou habilitação não publicadas são mencionadas com a indicação de “Diss.” e da Universidade onde foram apresentadas.

As lições universitárias coligidas por alunos são mencionadas em relação ao professor que as proferiu.

Os artigos de revista publicados ao longo de vários anos são citados pelo primeiro ano da respectiva publicação, com a menção do número da revista referente à passagem em questão (exemplo: Dias da Silva, 1989: n. 1422, p. 18).

As revistas, os dicionários e os comentários são citados de acordo com as seguintes siglas, que são as habituais:

APC – Archives de Politique Criminelle

AS - Análise Social

- BAPIC – Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia
 BFD – Boletim da Faculdade de Direito (da Universidade de Coimbra)
 BGC – Boletim Geral das Colónias
 BIC – Boletim dos Institutos de Criminologia
 BMJ – Boletim do Ministério da Justiça
 BOA – Boletim da Ordem dos Advogados
 BOMJ – Boletim Oficial do Ministério da Justiça
 BVerfGE – Entscheidungen des Bundesverfassungsgerichts
 D. – Recueil Le Dalloz, Hebdomadaire.
 DDC – Documentação e Direito Comparado
 DHEN – Dicionário de História do Estado Novo (org. Fernando Rosas e J. Brandão de Brito)
 DHP – Dicionário da História de Portugal (org. Joel Serrão)
 DJAP - Dicionário Jurídico da Administração Pública, na sua 2ª edição (org. José Pedro
 Fernandes)
 DJ – Direito e Justiça
 DtJ - Deutsche Justiz, Rechtspflege und Rechtspolitik
 GA – Goldammer's Archiv für Strafrecht
 GARL – Gazeta dos Advogados da Relação de Luanda
 GerS – Der Gerichtssaal
 GRL - Gazeta da Relação de Lisboa
 GRNG - Gazeta da Relação de Nova Goa
 GT - Gazeta dos Tribunaes
 História
 JE – Jornal do Exército
 JF – Jornal do Foro
 JJ – Jornal da Jurisprudência
 JP – Justiça Portuguesa
 JR – Juristische Rundschau
 JZ – Juristenzeitung
 KK-StPO – Karlsruher Kommentar zur Strafprozessordnung und zum Gerichtsverfassungsgesetz,
 na sua 4ª edição (org. Gerd Pfeiffer)
 Löwe-Rosenberg- StPO – Die Strafprozessordnung und das Gerichtsverfassungsgesetz,
 Grosskommentar, na sua 24ª edição (org. Peter Riess)
 MedC – A Medicina Contemporânea
 MschrKrimPsych – Monatsschrift für Kriminalpsychologie und Strafrechtsreform
 Mschr. f. Kriminalbiologie – Monatsschrift für Kriminalbiologie und Strafrechtsreform
 MschrKrim – Monatsschrift für Kriminologie und Strafrechtsreform
 O Direito
 Pfeiffer/Fischer-StPO – Strafprozessordnung Kommentar von Gerd Pfeiffer/Thomas Fischer,
 München, Beck, 1995.
 RCSC – Revista Crítica de Ciências Sociais
 RDES – Revista de Direito e Estudos Sociais
 RESC – Revista da Escola Superior Colonial
 RFDUL – Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 RFLUL – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
 RFP – Revista do Fôro Portuguez
 RGEU - Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos
 RIDC – Revue Internationale de Droit Comparé
 RIFD – Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto
 RLJ – Revista de Legislação e Jurisprudência
 RJ – Revista de Justiça
 RM – Revista Militar

RMP – Revista do Ministério Público
ROA – Revista da Ordem dos Advogados
RPCC – Revista Portuguesa de Ciência Criminal
RSC - Revue de Science Criminelle
RSCDPC – Revue de Science Criminelle et Droit Pénal Comparé
RT – Revista dos Tribunais
SI - Scientia Iuridica
VJ – A Vida Judiciária
ZRP – Zeitschrift für Rechtspolitik
ZStW – Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft

Fontes de Arquivo

Arquivo Histórico da Assembleia da República

“Código Penal Militar”, subscrito pelo Marquês de Campo Maior, o Conde de Sampaio, Martinho Dias Azedo e José Leite de Barros, de 11.2.1820.

“Synopsis e Bazes do Projecto de organização judiciária, pedindo a discussão destas Bazes como aquellas de que depende o desenvolvimento regulamentar da mesma Organização”, da Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, de 9.3.1836.

Arquivo Histórico da Marinha

“Artigos de Guerra para uso do serviço e Disciplina dos Navios d' Armada”, de 1836.

“Projecto do Código Penal para o Serviço da Armada”, de 11.1.1850

“Notas ao relatório e projecto emendado dos Artigos de Guerra, agora chamados Código penal para a Armada”, de António Manuel de Noronha.

Ofício do Supremo Conselho de Justiça Militar, na Secção de Marinha, de apresentação à Rainha do projecto de Código Penal para a Armada, de 17.5.1850.

Arquivo do Ministério da Justiça

Actas da Comissão Revisora do Código do Processo Penal, 1991.

Arquivo da Procuradoria Geral da República

“Anteprojecto de Código de Processo Penal”, de Adriano Vera Jardim e Manuel Maia Gonçalves, 1972.

Bibliografia

Abegg, Julius Friedrich Heinrich

1833: Lehrbuch des gemeinen Criminal-prozesses mit besonderer Berücksichtigung des Preussischen Rechts, Mit einer Abhandlung über die wissenschaftliche Behandlung des Criminal-Prozesses, Königsberg, Verlag der Gebrüder Bornträger.

1841: Beiträge zur Strafprocess-Gesetzgebung, Neustadt an der Orla, Verlag Karl Gottfried.

Abranches-Ferrão, Fernando de

1963: Inutilidade Prática da Instrução Contraditória, Lisboa, Jornal do Foro.

Abranches-Ferrão, Fernando de, e Francisco Salgado Zenha

1971: O Direito de Defesa e a Defesa do Direito, Contra-alegação para o STJ e algumas peças do processo, Lisboa.

Abranches-Ferrão, Fernando de, et al.

1974: Angolanos no Tarrafal, Alguns Casos de habeas corpus, Porto, Afrontamento.

Abreu, Armando de Castro e

1943: Dualismo ou Monismo dos Meios de Tutela Penal, Diss. da Faculdade de Direito de Lisboa.

Abreu, José Vasconcelos

1966: Para o Enquadramento do Instituto da Prisão Preventiva, Lisboa, Separata da ROA.

Abreu, Luiz Filipe de

1859: Dissertação Inaugural para o Acto de Conclusões Magnas: Se é justo e conveniente adoptar a deportação para pena; e, no caso affirmativo, em que termos, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1862: Estudos sobre o Projecto de Código Penal Portuguez, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Abreu, Manuel Gomes

1934: O Sistema Penitenciário Progressivo, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Abreu, Miguel de

1927: La Politique Coloniale et Internationale du Portugal, Lisbonne.

Abreu, Raul António Bessone d'

1932: Comentário ao Código de Processo Penal, Lisboa, Empresa Juridica Editora.

Abreu, Raul António Bessone d', e Eurico Simões Serra

1930: Formulário Penal, Volume II, Lisboa, Edição dos Autores, Depositaria Livraria Moraes.

Adickes

1907: Der englische Strafprozess und die deutsche Strafprozessreform, in MschrKrimPsych, 3 (1907), pp. 65 a 78.

1908: Zur Justizreform, in MschrKrimPsych, 4 (1908), pp. 1 a 25.

Afonso, Mário Augusto Fernandes

1964: O caso julgado e os despachos da abstenção de acusar proferidos pelo Ministério Público, in

SI, tomo XIII (1964), pp. 153 a 166.

Aguiar, Chaves de
1891: A Administração Colonial, Lisboa, Typographia Lisbonense.

Albrecht, Peter-Alexis, et al.
1992: Rechtsgüterschutz durch Entkriminalisierung: Vorschläge der Hessischen Kommission »Kriminalpolitik« zur Reform des Strafrechts, Baden-Baden, Nomos.

Albuquerque, J. Mouzinho de
1899: Moçambique, 1896 – 1898, Lisboa, Manoel Gomes, Editor.

Albuquerque, José Osório da Gama e Castro Saraiva de
1947 a: Instrução Contraditória. Conceito e Função, in BMJ n. 1, pp. 9 a 19.
1947 b: Interrogatório do arguido, Incomunicabilidade, Regime de detenção, in BMJ n. 3, pp. 95 a 99.

Albuquerque, Paulo Sérgio Pinto de
1994: Introdução à Actual Discussão sobre o Problema da Culpa em Direito Penal, Coimbra, Almedina.
1997: A Ausência do Arguido na Audiência de Julgamento em Processo Comum (Proposta de Revisão do Código de Processo Penal), in DJ, volume XI, 1997, pp. 203 a 242.
1998: Ein unausrottbares Mißverständnis, Bemerkungen zum strafrechtlichen Schuldbegriff von Jakobs, in ZStW, 110 (1998), pp. 640 a 657.
2000: Landesbericht Portugal, in Monika Becker und Jörg Kinzig (Hrsg.), Rechtsmittel im Strafrecht, Eine international vergleichende Untersuchung zur Rechtswirklichkeit und Effizienz von Rechtsmittel, Band 1/1, Freiburg, edition iuscrim, pp. 319 a 377.

Albuquerque, Ruy de, e Martim de Albuquerque
1998: História do Direito Português, I, 9ª edição, Lisboa.

Alcantara, João José de
1861: Legislação Militar de Execução Permanente até 31 de Dezembro de 1860, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional.

Allard, Albéric
1868: Histoire de la Justice Criminelle au seizième siècle, Gand, H. Hoste, Libraire-Éditeur.

Allason, Rupert
1983: The Branch, A History of the Metropolitan Police Special Branch, 1883-1983, London, Martin Secker & Warburg Ltd.

Allfeld, Philipp
1936: Zum Problem der Analogie im Strafrecht, in GerS, 107 (1936), pp. 309 a 315.

Almeida, António Lopes da Costa e
1856: Repertorio Remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar compreendida nos annos de 1317 até 1856, Lisboa, Imprensa Nacional.

Almeida, Cândido Mendes de
1866 a: Direito Civil Ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o Direito Canónico ou Collecção completa chronologicamente disposta desde a primeira dynastia portugueza até o

presente compreendendo, além do Sacrosanto Concilio de Trento ... missões, etc, etc. A que se adicionarão ... a jurisprudência civil ecclesiastica do Brasil, Tomo I, Primeira Parte, Rio de Janeiro, Garnier.

1866 b: Direito Civil Ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o Direito Canônico ou Collecção completa chronologicamente disposta desde a primeira dynastia portugueza até o presente compreendendo, além do Sacrosanto Concilio de Trento ... missões, etc, etc. A que se adicionarão ... a jurisprudência civil ecclesiastica do Brasil, Tomo I, Terceira Parte, Rio de Janeiro, Garnier.

1869: Auxiliar Juridico servindo de Appendice à Decima Quarta Edição do Codigo Philippino ou Ordenações do Reino de Portugal recopiladas por mandado de El-Rey D. Philippe I, Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico (reprodução fac-simile da Fundação Calouste Gulbenkian, 1985).

1870: Código Philippino ou Ordenações e leis do reino de Portugal recopiladas por mandado d' El-Rey D. Philippe I., Decima-Quarta Edição, segundo a primeira de 1603, e a nona de Coimbra de 1824, Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico.

Almeida, Carlota Pizarro de

2000 a: Modelos de Inimputabilidade, Da Teoria à Prática, Coimbra, Almedina.

2000 b: Despublicização do Direito Criminal, Lisboa, AAFDL.

Almeida, Dário Martins de

1977: O Livro do Jurado, Coimbra, Livraria Almedina.

Almeida, Emídio E. Ferreira de

1941: A Pena Fixa e a Pena Indeterminada, Setúbal, Tipografia Simões.

Almeida, Fortunato de

1922: História de Portugal, Tomo I, Desde os Tempos Prèistóricos até á Aclamação de D. João I (1385), Coimbra, Edição do Autor.

1925: História de Portugal, Tomo III, Instituições Políticas e Sociais de 1385 a 1580, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1927: História de Portugal, Tomo V, Instituições Políticas e Sociais de 1580 a 1816, Coimbra, Edição do Autor.

Almeida, Francisco José de

1822: Breve Exposição da Instituição do Jurado, das suas Vantagens, e dos Defeitos e Melhoramentos, de que he susceptivel, Lisboa, Imprensa Nacional.

Almeida, João Alcides de

1966: Valor do despacho que ordena o arquivamento de processo crime, in JF, ano 30 (1966), pp. 35 a 44.

Almeida Junior, João Mendes de

1920: O Processo Criminal Brasileiro, Volume I, 3ª Edição Augmentada, Rio de Janeiro, Typ. Baptista de Souza.

Almeida, L. P. Moitinho de

1972: Os Direitos e Deveres dos Advogados, in ROA, ano 32 (1972), pp. 99 a 134.

Almeida, Maria Rosa Lemos Crucho de

1971: O intervalo de reincidência após a libertação de um estabelecimento prisional, in BAPIC, n. 26 (1971), pp. 15 a 24.

Almeida, Simões de

1977: Do Processo de Ausentes (estudo não publicado).

Alsberg, Max

1913: Justizirrtum und Wiederaufnahme, Berlin, Dr. P. Langenscheidt Verlag.

1928: Mit welchen Hauptzielen wird die Reform des Strafverfahrens in Aussicht zu nehmen sein ?, in Schriftführer-Amt der ständigen Deputation, Verhandlungen des Fünfunddreißigsten Deutschen Juristentages (Salzburg), Erster Band: Gutachten, 1. Lieferung, Berlin, de Gruyter.

1930: Vorschläge zur Reform der Strafprozessordnung nebst Begründung, in ZStW, 50 (1930), pp. 73 a 103.

Alvares, José Manuel

1899: Formulário Civil, Criminal e Commercial, Parte II, Formulário Criminal, Coimbra, França Amado Editor.

Alves, Maria Manuela de Carvalho

1945: Medidas de Segurança - pressupostos, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Alves, Mário de Lima

1947: Habeas Corpus, Anotação ao acórdão do STJ de 17.12.1947, in JF, ano 11 ° (1947), pp. 255 a 266.

Amaral, António Caetano do

1945: Memórias, Memória V, Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Edição preparada e organizada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Lisboa, Livraria Civilização.

Amaral, Diogo Freitas de

1995: O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas, 1941-1975, Venda Nova, Livraria Bertrand.

Amelunxen, Clemens

1980: Die Revision der Staatsanwaltschaft, Lübeck, Verlag Schmidt-Römhild.

1982: Die Berufung in Strafsachen, Lübeck, Verlag Schmidt-Römhild.

Ancel, Marc

1950: Les Mesures de Sureté en Matière Criminelle, Rapport présenté au nom de la Commission spéciale d'études de la C.I.P.P., Melun, Impremierie Administrative.

1954: La Défense Sociale Nouvelle (Un Mouvement de Politique Criminelle Humaniste), Paris Éditions Cujas.

1956: Introduction Comparative aux Codes Pénaux Européens, Paris, Centre Français de Droit Comparé.

Andrada Junior, Ernesto Campos, e Paulo Cancellia d' Abreu

1917: Código do Processo Civil, Actas da comissão revisora do projecto do Código do Processo Civil (1.ª Revisão) coligidas e anotadas, Publicação Auctorizada pelo Ministerio da Justiça, Lisboa, Tipografia Universal.

1922: Código do Processo Civil, Actas da comissão revisora do projecto do Código do Processo Civil (Últimas Revisões, Projecto Definitivo e Emendas) coligidas e anotadas, Publicação Autorizada pelo Ministerio da Justiça, Lisboa, Tipografia Universal.

Andrade, Abel Pereira de

1917: Instrução Contraditória, in RFDUL, ano I, 1917, pp. 283 a 308.

1925 a: Curso de Processo Penal, Lições do Snr. Doutor Abel de Andrade na Faculdade de Direito de Lisboa, por V. J. Esteves Cardoso, Volume I, Lisboa.

1925 b: Direito Penal, Lições do Sr. Doutor Abel de Andrade na Faculdade de Direito de Lisboa, Volume II, Lisboa.

1925 c: Primeiras linhas de um curso de processo penal, in BIC, volume VII (1925), pp. 379 a 407.

1929: Crítica dos processos de diferenciação do ilícito penal, in BIC, volume X (1929), pp. 1 a 15.

1935: Processo Penal, segundo as prelecções do Professor Doutor Abel de Andrade no ano de 1934-35, Lisboa.

1949: A Eficácia Intrínseca da Lei Penal, in ROA, ano 9 (1949), ns. 3 e 4, pp. 53 a 68.

Andrade Filho, Abel de

1925: Estudos de Direito Penal, Lisboa, Tipografia Inglesa.

Andrade, Abel de, e Francisco Machado

1923: Degredo para a Província de Angola, in BIC, volumes II e III (1923), pp. 11 a 48.

Andrade, Joaquim Miguel de

1824: Memorial de Official da Guarda Real da Policia de Lisboa ou Epitome de noticias da Instituição, e Organização progressiva do Corpo. Ordem Interior. Policia, e Disciplina. Funções competentes em que se emprega Ordinarias, e as Extraordniarias. Castigos. Recompensas. Com hum Additamento o mais proprio para o Regulamento de Trpas commissionadas no Serviço da Segurança Publica. E o Plano da Creação dos Soldados Guardas-Barreiras Aggregados ao Mesmo Corpo. Extractado das leis organicas, e Compilado das Ordens do dito Corpo; e Artigos prescriptos por Auctoridades, cujas maximas derivão da reflectida experiencia, Lisboa, Typogr. de António Rodrigues Galhardo.

Andrade, José Robin de

1970: Crimes contra a segurança do Estado: liberdade caucionada, in JF, ano 34 (1970), pp. 183 a 186.

1977: Livro IV, Da Tramitação do Processo em Primeira Instância (estudo não publicado).

Andrade, Manuel da Costa

1983: O Novo Código Penal e a Moderna Criminologia, in Jornadas de Direito Criminal, O Novo Código Penal Português e Legislação Complementar, Fase I, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 1983, pp. 185 a 234.

1988: Consenso e Oportunidade (Reflexões a propósito da Suspensão Provisória do Processo e do Processo Sumaríssimo), in Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 317 a 358.

Andrade, Raul Moreira d'

1972: Independência do Poder Judicial perante o Poder Executivo, in SI, tomo XXI, 1972, pp. 506 a 513.

André, Adélio Pereira

1982: Sobre vícios instrutórios e poderes do juiz de instrução, in ROA, ano 42 (1982), pp. 795 a 818.

1983: Manual de Processo Penal, Procedimento Introdutório, Lisboa, Livros Horizonte.

Angermund, Ralph

1991: Deutsche Richterschaft 1919-1945, Krisenerfahrung, Illusion, politische Rechtsprechung, Frankfurt, Fischer.

Anónimo

1886: A desorganização judicial, in GRL, 2º ano, n. 36, pp. 297 a 300, n. 44, pp. 365 a 367.

1887 a: Desorganização Judicial, Brado a favor da Magistratura Judicial Portuguesa, Porto,

Typographia de Manoel José Pereira.

1887 b: Observações sobre a projectada organização judiciária, in GRL, 2 ° ano, n. 79, pp. 657 a 660.

1905: A Instituição do Jury, in Francisco Ferraz de Macedo, Galeria de Criminosos Celebres de Portugal, Historia da Criminologia Contemporanea, Volume VI, Lisboa, Empreza do Almanach Palhares, pp. 49 a 58.

Antonelli, Etienne

1925: Manuel de Législation Coloniale, Paris, Presses Universitaires de France.

Antunes, José Ricardo da Costa Silva

1895: Compilação da Legislação Penal Militar Portuguesa, desde 1446 até 30 de Junho de 1895, Lisboa, Imprensa Nacional.

Antunes, M. A. Ferreira

1983: A Polícia Judiciária e o Ministério Público, in BMJ, n. 323, pp. 51 a 76.

Antunes, Maria João

1993: O Internamento de Imputáveis em Estabelecimentos destinados a Inimputáveis (os arts. 103, 104 e 105 do Código Penal de 1982), Coimbra, Coimbra Editora.

Aragão, Francisco Alberto Teixeira de

1824: A Instituição do Jury Criminal, Rio de Janeiro, Typographia de Silva Porto e Companhia.

Arantes, Tito

1957: A oralidade e alguns problemas dela derivados, in ROA, ano 17 (1957), pp. 267 a 284.

Araújo, António de

2000: A jurisdição militar (do Conselho de Guerra à revisão constitucional de 1997), in Jorge Miranda e Carlos Blanco de Moraes (org.), O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 529 a 582.

Araújo, Laurentino da Silva, e Gelásio Rocha

1972: Código de Processo Penal Anotado e legislação Complementar, Coimbra, Almedina.

Arbeitskreis Deutscher und Schweizer Strafrechtslehrer

1974: Entwurf eines Gesetzes gegen Ladendiebstahl (AE-GLD), Tübingen, Mohr.

1975: Entwurf eines Gesetzes zur Regelung der Betriebsjustiz, Tübingen, Mohr.

1980: Alternativ-Entwurf Novelle zur Strafprozeßordnung, Strafverfahren mit nichtöffentlicher Hauptverhandlung, Tübingen, Mohr.

1985: Alternativ-Entwurf Novelle zur Strafprozeßordnung, Reform der Hauptverhandlung, Tübingen, Mohr.

Arbeitskreis Deutscher, Österreichischer und Schweizerischer Strafrechtslehrer

1992: Alternativ-Entwurf, Wiedergutmachung, München, Beck.

Arriaga, Manuel d'

1889: O systema penitenciario, quando exclusivo e único, abrangerá os phenomenos mais importantes da criminalidade, e, não os abrangendo, converter-se-há n' uma instituição contraproducente e nefasta ?, Lisboa, Imprensa Nacional.

Aschaffenburg, Gustav

1904: Crime e Repressão, Psychologia Criminal para Medicos, Jurisconsultos e Sociologos, Contribuição para a Reforma da Legislação Penal, Tradução da Edição Allemã de 1903 (Heidelberg) por S. Gonçalves Lisboa, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

Aschrott, P. F.

1906: Die Reform des Strafprozesses, in P. F. Aschrott (hrsg.), Reform des Strafprozesses, Kritische Besprechungen der von der Kommission für die Reform des Strafprozesses gemachten Vorschläge, Berlin, J. Guttentag Verlagsbuchhandlung, pp. 46 a 120.

1908: Der Entwurf einer StPO und Novelle zum Gerichtsverfassungsgesetz kritisch besprochen, Berlin, Berlin, J. Guttentag Verlagsbuchhandlung.

Assumpção, Seraphim de Santa Clara

1899: Contencioso Fiscal (Decreto n. 2 de 27 de setembro de 1894) Annotado com toda a legislação posteriormente publicada, contendo uma tabella para applicação de addiconaes em multas por transgressões dos regulamentos fiscaes, e sua divisão, Portalegre, Typ. Minerva Central.

1903: Codigo do Contencioso Fiscal Coordenado e Annotado, Porto, Typographia Occidental.

1904: Manual do Processo Contencioso Fiscal, 2.ª Parte, Porto, A Polytechnica – Livraria Editora.

Aubry, Pierre

1909: La Colonisation et les Colonies, Paris, Octave Doin et Fils, Éditeurs.

Augier, J.

1913: De la Compétence des Conseils de Guerre en Temps de Guerre, Paris, Librairie de la Société du Recueil Sirey.

Augier, J., e Gustave Le Poittevin

1905: Traité Théorique et Pratique de Droit Pénal Militaire, Tome Premier, Paris, Librairie de la Société du Recueil Général des Lois & des Arrêts.

1915: Traité des Recours en Revision contre les Jugements des Conseils de Guerre en Temps de Guerre, Organisation, Procédure, Moyens de Cassation, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

Augusto, António Ferreira

1885: Reformas Urgentes do Ministério da Justiça sob o Ponto de Vista Judiciário, Porto, Typographia do «Dez de Março».

1887: Breves Considerações ácerca da Proposta d' Organização Judiciaria do Ex. mo Ministro da Justiça, o Snr. Conselheiro Francisco António de Veiga Beirão, Porto, Typ. de Arthur José de Sousa & irmão.

1894: Alienados Criminosos, Cadeias, Serviços Medico Legaes e Toxicologicos, Pessoal Judiciario dos Tribunaes Criminaes, Reforma e reorganização d' estes e d' outros Serviços Judiciarios, Porto, Imprensa Commercial.

1905 a: Anotações á Legislação Penal mais importante e que não está codificada, Primeiro Volume, Coimbra, J. Moura Marques Editor.

1905 b: Anotações á Legislação Penal mais importante e que não está codificada, Segundo Volume, Coimbra, J. Moura Marques Editor.

1906: Anotações ás Circulares Expedidas quando Procurador Regio junto da Relação do Porto, Porto, Typographia Universal.

Azevedo, Amândio Anes de

1958: Assistência social das prisões, in BAPIC, n. 2 (1958), pp. 15 a 86.

Azevedo, António Emílio d' Almeida

1908: Reforma Judiciaria, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, editores.

Azevedo, Luís Eloy

2001: Magistratura Portuguesa, Retrato de uma mentalidade colectiva, Lisboa, Edições Cosmos.

Azevedo, Luiz Carlos

1996: Origem e Introdução da Apelação no Direito Lusitano, in Moacyr Lobo da Costa e Luiz Carlos Azevedo, Estudos de História do Processo, Recursos, São Paulo, FIEO / Joen Editora, pp. 11 a 112.

Bader, Karl

1956: Die Wiederherstellung rechtsstaatlicher Garantien im deutschen Strafprozess nach 1945, in AAVV, Strafprozess und Rechtsstaat, Festschrift zum 70. Geburtstag von Prof. Dr. Pfenninger, Zürich, Schulthess & CO AG, 1956, pp. 1 a 14.

Bacelar, Armando

1972: A Intervenção do Advogado no Processo Criminal, in ROA, ano 32 (1972), pp. 598 a 604.

Bacelar, João

1923: A individualização das penas, in BIC, volumes II e III (1923), pp. 1 a 10.

1924: Repressão penal, in BIC, volume IV (1924), pp. 1 a 10.

Baptista, Frederico Carvalho de Almeida

1958: Reclamação (Art. 27 ° do Decreto-lei n. 35.007), in SI, tomo VII (1958), pp. 415 a 422.

Baptista, Vasco Miranda

1945: O Processo Criminal Militar na fase do Corpo de Delito, Lisboa, Sociedade Astória.

Barbosa, Honório José

1946: O Processo Criminal e Civil no Julgado Instrutor e no Tribunal Privativo dos Indígenas, Guiné, Governo da Colónia da Guiné.

Barbosa, Joaquim José de Azevedo

1933: Medidas de Segurança, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Barreiros, José António

1978: Processo Penal, Apontamentos das lições ministradas ao 5 ° ano jurídico (1977/78), Lisboa, Gadjúris.

1980: As instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história, in AS, vol. XVI, 1980, 3., pp. 587 a 612.

1981 a: Processo Penal I, Coimbra, Almedina.

1981 b: Intervenções, in Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, A Revisão Constitucional, o Processo Penal e os Tribunais, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp. 66 a 70, 124 a 127.

1981 c: Polícia e Magistratura, Algumas Reflexões, in ROA, ano 41 (1981), pp. 511 a 530.

1982 a: Criminalização política e defesa do Estado, in AS, vol. XVIII, 1982, 3., 4., 5., pp. 813 a 828.

1982 b: La phase préparatoire du procès pénal au Portugal, in BMJ, n. 321, pp. 121 a 129.

1983 a: Os Novos Critérios Penais: Liberalismo Substantivo, Autoridade Processual, in BOA, ano 12, 1983, pp. 7 a 13.

1983 b: Programa para um estatuto do Ministério Público, in ROA, ano 43 (1983), pp. 157 a 178.

1983 c: O Futuro do Processo Criminal, in RMP, ano 4 ° (1983), volume 15, pp. 75 a 106.

1985: Processo Penal: os Anos do Fim, in BMJ, n. 343, 1985, pp. 5 a 47

1988 a: A Nova Constituição Processual Penal, in ROA, ano 48, 1988, pp. 425 a 448.

1988 b: O Julgamento no Novo Código de Processo Penal, in O Novo Código de Processo Penal, Coimbra, Almedina, 1988, pp. 271 a 287.

1989: Manual de Processo Penal, Lisboa, Universidade Lusíada.

1997: Sistema e Estrutura do Processo Penal Português, II Volume, Edição do Autor.

Barreto, Domingos Alves Branco Moniz

1812: Índice Militar de todas as Leis, Alvarás, Cartas Regias, Decretos, Resoluções, Estatutos, e Editas promulgados desde o Anno de 1752, até o Anno de 1810 com as curiosas declarações da maior parte das Ordens, Cartas Regias, e Provisões, expedidas, particularmente para o Brasil, desde o anno de 1616 em diante, Rio de Janeiro, Impressão Regia.

1815: Índice pelas Materias, Civil, Criminal, Orphanologico, e de Finanças das Leis, Alvarás, Decretos, Cartas Regias, Avisos, Regimentos, Provisões Regias, Foraes, Editas, Resoluções, Sentenças, Tratados de Paz, e de Commercio, e Assentos das Cazas da Supplicação, e do Porto. Offerecido a sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor com dous Appendices: 1 ° da Legislação promulgada na Côte do Brazil. II ° Que contém hum Roteiro do Processo com a norma das Petições que se devem fazer, não só quando se propoem as Demandas, mas pelo decurso dellas, e com algumas notas instructivas a respeito do Fôro, Rio de Janeiro, Impressão Regia.

Barreto, Mascarenhas

1979: História da Polícia em Portugal, Polícia e Sociedade, Braga Editora.

Barros, Fernando de Araújo

1963: Uma Ilegalidade Institucionalizada ?, Separata da ROA.

Barros, Henrique da Gama

1945: História da Administração Pública em Portugal nos seculos XII a XV, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, tomo II, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

1946: História da Administração Pública em Portugal nos seculos XII a XV, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, tomo III, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

1954: História da Administração Pública em Portugal nos seculos XII a XV, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, tomo XI (edição póstuma), Lisboa, Livraria Sá da Costa.

Barros, Soreto de

1984: Execução da pena (O Coração do Problema Penal), in RMP, ano 5 ° (1984), volume 17, pp. 9 a 41, e volume 18, pp. 9 a 52.

Bartsch, Hans-Jürgen

1969: Einstellung gegen Busszahlung – Unzulässiger Freikauf von der Strafsanktion, in ZRP, 6/1969, pp. 128 a 130.

Bátista, Luís Osório da Gama e Castro de Oliveira

1920: Legislação sobre o Processo Penal com Notas, Porto, Tipografia Sequeira, Limitada.

1922: Vadios e delinquentes habituais, Competência para o seu julgamento, in RJ, ano 6 ° (1922), n. 143, pp. 353 e 354.

1923: Notas ao Código Penal Português, Segunda Edição, volume primeiro, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.

1932 a: Comentário ao Código do Processo Penal Português, 1º volume, Coimbra, Coimbra Editora, Lim.

1932 b: Comentário ao Código do Processo Penal Português, 2º volume, Coimbra, Coimbra Editora, Lim.

1932 c: Comentário ao Código do Processo Penal Português, 3º volume, Coimbra, Coimbra Editora, Lim.

1933 a: Comentário ao Código do Processo Penal Português, 4º volume, Coimbra, Coimbra Editora, Lim.

1933 b: Comentário ao Código do Processo Penal Português, 5º volume, Coimbra, Coimbra Editora, Lim.

1934: Comentário ao Código do Processo Penal Português, 6º volume, Coimbra, Coimbra Editora, Lim.

Bauer, Anton

1835: Lehrbuch des Strafprocesses, Göttingen, Dieterichschen Buchhandlung.

1842: Von der Vor- und Hauptuntersuchung, in Anton Bauer, Abhandlungen aus dem Strafrechte und dem Strafprocesse, Zweiter Band, Göttingen, Dieterichschen Buchhandlung, pp. 167 a 254.

Baumann, Jürgen

1972: Grabgesang für das Legalitätsprinzip, in ZRP, 12/1972, pp. 273 a 275.

Beattie, J. M.

1986: Crime and the Courts in England, 1660-1800, Oxford, Clarendon Press.

Beccaria

1823: Des Delits et des Peines, traduit par J. A. S. Collin de Plancy, avec des observations et des notes de divers commentateurs, Paris, Collin de Plancy, Editeur.

Becker, Walter

1935: Die entsprechende Anwendung der Strafgesetze, in GerS, 106 (1935), pp. 432 a 444.

1937: Die Zukunft der richterlichen Voruntersuchung, in GerS, 109 (1937), pp. 175 a 184.

1938: Die Zukunft der Sondergerichtsbarkeit, Gedanken und Vorschläge zur Strafrechtsreform, in GerS, 111 (1938), pp. 190 a 205.

Beese, Wilhelm

1938: Der Grundsatz der Öffentlichkeit im deutschen Strafprozess, Diss.München.

Beirão, Francisco António da Veiga

1887: Organização Judicial, proposta apresentada à Camara dos Senhores Deputados em sessão de 9 de Julho de 1887, Lisboa, Imprensa Nacional.

Beleza, José Manuel Merêa Pizarro

1968: Pena Indeterminada, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Beleza, Teresa Pizarro

1983: O Mito da Recuperação do Delinquentes no Discurso Punitivo do Código Penal de 1982, in RMP, ano 4º (1983), volume 16, pp. 9 a 42.

Beling, Ernst

1894: Die Wiedereinführung der Berufung in Strafsachen, Breslau, Schletter' sche Buchhandlung.

1916: Die Vereinfachung des Strafverfahrens durch die Bundesratsverordnung vom 7. Oktober 1915, RGBL. S. 631, in ZStW, 37 (1916), pp. 257 a 272.

1928: Deutsches Strafprozeßrecht mit Einschluß des Strafgerichtsverfassungsrechts, Berlin, Walter de Gruyter.

1943: Derecho Procesal Penal, Traducción del alemán y notas por Miguel Fenech, Barcelona, Editorial Labor.

Belo, Joaquim Veludo Mendes

1963: A Personalidade do Delinquente, Importância do seu Estudo: antes, durante e depois da condenação, Separata do 11º volume do BAPIC.

Bentham, Jeremias

1829: *Traité des Preuves Judiciaires*, in *Oeuvres*, II, Bruxelles, Louis Hauman et Compagnie, Librairies, pp. 239 a 481.

1830: *De l' Organisation Judiciaire*, in *Oeuvres*, III, Bruxelles, Louis Hauman et Compagnie, Librairies, pp. 1 a 86.

Bento, José Caldeira Messias

1973: *O arguido e o suspeito na instrução penal*, *Breves Reflexões a propósito do Dec.-Lei n. 185/72*, de 31 de Maio, in *SI*, tomo XXII (1973), ns. 124 e 125, pp. 603 a 633.

Benz, Heribert

1977: *Reform der Rechtsmittel in Strafsachen*, in *ZRP*, 3/1977, pp. 58 a 61.

Berndt, Erich

1931: *Untersuchungsrichter oder Staatsanwalt ?*, in *ZStW*, 51 (1931), pp. 720 a 742.

Bertin

1863: *Des Réformes de l' Instruction Criminelle, Observations générales, Instruction préparatoire, Détention préventive, Secret, Mise en Liberté sous caution, Prise à partie, Juge Unique, Jury d' accusation, Conclusion*, Paris, *Journal de Droit*.

Bertrand, Edm., e Ch. Lyon Caen

1875: *Code d' Instruction Criminel Autrichien, Traduit et Annoté*, Paris, *Imprimerie Nationale*.

Best, Werner

1941: *Die deutsche Polizei*, Darmstadt, L. C. Wittich Verlag.

Bettermann, Karl August

1958: *Die Unabhängigkeit der Gerichte und der gesetzliche Richter*, in *Karl August Bettermann et al., Die Grundrechte, Handbuch der Theorie und Praxis der Grundrechte*, Berlin, *Duncker & Humblot*, pp. 523 a 642.

Bettiol, Giuseppe

1979: *Colpa d' autore e certezza del diritto*, in *Arthur Kaufmann et al., Festschrift für Paul Bockelmann zum 70. Geburtstag*, München, *Beck*, pp. 333 a 341.

Beulke, Werner

1982: *Neugestaltung der Vorschriften über die Öffentlichkeit des Strafverfahrens ?*, in *JR*, 1982, pp. 309 a 316.

Biléu, Maria Margarida Correia

1995: *Diogo Inácio de Pina Manique. Intendente Geral da Polícia: inovações e persistências*, Diss. da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Billiard, A.

1899: *Politique et Organisation Coloniales (Principes Généraux)*, Paris, V. Giard E. Brière Librairies-Éditeurs.

Binding, Karl

1915 a: *Die drei Grundfragen der Organisation des Strafgerichts*, in *Strafrechtliche und strafprozessuale Abhandlungen, Zweiter Band*, München, *Duncker & Humblot*, 1915, pp. 3 a 137.

1915 b: Die Strafprozeßprinzipien und das Maß ihrer prozeßgestaltenden Kraft, in Strafrechtliche und strafprozessuale Abhandlungen, Zweiter Band, München, Duncker & Humblot, 1915, pp. 167 a 212.

Birkmeyer, Karl

1898: Deutsches Strafprozeßrecht mit eingehender Bezugnahme auf die preußischen und bayerischen Ausführungsbestimmungen und unter Berücksichtigung des österreichischen Strafprozeßrechts, Berlin, Müller.

Blackstone, William

1787: Commentaries on the Law of England, Book the Fourth, The Tenth Edition, with the Last Corrections of the Author, additions by Richard Burn, LL.D. and continued to the present time by John Williams, Esq., London, A. Strahan.

Blankenburg, Erhard, et al.

1978: Die Staatsanwaltschaft im Prozeß strafrechtlicher Sozialkontrolle, Berlin, Duncker & Humblot.

Blau, Günter

1969: Die Teilung des Strafverfahrens in zwei Abschnitte. Schuldpruch und Strafausspruch, in ZStW, 81 (1969), pp. 31 a 48.

Blau, Günter, e Einhard Franke

1984: Diversion und Schlichtung, in ZStW, 1984, pp. 485 a 501.

Bleckmann, Albert

1997: Staatsrecht II, Die Grundrechte, 4., neu bearbeitete Auflage, Köln, Carl Heymanns Verlag.

Boberach, Heinz

1975: Richterbriefe, Dokumente zur Beeinflussung der deutschen Rechtssprechung 1942-1944, Boppard am Rhein, Harald Boldt Verlag.

Bockelmann, Paul

1941: Tatstrafe und Täterstrafe, insbesondere im Kriegsstrafrecht, III, Aussprache, in ZStW, 60 (1941), pp. 417 a 423.

Bombarda, Miguel

1896: Lições sobre a Epilepsia e as Pseudo-Epilepsias, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira – Editor.

Bonnier, Édouard

1853: Éléments d' Organisation Judiciaire précédés d' une Introduction sur la Législation Nouvelle, Paris, Librairie de Plon Frères.

Borges, António José G. G.

1980: História da Polícia do Porto, Porto, Tipografia da PSP.

Borges, José Ferreira

1826: Dissertações Jurídicas. Dissertação primeira ácerca do artigo 126 da Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, Londres, L. Thompson.

1835: Das Fontes, Especialidade e Excellencia da Administração Commercial segundo o Codigo Commercial Portuguez, Porto, Typographia Commercial Portuensa.

Borges, J. Marques, e A. Proença Fouto
1978: Inquérito Policial, Inquérito Preliminar, Comentário ao Decreto-Lei 377/77 de 6 de Setembro, Amadora, Peres Artes Gráficas.

Boré, Jacques
1985: La Cassation en Matière Pénale, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

Bottelho
1790: Discursos Juridicos em que se contém varias Materias uteis aos principiantes com os Assentos da Caza da Supplicação, Lisboa, Officina da Antonio Gomes.

Bottke, Wilfried
1981: Bemerkungen zur Gerichtshilfe für Erwachsene, in MschrKrim, 63 (1981), pp. 62 a 81.

Bougon, André
1900: De la Participation du Jury a l' Application de la Peine, Paris, Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence.

Boulier, Jean
1962: Les juges nazis dans l' appareil d' Etat de la republique fédérale allemande, Bruxelles, Editions de l' Association des Juristes Démocrates.

Bouloc, Bernard
1965: L' Acte d' Instruction, Paris, Librairie Générale de Droit et de Juisprudence.

Bourdeaux, M. Henry
1931: Code d' Instruction Criminelle Annoté d' après la Doctrine et la Jurisprudence, 29 édition revue, corrigée et augmentée, Paris, Dalloz.

Boys, Albert du
1874 a: Histoire du Droit Criminel de la France depuis le XVI jusqu' au XIX siècle, comparé avec celui de l' Italie, de l' Allemagne et de l' Angleterre, Première et Deuxième Parties, Paris, Durand et Pédone Lauriel.

1874 b: Histoire du Droit Criminel de la France depuis le XVI jusqu' au XIX siècle, comparé avec celui de l' Italie, de l' Allemagne et de l' Angleterre, Troisième et Quatrième Parties, Paris, Durand et Pédone Lauriel.

Braga, Theophilo
1868: Historia do Direito Portuguez, Os Foraes, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Brandão, Fernando Brochado
1973: Os juizes de Instrução Criminal (Um problema de organização judiciária), Porto, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados.

Branco, A. R. O. Lopes
1873: Relatorio da Presidencia da Relação de Lisboa do Anno de 1872, Lisboa, Lallement Frères Typ..

Branco, Alves
1949: Conversão da pronúncia provisória em definitiva, in RJ, ano 33 ° (1949), pp. 145 a 147, 161 a 164.

Branco, António d' Azevedo Castello

1888: Estudos Penitenciarios e Criminaes, Lisboa, Typographia Casa Portugueza.

1891: Cadeias e Manicomios, Uma Reforma Necessaria, Lisboa, Imprensa Minerva.

Branco, Carlos de Magalhães Castello

1783: Pratica Criminal do Foro Militar, para as Auditorias, e Concelhos de Guerra, Lisboa, Officina da Academia das Sciencias.

Braum, Stefan

1996: Geschichte der Revision im Strafverfahren von 1877 bis zur Gegenwart, Frankfurt, Lang.

Brazão, Arnaldo

1931: Protecção aos menores delinquentes, Marcha evolutiva da legislação portugueza, in BIC, volume XV (1931), pp. 339 a 351.

Brito, José Sousa e

1986: Sobre o conceito de «pena maior», in RMP, ano 7 ° (1986), n. 28, pp. 25 a 34.

Brito, Mário de

1996: Poderes de cognição do tribunal e garantias de defesa (Comentário a três acórdãos do Tribunal Constitucional), in RMP, ano 17 ° (1996), n. 65, pp. 35 a 57.

Bröll, Helmut

1964: Das Rechtliche Gehör im Strafprozess unter besonderer Berücksichtigung der verfassungsrechtlichen Einflüsse, Diss. München.

Brüggemann, Jürgen

1971: Die Richterliche Begründungspflicht - Verfassungsrechtliche Mindestanforderungen an die Begründung gerichtlicher Entscheidungen, Berlin, Duncker & Humblot.

Brünneck, Alexander von

1983: Die Justiz im deutschen Faschismus, in AAVV, Der Unrechts-Staat: Recht und Justiz im Nationalsozialismus, 2. Auflage, Baden-Baden, Nomos, 1983, pp. 108 a 122.

Bruns, Hans-Jürgen

1941: Über Häufung und Auswahl konkurrierender Sicherungsmassregeln (§ 42 n StGB.), in ZStW, 60 (1941), pp. 474 a 551.

Buisson, Henry

1950: La Police, Son Histoire, 3. édition, Vichy, Imprimerie Wallon.

Bund - Länder - Arbeitsgruppe "Strafverfahrensreform"

1975 - Diskussionsentwurf für ein Gesetz über die Rechtsmittel in Strafsachen (DE - Rechtsmittelgesetz), Im Auftrag der Konferenz der Justizminister und - senatoren, Dezember 1975.

Bundesministerium der Justiz

1971 - Referenten-Entwurf eines Gesetzes zur Neugliederung der ordentlichen Gerichtsbarkeit (Erstes Justizreformgesetz).

1983 - Referenten-Entwurf eines Gesetzes zur Änderung strafverfahrensrechtlicher Vorschriften (Strafverfahrensänderungsgesetz 1983 - StVÄG 1983), Stand: 30. September 1982.

Bunyan, Tony

1976: *The History and Practice of the Political Police in Britain*, London, Julian Friedmann Publishers Ltd.

Burdeau, Georges

1966: *Les Libertés Publiques*, troisième édition, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

Burgmüller, Burkhard

1989: *Das Beruhen des Urteils auf der Gesetzesverletzung als Regulativ im Revisionsrecht*, Diss. Berlin.

Busch, Richard

1938: *Zur Neuordnung des Strafverfahrensrechts*, in *Mshr. f. Kriminalbiologie*, 29 (1938), pp. 88 a 94.

1939: *Wesenszüge des kommenden Strafverfahrens*, in *Mshr. f. Kriminalbiologie*, 30 (1939), pp. 193 a 203, 235 a 241.

Cabêdo, Jorge de

1602: *Prima Pars Decisionum Senatus Regni Lusitanae*, Olisipone, Officina Georgii Rodriguez.

1604: *Secunda Pars Decisionum Senatus Regni Lusitanae, in Qua de Donationibus regijs circa iurisdictionalia, & iura regalis tractatur*, Olisipone, Officina Petri Crasbeeck.

Cabral, Antero, e Abel dos Santos

1958: *Legislação sobre Géneros Alimentícios e Infracções Antieconómicas actualizada e anotada*, Lisboa, Tip. Das Escolas Profissionais Salesianas.

Cabral, António Augusto Pereira

1925: *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas da Província de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional.

Cabral, António Vanguerve

1757: *Pratica Judicial, Muyto Util, E Necessaria Para os que principiaõ os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitaõ causas nos Auditorios de hum, e outro foro, Tirada de Varios Authores Praticos e dos estylos mais praticados nos Auditorios. Com a Nova reformaçam da Justiça e nesta Ultima Impressam Correcta, Emendada, E Accrescentada com todas as sete partes hum novissimo Index geral alphabetico de toda a obra*, Coimbra, Officina de Francisco de Oliveira.

Cabral, José de Alpoim Borges

1899: *Projecto de Código de Processo Penal* (não publicado)

Caetano, Marcello

1934: *Direito Público Colonial Português, segundo as lições do Professor Doutor Marcelo Caetano, coligidas por Mário Neves*, Lisboa.

1936: *Perspectivas da política, da economia e da vida colonial*, Lisboa, Livraria Moraes.

1937: *Lições de Direito Penal*, Lisboa.

1938: *La Dottrina Politico-Sociale di Salazar e lo Spirito del Nuovo Stato Portoghese, Estratto della RIFD, anno XVIII, Fasc. IV-V, Roma.*

1939 a: *Lições de Direito Penal, Súmula das prelecções feitas ao cuso do 4º ano jurídico no ano lectivo de 1938-39*, Lisboa, Empresa de O Jornal do Comércio e das Colónias.

1939 b: *A analogia em direito penal*, in *O Direito*, 71º ano (1939), pp. 3 a 10.

1948: *Portugal e o Direito Colonial Internacional*, Lisboa, Edição do Autor.

1949: *Estatuto dos Funcionários Cívicos, Legislação coordenada, anotada e revista*, 3ª edição

actualizada e muito melhorada, Coimbra, Coimbra Editora.

1951: *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1957: *A Constituição de 1933, Estudo de Direito Político*, 2.ª Edição contendo o Texto da Constituição, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.

1965: *Recepção e Execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal*, in RFDUL, volume XIX (1965), p. 7 a 52.

1967 a: *O Conselho Ultramarino, Esboço da sua história*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967.

1967 b: *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 5ª edição revista e ampliada, Lisboa, Coimbra Editores.

1972: *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª edição revista e ampliada por Miguel Galvão Telles, tomo II, *Direito Constitucional Português*, Lisboa, Coimbra Editora.

1974: *Depoimento*, Distribuidora Record, Rio de Janeiro.

1976: *O 25 de Abril e o Ultramar, Três Entrevistas e Alguns Documentos*, Lisboa, Verbo.

1981: *Historia do Direito Português, Fontes - Direito Público (1140-1495)*, Lisboa, Verbo.

1985: *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Verbo.

Calamandrei, Piero

1920: *La Cassazione Civile, Volume I, Storia e legislazione*, Milano, Fratelli Boca Editori.

Calisto, João Maria Baptista

1860: *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e sua Refórma*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Calmon, Pedro

1959: *História do Brasil, Século XVIII – Conclusão, Riquezas e Vicissitudes, Século XIX, O Império e a Ordem Liberal, Volume IV*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra.

Câmara, Henrique de Brito

1941: *Organização Prisional (Decreto-Lei n. 26.643, de 28 de Maio de 1936) com: Legislação, Doutrina, Jurisprudência, Circulares, Notas e Índices auxiliares de consulta*, Coimbra, Livraria Gonçalves.

Campinos, Jorge

1975: *A Carta Constitucional de 1826*, Lisboa, Decibel.

Campos, Abel de

1948: *Trabalhos Forenses*, Coimbra, Coimbra Editora.

1951: *Notas sobre Processo Penal (Generalidades)*, in SI, tomo I (1951), n. 1, pp. 92 a 98, n. 2, pp. 193 a 197, n. 3, pp. 302 a 309, e tomo II (1952), n. 5, pp. 82 a 88, e n. 8, pp. 404 a 407, e tomo III (1953-1954), n. 14, pp. 651 a 654.

Campos, António de

1960: *Posição processual e dever funcional que ficará reservado ao M.P., no caso de ter sido recebida por decisão com trânsito em julgado acusação por crime público tão somente deduzida pelo assistente*, in RDES, ano XI, 1960, pp. 189 a 224.

Campos, Eurico de

1919: *Código Policial (Anotações)*, 2.ª Edição, Coimbra, F. França Amado, Editor.

1924: *A Reorganização da Polícia*, in BIC, volume V (1924), pp. 427 a 430.

1928: *Manual de Investigação Criminal*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora.

- Cannat, Pierre
 1942: *Nos Frères Les Récidivistes, Esquisse d' une politique criminelle fondée sur le reclassement ou l' élimination des délinquants*, Paris, Librairie du Recueil Sirey.
 1946: *Droit Pénal et Politique Pénitentiaire au Portugal*, Paris, Librairie du Recueil Sirey.
- Canotilho, J. J. Gomes, e Vital Moreira
 1978: *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora.
 1984: *Constituição da República Portuguesa Anotada, 2ª edição revista e ampliada, 1º volume*, Coimbra, Coimbra Editora.
 1993: *Constituição da República Portuguesa Anotada, 3ª edição revista*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Cantista, Renato Teixeira Lopes
 1940: *Posição de Alguns problemas sobre os Crimes de Contrabando e Descaminho*, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.
- Cardoso, Constantino de Menezes
 1951: *A Repressão Penal e o Pensamento Filosófico Contemporâneo (Ensaio)*, Lousã, Gráfica da Lousã.
- Cardoso, Eurico Lopes
 1958: *A oralidade e a apelação no nosso processo civil*, in *BMJ*, n. 80, 1958, pp. 203 a 226.
- Cardoso, Júlio Lopes
 1954: *Manual Teórico e Prático de Contencioso Fiscal*, Porto, Tipografia A Desportiva Lda.
- Carlos, Adelino Hermitério da Palma
 1927: *Do Erro Judiciário*, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª.
 1933: *A Luta contra o crime*, Lisboa, Editorial Ática.
 1934: *Os novos aspectos do Direito Penal (Ensaio sobre a organização dum Código de Defesa Social)*, Lisboa, Tip. Torres.
 1936: *A dinâmica da lei, Criação, interpretação e aplicação da norma jurídica*, Lisboa, Tip. Torres.
 1937: *Maintien ou abandon de la règle "nulla poena sine lege"*, rapport présenté au II Congès de l' Académie de Droit International, Lisbonne.
 1943: *Despachos Interlocutórios e Recursos, em Processos da Competência do Tribunal Colectivo de Géneros Alimentícios*, in *ROA*, ano 3 (1943), ns. 3 e 4, pp. 60 a 63.
 1950: *A suspensão da pena nos crimes contra a segurança do Estado*, in *ROA*, ano 10 (1950), ns. 1 e 2, pp. 472 a 478.
 1954: *Direito Processual Penal, Apontamentos das magistrais lições do Prof. Palma Carlos ao 5.º ano da FDL no ano lectivo de 1953-1954, coligidas por António Pedroso Pimenta e B. Sá Nogueira com revisão do Mestre*, Lisboa, Edição da AAFDL.
 1962: *Medidas de Segurança*, in *JF*, n. 141 (1962), pp. 265 a 290.
 1964: *Resposta à crítica (Anónima) do Boletim do Ministério da Justiça*, Lisboa, *Jornal do Foro*.
 1966: *Um tema eterno: A Justiça*, Lisboa, Albano Tomás dos Anjos, Lda.
 1972: *Alguns Problemas de Organização Judiciária*, Lisboa, *Ordem dos Advogados Portugueses*.
- Carlos, Maria Leonor da Palma
 1964: *Entidades competentes para ordenar prisão preventiva sem culpa formada e medidas provisórias de segurança*, in *ROA*, ano 24, 1964, pp. 356 a 378.
- Carmignani, Giovanni
 1852 a: *Codice di Procedura Criminale*, in *Scritti Inediti, Volume Quinto*, Lucca, Tipografia di

Giuseppe Giusti, pp. 249 a 431.

1852 b: Saggio Teorico-Pratico sulla Fede Giuridica e su i suoi Vari Metodi nelle Materie Penali, Lavoro per la Riforma dell' Ordine Giudiciario Toscano (1826), in Scritti Inediti, Volume Sesto, Lucca, Tipografia di Giuseppe Giusti, pp. 199 a 461.

Carneiro, Bernardino Joaquim da Silva

1896: Elementos de Direito Ecclesiastico Portuguez e seu respectivo Processo, Quinta edição revista e correcta pelo Dr. José Pereira de Paiva Pitta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.

Carneiro, Celestino da Silva Osório Soares

1949: Sôbre os Recursos em Processo Criminal, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Carneiro, Francisco Sá

1973: A Proposta de Lei sobre Organização Judiciária, Porto, Ordem dos Advogados.

1979: Uma Constituição para os Anos 80, Contributo para um Projecto de Revisão, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Carneiro, Joaquim Gualberto de Sá

1913: Reformas reclamadas e urgentes na nossa legislação, in GRL, 27 ° ano (1913), pp. 313 e 314.

1929: O tribunal colectivo no processo comercial e no penal, in GRL, ano 43 (1929), n. 12, pp. 178 e 179.

Carneiro, José Virgolino

1892: Proposta de Reforma Judiciaria, Beja, Typ. do «Bejense».

Carneiro, Manuel Borges

1826: Direito Civil de Portugal contendo tres livros, I. Das Pessoas: II. Das Cousas: III. Das Obrigações e acções, Lisboa, Imprensa Nacional.

1828: Direito Civil de Portugal contendo tres livros, I. Das Pessoas: II. Das Cousas: III. Das Obrigações e acções, Tomo III, Continuação do Livro I., Lisboa, Imprensa Nacional.

Carqueja, Bento

1893: A Liberdade de Imprensa, Porto, Typographia do «Commercio do Porto».

Carrilho, Maria

1985: Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX, Para uma explicação sociológica do papel dos militares, Lisboa, Imprensa Nacional.

Carvalho, Abraão de

1913: Função da polícia judiciária, do ministério público e do juiz de instrução, Polícia judiciária de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional.

1915: Relatorio e Proposta de Lei sobre Reorganização Judiciaria, Pombal, Tipografia Cunha.

Carvalho, Adherbal de

1915: Syntese das Preleções de Direito Penal feitas ao terceiro ano da Faculdade de Direito, 1ª parte (O Crime, a Pena e o Criminozo), 2ª edição emendada, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

Carvalho, Agostinho de

1947: Justiça Colonial, Lourenço Marques, Edição do Autor, Pap. e Tipografia Colonial Lda.

1950: Processo Contencioso, Reclamações e Recursos no Direito Positivo Português Criminal, Cível, Contribuições e Impostos, Fiscal, Aduaneiro, Administrativo e Disciplinar, Bolama, Imprensa Nacional

da Guiné.

Carvalho Junior, Alberto António de Moraes

1877: Instituições Complementares do Systema Penitenciario, Da Libertação Antecipada e da Detenção Supplementar, Lisboa, Typographia Universal.

Carvalho, Américo Alexandrino Taipa de

1981: Traição e Aleivosia na Idade Média, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

1982: Condicionalidade Sócio-Cultural do Direito Penal, in Estudos em Homenagem aos Profs. Doutores M. Paulo Merêa e G. Braga da Cruz, II, BFD, volume LVIII (1982), pp. 1039 a 1141.

Carvalho, António de Azevedo Mello e

1843: A Revista, Lisboa, Imprensa Nacional.

Carvalho, António de Azevedo Mello e, et al.

1861 a: Código Penal Portuguez, Tomo I, Relatorio da Comissão, Lisboa, Imprensa Nacional.

1861 b: Código Penal Portuguez, Tomo II, Projecto da Comissão, Lisboa, Imprensa Nacional.

1864 a: Código Penal Portuguez, Tomo I, Relatorio, Lisboa, Imprensa Nacional.

1864 b: Código Penal Portuguez, Tomo II, Projecto, Lisboa, Imprensa Nacional.

Carvalho, Augusto da Silva

1935: Pina Manique, O ditador sanitário, in ACM, 8 ° volume (1935), pp. 157 a 250.

Carvalho, Custódio Rebello de

1832: Bases de todo o Governo Representativo ou Condições essenciaes para que a Carta Constitucional da Monarchia Portugueza seja Húa Realidade, Londres, Richard Taylor.

Carvalho, Eduardo José da Silva

1889: Notas sobre a Penalidade, Instituição e Regimen Prisional, Santo Tirso, Typ. do Jornal de Santo Tirso.

1912: Manual dos Recursos Judiciais em I. ª Instância (civeis, comerciais e criminaes), Coimbra, Editores França e Arménio.

1919: Dos Recursos nas Relações e no Supremo Tribunal de Justiça (civeis, comerciais e criminaes), Com Apêndice, Adições e Índices, Porto, Livraria Chardron, de Lélo & Irmão, Editores.

Carvalho, J. I. Delgado de

1897: Manual do Processo Criminal Moderno, Volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1898: Manual do Processo Criminal Moderno, Volume II, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Carvalho, Luiz Augusto Pinto de Mesquita

1912: Organização Judiciaria na Republica Portugueza, Projecto de Lei apresentado á Camara dos Deputados, Porto, Typographia Santos.

Casabianca, Pierre de

1936: Tribunaux d' Exception des États Totalitaires, in RIDP, 13. année (1936), pp. 235 a 247.

Castro, Álvaro de

1923: Tentativas de Reforma, in BIC, volumes II e III (1923), pp. 109 a 123.

Castro, Anibal de

1942: Da Aplicação e da Execução das Penas, Lisboa, Edições Sirius.

Castro, António G. F. de
1874: *Algumas Reflexões ácerca da Pena de Morte e da Indisciplina Militar*, Lisboa, Typographia Lisbonense.

Castro, Augusto Maria de, e António Ferreira Augusto
1895: *Anotações à Legislação Judiciária, Penal e do Processo Criminal mais importante e que não está codificada*, Porto, Typographia Morgado.

Castro, Francisco Augusto das Neves e
1901: *Manual do Processo Civil Ordinario em Primeira Instancia*, segunda edição, consideravelmente melhorada e augmentada, Coimbra, Imprensa Académica.

Castro, José de
1924: *Defeza social*, in BIC, volume V (1924), pp. 241 a 253.

Castro, José de Souza Henriques de Mello Menezes e
1920: *Organização Judicial e Processo Ordinário Civil e Comercial*, Coimbra, Tip. F. França Amado, Suc.

Castro, Manuel Mendes de
1725: *Repertorio das ordenações do reyno de Portugal novamente recopiladas com as Remissoens dos doutores do reyno, que as declarão, & concordia das Leis de Partida de Castella, e agora novamente acrescentado, e addicionado nesta sexta impressão pelo Licenciado Martim Alveres de Castro*, Coimbra, Officina da Viuva de Antonio Simoens Impressora da Universidade.

Castro, Manuel de Oliveira Chaves e
1866: *Estudos sobre a Reforma do Processo Civil Ordinario Portuguez desde a Proposição da Acção até à Sentença de Primeira Instância*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
1910: *A Organização e Competência dos Tribunais de Justiça Portuguézes*, F. França Amado - Editor, Coimbra.

Castro, Mário de
1937: *Ensaio de ensaio sôbre a ética do Arbítrio Judicial como função coadjuvante da Lei na criação do Direito*, Lisboa, *Jornal do Foro*.

Castro, Pedro Augusto
1911: *Conspiradores*, in GRL, 24 ° ano (1911), pp. 705 e 706.

Castro, Raúl
1970: *Medidas de Segurança, Liberdade Condicional, Dois Pareceres em Processo Penal de Natureza Política*, Porto, *Imprensa Social*.

Castro, Zília Osório de
1990: *Cultura e Política, Manuel Borges Carneiro e o Vintismo, Volume I*, Lisboa, INIC.

Cayolla, Lourenço
1912: *Sciencia de Colonisação, II volume*, Lisboa, Typographia da Cooperativa Militar.

César, Angelo
1925: *Crimes políticos*, in RT, ano 43 ° (1925), pp. 305 a 308, 321 a 325.

Chabanne, Robert

1990: Les Institutions de la France de la fin de l'ancien régime à l'avènement de la III^{ème} République (1789-1875), 2^{ème} édition, Paris, L' Hermès.

Chapman, Brian

1970: Police State, London, Pall Mall Press Ltd.

Charles, Raymond

1972: Liberté et Détention, Commentaire de la Loi du 17 Juillet 1970, Première et Deuxième Parties, Paris, Librairie du Journal des Notaires et des Avocats.

Charvin, Robert

1968: Justice et Politique (Evolution de leurs rapports), Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

Chaveau, Adolphe

1832: Code Pénal Progressif, Commentaire sur la Loi Modificative du Code Pénal, contenant: 1^o L'examen des discussions législatives qui l'ont préparée et des principes qui ont présidé à sa rédaction; 2^o le texte des motifs et des discussions placé sous chacun des articles, avec l'examen des difficultés qui naissent de la loi; 3^o le nouveau Code d'instruction criminelle, et le nouveau Code pénal, avec l'ancien texte en regard; 4^o une table analytique des matières, Paris, L'Éditeur.

Chaveau, Adolphe, e Faustin Hélie

1845 a: Théorie du Code Pénal, Édition augmentée en Belgique par J. S. G. Nypels, Tome Deuxième (Articles 1 a 262 du Code Pénal), Bruxelles, Meline, Cans Et Compagnie.

1845 b: Théorie du Code Pénal, Édition augmentée en Belgique par J. S. G. Nypels, Tome Deuxième (Articles 263 a 484 du Code Pénal), Bruxelles, Meline, Cans Et Compagnie.

Chaves, Domingos Vaz

2000: História da Polícia em Portugal (Formas de Justiça e Policiamento), Vila Franca de Xira, Tipografia Simão.

Chaves, Eduardo Arala

1961: Delitos contra a saúde pública e contra a economia nacional, Legislação, Trabalhos Preparatórios, Anotações e Comentários, Coimbra, Coimbra Editora Limitada.

1980: O Ministério Público, o seu Passado e o seu Presente, in BFD, Volume LVI (1980), pp. 75 a 105.

Chaves, Eduardo Arala, et al.

1975: Relatório Geral sobre todos os Trabalhos produzidos pelas Comissões de Reforma Judiciária, in BMJ, n. 248 (1975), pp. 5 a 337, e n. 250 (1975), pp. 11 a 107.

Chaves, João Baptista de Vasconcellos

1912: Sciencia Penitenciaria, Lisboa, Livraria Clássica de A. M. Teixeira & Co.

Chorão, Mário Bigotte

1960: Probation, Alguns Aspectos jurídicos, criminológicos e sociais, in BAPIC, n. 7 (1960), pp. 109 a 243 e n. 8 (1961), pp. 141 a 230.

Cluny, Pedro Augusto Lisboa de Lima

1961: O Direito Tutelar dos Menores e o Problema da sua Autonomia, in SI, Tomo X (1961), pp. 148 a 163.

Codeço, Carlos Emílio
1979: Dos Inquéritos Preliminares, Porto, Athena Editora.

Coelho, Carlos Zeferino Pinto
1900: Apontamentos para o Estudo da Historia da Relação de Goa, Coimbra, Typographia França Amado.
1938: Diplomas legislativos que desviam dos tribunais a função de julgar, in O Direito, ano 70 °, 1938, pp. 34 a 43, 66 a 82.
1941: Julgamento da Matéria de Facto em Processo Civil, in ROA, ano 1 (1941), n. 2, pp. 261 a 299.

Coelho, José Maria Latino
1885: Historia Militar e Politica de Portugal desde os fins do seculo XVIII seculo até 1814, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional.
1891: Historia Militar e Politica de Portugal desde os fins do seculo XVIII seculo até 1814, Tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional.
1916: Historia Militar e Politica de Portugal desde os fins do seculo XVIII seculo até 1814, Tomo I, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional.

Coelho, J. M. P.
1851: Formulario do Processo criminal coordenado e regularizado em vista da N. R. Judiciaria e todas as mais Leis em vigor, Lisboa.

Coelho, Trindade
1897 a: Recursos Finaes em Processo Criminal, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva.
1897 b: Liberdade de Imprensa, Proposições apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal, Lisboa, Antiga Casa Bertrand- José Bastos.
1901: Recursos em Processo Criminal das Decisões Finaes e das Interlocutorias, Segunda Edição, Augmentada do Livro "Recursos Finaes em Processo Criminal", Coimbra, F. França Amado - Editor.
1908: Manual Politico do Cidadão Portuguez, 2ª edição actualizada e muito augmentada, Porto, Empresa Litteraria e Typo graphica.
1910: Recursos em Processo Criminal das Decisões Finaes e das Interlocutorias, Terceira Edição, Augmentada do Livro "Recursos Finaes em Processo Criminal", Coimbra, F. França Amado - Editor.

Cóias, João, e José Martins da Fonseca
1967: Código da Justiça Militar Anotado, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique.

Coissoró, Narana
1966 a: Os Principios Fundamentais do Direito Ultramarino Português, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
1966 b: O Julgamento das Questões Gentílicas, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Colao, Floriania
1989: "Post tenebras spero lucem", La Giustizia Criminale Senese nell' Età delle Riforme Leopoldine, Milano, Giuffrè.

Comissão de Legislação Civil das Cortes
1888: Reorganização Judiciária, Parecer, Lisboa, Imprensa Nacional.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista
1981: Presos políticos no regime fascista, 1932-1935, Mem Martins, Gráfica Europam Lda.

1982: Presos políticos no regime fascista II, 1936-1939, Mem Martins, Gráfica Europam Lda.
1984: Presos políticos no regime fascista III, 1940-1945, Mem Martins, Gráfica Europam Lda.
1985: Presos políticos no regime fascista IV, 1946-1948, Mem Martins, Gráfica Europam Lda.
1987: Presos políticos no regime fascista V, 1949-1951, Mem Martins, Gráfica Europam Lda.
1988: Presos políticos no regime fascista VI, 1952-1960, Mem Martins, Gráfica Europam Lda.
1990: Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, vol. III (1942), Mem Martins, Gráfica Europam Lda.

Conso, Giovanni, et al.

1989: Il Nuovo Codice di Procedura Penale dalle leggi delega ai decreti delegati, Volume I, La Legge Delega del 1974 e Il Progetto Preliminare del 1978, Padova, CEDAM.

Constant, M. Benjamin

1822: Commentaire sur l' Ouvrage de Filangieri, Paris, P. Dufart, Libraire.

1836: Cours de Politique Constitutionnelle, Nouvelle edition mise en ordre et précédée d' une introduction par M. J.-P. Pagés (de l' Arriège), Tome Premier, Première Partie, Paris, Didier, Librairie-Éditeur.

Cordeiro, Robalo

1988: Audiência de julgamento, in Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo penal, Coimbra, Almedina, pp. 291 a 316.

Cordero, Franco

1966: Ideologie del Processo Penale, Milano, Giuffrè.

1979: Procedura Penale, Quinta Edizione, Milano, Giuffrè.

Cornil, Paul

1955 a: La Césure entre la Condamnation & le Prononcé de la Peine, in BFD, volume XXXI (1955), pp. 96 a 116.

1955 b: Observation des Délinquants, in BFD, volume XXXI (1955), pp. 117 a 140.

1966: Declin de la Césure dans le Proces Pénal, in Estudos in Memoriam do Prof. Doutor José Beleza dos Santos, I, Suplemento XVI do BFD, 1966, pp. 215 a 227.

Cornish, W. R., e G. de N. Clark

1989: Law and Society in England, 1750-1950, London, Sweet & Maxwell.

Corrêa, Mendes

1914: Os Criminosos Portugueses, Estudos de Anthropologia Criminal, Segunda edição, Coimbra, F. França Amado Editor.

1931: A Nova Antropologia Criminal, Porto, Imprensa Portuguesa.

1936: La Nuova Antropologia Criminale, Estratto dalla Giustizia Penale Parte I^a - I presupposti del diritto e della procedura penale, Anno XLII, 1936 (II della 5^a serie) Fasc. I, Città di Castello, Società Anonima Tip. «Leonardo Da Vinci».

Correia, António Simões

1947: Código de Processo Penal Actualizado e Legislação Complementar, Lisboa, Livraria Ferin.

1953: Código de Processo Penal Actualizado e Legislação Complementar com apostilas marginais e indice alfabético, 2. Edição actualizada e ampliada, Lisboa, Livraria Ferin.

Correia, Domingos José

1887: Elementos do Processo Criminal Militar, Segunda Edição, Revista e Augmentada, Porto, Typographia de Arthur José de Sousa & Irmão.

Correia, Eduardo Henriques da Silva

1943: A Teoria do Tipo Normativo de Agente, in BFD, volume XIX (1943), pp. 11 a 25.

1945 a: A doutrina da culpa na formação da personalidade, in RDES, ano I (1945), pp. 24 a 35.

1945 b: A Teoria do Concurso em Direito Criminal, Unidade e Pluralidade de Infracções, Coimbra, Livraria Atlântida.

1946: Pena conjunta e pena unitária no sistema punitivo do concurso de infracções, in RDES, ano II (1946), pp. 380 a 396, e ano III (1947), pp. 95 a 118, e 139 a 163.

1947: Lições de Processo Penal, conforme as prelecções do Prof. Dr. Eduardo Correia ao 4.º ano jurídico de 1946-1947, por Rodrigues Pereira, Coimbra.

1948: A Teoria do Concurso em Direito Criminal, Caso Julgado e Poderes de Cognição do Juiz, Coimbra, Livraria Atlântida.

1949: Direito Criminal, Lições do Prof. Dr. Eduardo Correia ao Curso do IV Ano Jurídico, coligidas por Francisco Pereira Coelho e Manuel Rosado Coutinho, volume I, Coimbra, Atlântida.

1950: Para quem devem ser “novos” os factos ou elementos de prova que fundamentam a revisão das decisões penais?, in RDES, ano VI (1950), pp. 394 a 410.

1953 a: Direito Criminal, I – Tentativa e Frustração. II – Participação Criminosa. III – Pena Conjunta e Pena Unitária, Coimbra, Arménio Amado Editor.

1953 b: Apontamentos sobre as penas e a sua graduação no direito criminal português (Evolução e estado actual), segundo as prelecções do Prof. Doutor Eduardo Henriques da Silva Correia ao curso do 5.º ano jurídico de 1953-54, Coimbra.

1954: A Instrução Preparatória em Processo Penal (Alguns Problemas), in BMJ, n. 42, pp. 5 a 24.

1955: Prof. Dr. José Beleza dos Santos, in BFD, volume XXXI (1955), pp. 411 a 422.

1956: Processo Criminal, segundo as prelecções do Prof. Doutor Eduardo Henriques da Silva Correia ao curso do 5.º Ano Jurídico de 1954-1955, Coimbra, Livraria Almedina.

1959: Terão os assistentes legitimidade para deduzir acusação por crimes públicos, quando o Ministério Público se tenha absteído de a formular?, in RLJ, ano 91 (1959), n. 3136, pp. 301 a 309.

1961 a: Parecer da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra sobre o artigo 653 do Projecto, em 1.ª Revisão ministerial, de alteração do Código de Processo Civil, in BFD, Vol. XXXVII, 1961, pp. 181 a 186.

1961 b: Assistência Prisional e Post-Prisional, in BFD, Suplemento XV, pp. 337 a 376.

1962 a: Parecer de 7.11.1962, in Damas Mora, Mais um Erro judiciário ... Porquê? (Um parecer do Senhor Professor Eduardo Correia, mestre de direito criminal da Universidade de Coimbra) ... e o relato, taquigrafado, das audiências, Lisboa, Edição do autor, pp. 73 a 80.

1962 b: Actos processuais que interrompem a prescrição do procedimento criminal (a propósito do Assento do Supremo Tribunal de Justiça de 17 de Maio de 1961), in RLJ, ano 94.º (1962), pp. 353 a 357, 369 a 374.

1963 a: Direito Criminal (com a colaboração de Figueiredo Dias), 1.º volume, Coimbra, Almedina.

1963 b: Código Penal, Projecto da Parte Geral, in BMJ, n. 127 (1963), pp. 17 a 143.

1964: Grundgedanken der portugiesischen Strafrechtsreform, in ZStW, 76 (1964), pp. 323 a 346.

1966 a: Despacho de arquivamento e caso julgado, in RLJ, ano 99 (1966), n. 3312, pp. 33 a 36, n. 3313, pp. 49 a 52, n. 3314, pp. 65 a 68.

1966 b: La Prison, les Mesures Non-Institutionnelles et le Projet du Code Penal Portugais de 1963, in Estudos in Memoriam do Prof. Doutor José Beleza dos Santos, I, Suplemento XVI do BFD, 1966, pp. 229 a 295.

1967: Les Preuves en Droit Pénal Portugais, in RDES, ano XIV (1967), pp. 1 a 52.

1970: A Influência de Franz von Liszt sobre a Reforma Penal Portuguesa, in BFD, volume XLVI, 1970, pp. 1 a 34.

1971: La Détention avant jugement, Rapport général présenté au VIII ème Congrès International de Droit Comparé (Pescara, 29 Août – 5 Septembre 1970), Coimbra, Centro de Direito Comparado da Faculdade de Direito de Coimbra.

1973: Prof. Dr. José Beleza dos Santos, Coimbra, Coimbra Editora Lda.

- 1977 a: A evolução histórica das penas, in BFD, volume LIII, 1977, pp. 51 a 310.
- 1977 b: Breves reflexões sobre a necessidade de reforma do Código de processo penal relativamente a réus presentes, ausentes e contumazes, in RLJ, ano 110, n. 3592, pp. 99 a 101, n. 3594, pp. 131 a 133, n. 3596, pp. 162 e 163, n. 3597, pp. 178 e 179, n. 3598, p. 195, n. 3599, pp. 210 e 211, ano 114, n. 3685, pp. 104 e 105, n. 3693, pp. 364 a 367, e ano 115, n. 3703, pp. 293 a 295.
- 1983: As grandes linhas da reforma penal, in Ciclo de Conferências no Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Para uma Nova Justiça Penal, Coimbra, Almedina, pp. 9 a 29.
- 1985: Estudos sobre a reforma do Direito Penal depois de 1974, in RLJ, ano 118 ° (1985-1986), pp. 354 a 356, e ano 119 ° (1986-1987), pp. 5 a 8.
- Correia, Eduardo Henriques da Silva, e António Furtado dos Santos
- 1959: Código de Processo Penal Actualizado com Notas de jurisprudência obrigatória, legislativa e remissivas, circulares, despachos, pareceres, rubricas marginais e índices e Legislação Complementar, 2. Edição, Coimbra, Atlântida.
- Correia, Eduardo, et al.
- 1980: Direito Criminal III (1), Coimbra, João Abrantes.
- Correia, Raúl Antero
- 1945: Organização Judiciária das Colónias, in BGC, ano 21 (1945), n. 235, pp. 230 a 256.
- Cortês, António Ulisses
- 1997: A fundamentação das decisões no processo penal, in DJ, 1997, tomo 1, p. 283 a 333.
- Cortez, João de Mendonça
- 1861: Dissertação Inaugural para o Acto de Conclusões Magnas na Faculdade de Direito: Se a organização do jury entre nós precisa d' algumas reformas, e no caso affirmativo quaes devam ser ?, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Costa, Afonso
- 1895 a: Os Peritos no Processo Criminal, Legislação Portuguesa – Critica - Reformas, Coimbra, Manuel de Almeida Cabral Editor.
- 1895 b: Commentario ao Codigo Penal Portuguez, Volume 1, Introdução, Escolas e Princípios de Criminologia Moderna, Coimbra, Manuel de Almeida Cabral Editor.
- 1899: Lições de Organização Judiciaria, Coimbra, Typographia França Amado.
- 1903: Organização Judiciaria, Lições ao Anno 1902-1903, Coimbra.
- 1908: Discursos proferidos nas sessões de 13 e 19 de maio de 1908 na Camara dos Deputados, Attitude do partido republicano perante o novo reinado e Necessidade da extinção do juizo de intrucção criminal, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Costa, Américo Campos
- 1955: Fiscalização do exercício da acção penal, in RDES, ano VIII, 1955, pp. 275 a 305.
- 1956 a: A quesitação no processo penal, in RDES, ano IX, 1956, pp. 125 a 137.
- 1956 b: Para uma melhor organização da oralidade em Portugal, in RT, ano 74, n. 1697, pp. 130 a 143.
- 1956 c: O carácter público da acção penal, in SI, tomo V (1956), n. 22, pp. 192 a 210.
- 1957: Do recrutamento dos juizes para os tribunais superiores, in RT, ano 75 ° (1957), pp. 3 a 7.
- Costa, António Manuel de Almeida
- 1985: O Registo Criminal, História. Direito Comparado. Análise político-criminal do instituto, Coimbra, Separata do volume XXVII do Suplemento ao BFD.
- 1989: Passado, Presente e Futuro da Liberdade Condicional no Direito Português, in BFD, Volume

LXV, 1989, pp. 401 a 456.

Costa, Armindo

1975: Sistema da prisão preventiva na lei vigente, in SI, tomo XXV (1975), ns. 138 e 139, pp. 144 a 169.

Costa, Artur Rodrigues da

1999: O julgamento da PIDE/DGS e o direito (transitório) à memória, in RMP, ano 20 ° (1999), n. 78, pp. 37 a 53.

Costa, Ary de Almeida Elias da

1958: Linhas Gerais da Instrução Preparatória em Processo Penal, Porto, Edição do Autor, Tip. Baltar.

Costa, Cunha e

1921: O Perfeito Advogado e as Leis de Excepção e Circunstancia da Republica Portuguesa, Coimbra, Coimbra Editora.

Costa, Custódio Matos

1999: Liberdade Religiosa em Portugal, Do Estado Confessional ao Estado Laico, Diss. da Facultad de Derecho Canonico da Universidad Pontificia de Salamanca.

Costa, Eduardo da

1903: Estudo sobre a Administração Civil das nossas Possessões Africanas, Lisboa, Imprensa Nacional.

Costa, Jaime Raposo

1976: A Teoria da Liberdade, Período de 1820 a 1823, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Costa, João Martins da

1731: Tratado da Forma dos Libellos, das Allegações Judiciaes, do processo do Juizo Secular, e Ecclesiastico, e dos Contratos, com suas Glosas, do Licenciado Gregorio Martins Caminha, Reformado de novo com Addiçoens, e Anotaçoens copiosas das Ordenaçoens novas do Reyno, Leys de Castela, e modernos, e outras formas de Lebellos, Petições, e Allegações Judiciaes, com o Processo do Tribunal da Legacia, e das Revistas, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

1745: Domus Supplicationis Curiae Lusitanae Ulissiponensis Magistratus Styli, Supremique Senatus Consulta, Coimbra, Emanuel Pedroso.

Costa, Jorge Couceiro da

1929: Reminiscencias Judiciaes (Decisões Varias sobre Commercio, com um Prefacio), Lisboa, Livraria Clássica Editora.

Costa, José de Faria

1980: A Caução de Bem Viver, Um Subsídio para o Estudo da Evolução da Prevenção Criminal, Coimbra, Separata do volume XXI do Suplemento ao BFD.

1985: Diversão (Desjudiciarização) e Mediação: Que Rumos ?, in BFD, volume LXI (1985), pp. 91 a 159.

1994: As Relações entre o Ministério Público e a Polícia: a Experiência Portuguesa, in BFD, volume 70 (1994), pp. 221 a 246.

Costa, José Gonçalves da

1998: O Sistema Judiciário Português, in BFD, volume 74 (1998), pp. 173 a 239.

Costa, Mário Júlio de Almeida

1968: Reforma dos Institutos de Criminologia, in BAPIC, n. 22 (1968), pp. 5 a 12.

1969 a: O Ministério Público, in BMJ n. 182, pp. 5 a 16.

1969 b: Cadeias Regionais, in BMJ, n. 187 (1969), pp. 5 a 20.

1972 a: Reforma do Direito Penal, in BAPIC, n. 29 (1972), pp. 5 a 12.

1972 b: Reforma do Processo Penal, in BAPIC, n. 29 (1972), pp. 13 a 20.

1973 a: Ao serviço da Justiça, in BMJ n. 229, pp. 5 a 10.

1973 b: Considerações sobre os Serviços Prisionais, in BAPIC, n. 30 (1973), pp. 5 a 11.

1996: História do Direito Português, 3ª edição, Coimbra, Livraria Almedina.

Costa, Mário

1943: O Direito Penal Português e as modernas orientações da filosofia do crime, Coimbra, Edição do Autor.

Costa, Verissimo António Ferreira da

1816 a: Collecção Systematica das Leis Militares de Portugal dedicada ao Principe Regente N. S. e publicada por ordem do mesmo Senhor, Primeira Parte, Leis pertencentes á Tropa de Linha, Tomo II, Lisboa, Impressão Regia.

1816 b: Collecção Systematica das Leis Militares de Portugal dedicada ao Principe Regente N. S. e publicada por ordem do mesmo Senhor, Segunda Parte, Leis pertencentes aos Milicianos, Tomo III, Lisboa, Impressão Regia.

Cota, José Gonçalves

1944: Mitologia e Direito Consuetudinário dos Indígenas de Moçambique, Estudo de Etnologia mandado elaborar pelo Governo Geral da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique.

1946: Projecto Definitivo do Código Penal dos Indígenas da Colónia de Moçambique, acompanhado de um relatório e de um estudo sobre direito criminal indígena pelo autor, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique.

Cottu, M.

1822: De l' Administration de la Justice Criminelle en Angleterre, et de l' Esprit du Gouvernement Anglais, Seconde Édition, revue et corrigée, Paris, Librairie de Charles Gosselin.

Coumoul, Jules

1911: Traité du Pouvoir Judiciaire, de son Rôle Constitutionnel et de sa Réforme Organique, Deuxième Édition, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

Coutinho, Dionysio Miguel Leitão

1823: Collecção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Extinctas Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes, que houve em Portugal nos Annos de 1821 e 1822. Com os Repertorios respectivos ao Diario das mesmas Côrtes e Governo, Parte III, e ultima, que se encontrava já em impressão, em consequencia da Portaria de 10 de Janeiro de 1823, no dia de 30 de Maio do mesmo anno, Coimbra, Real Imprensa da Universidade.

Couvrat

1971: Le Controle Judiciaire, in AAVV, Détention Provisoire, contrôle judiciaire et garde à vue, Les Problèmes soulevés par le controle juridictionnel, XII Journées Franco-Belgo-Luxembourgeoises de Droit Pénal sous la présidence de M. Rolland, Paris, Publications Universitaires de France, pp. 105 a 118.

Covian y Junco, Victor

1886: *Codigos de Procedimiento penal, Traduccion, Notas y Concordancias, Tomo Primeiro, Sistema Mixto, Francia, Bélgica e Italia*, Madrid, Imprenta de los Hijos de J. A. García.

Creifelds

1937: *Der Volksrichter in der Gesetzgebung des Dritten Reichs*, in Dörffler (hrsg.), *Der Volksrichter in der neuen deutschen Strafrechtsplege*, Berlin, Decker's Verlag, pp. 182 a 193.

Crisóstomo, Joaquim

1929: *Questões Judiciais e seu Julgamento, Segundo Volume*, Lisboa, Imprensa Lucas & Ca.

Critchley, T. A.

1978: *A History of Police in England and Wales*, London, Constable and Company Ltd.

Crocq, Pierre

1996: *Le Droit à un Tribunal Impartial*, in Rémy Cabrillac et al., *Droits et Libertés Fondamentaux*, 3^{ème} édition, revue et augmentée, Paris, Dalloz, 1996, pp. 287 a 308.

Crohne, Wilhelm

1936: *Vorbereitung der Strafrechtspflege auf das deutsche Strafgesetzbuch*, in Franz Gürtner e Roland Freisler, *Das Neue Strafrecht, Grundsätzliche Gedanken zum Geleit*, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenk, pp. 153 a 162.

1938: *Vereinfachte Verfahrensarten, Schnellverfahren und Strafbefehl*, in Franz Gürtner (hrsg.), *Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission*, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenk, pp. 453 a 459.

Cruz, Alfeu

1915: *Colecção Annotada de Legislação da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Universal.

1918: *Projecto de Organização Judiciária apresentado pelo juiz Alfeu Cruz, com as modificações que lhe foram introduzidas pela comissão revisora*, in RJ, ano 3^º, 1918, n. 62, pp. 611 a 614, n. 63, pp. 627 a 630.

Cruz, Guilherme Braga da Cruz

1969: *A Revista de Legislação e de Jurisprudência (esboço da sua História)*, in RLJ, ano 102, n. 3386, pp. 65 a 69, n. 3387, pp. 81 a 84, n. 3388, pp. 97 a 99, n. 3390, pp. 129 a 131.

Cruz, João Filipe da

1798: *Dissertação sobre os Deveres dos Juizes com Hum Compendioso Tratado das Violencias Públicas, e Particulares*, Lisboa, Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.

Cruz, Manuel Braga da

1988: *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.

Cunha, Joaquim d' Almeida da

1885: *Estudos acerca dos Usos e Costumes dos Banianes, Bathias, Parsos, Mouros, Gentios e Indigenas*, Imprensa Nacional, Moçambique.

Cunha, Joaquim M. da Silva

1944 a: *A Personalidade do Criminoso e a Graduação Judicial da Pena, Princípios Gerais*, Lisboa.

1944 b: *Serão imprescritíveis as medidas de segurança ?*, in JF, ano 8 (1944), pp. 197 a 202.

1946: *Algumas notas sobre direito penal colonial*, in JF, ano 10 (1946), pp. 284 a 289, e ano 11 (1947), pp. 37 a 41.

1948: *A apreciação crítica do Projecto do Código Penal dos Indígenas da Colónia de*

Moçambique, in RFDUL, ano V (1948), pp. 231 a 250.

1950: O Conflito Colonial de leis. Seu regime no Direito Português, in O Direito, ano 82 ° (1950), pp. 80 a 99.

1951: O Sistema Português de Política Indígena do Direito Positivo desde 1820 à Última Revisão da Constituição, in RFDUL, volume VIII (1951), pp. 110 a 148.

1952: O Sistema Português de Política Indígena, Princípios Gerais, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1953: O Sistema Português de Política Indígena (Subsídios para o seu Estudo), Lisboa, Coimbra Editora.

1954: O Problema Prisional do Ultramar, in BMJ, n. 45 (1954), pp. 317 a 327.

1956: Questões de indigenato, Autoridade gentílica, Parecer prestado ao Ministério do Ultramar, in O Direito, ano 88 ° (1956), pp. 88 a 90.

1958: Administração e Direito Colonial, Apontamentos das Lições ao 3 ° ano jurídico de 1957/58, organizadas pelo aluno Nuno Cabral Bastos, volume IV, Lisboa, AAFDL.

1977: O Ultramar, a Nação e o "25 de Abril", Coimbra, Atlântica Editora.

Cunha, José Manuel Damião da

1993: O Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal no Novo Código de Processo Penal, Porto, Universidade Católica.

Cunha, Paulo

1937: Apontamentos de Processo Penal, Lisboa, AAFDL.

Dabin, Jean

1913: Le Pouvoir d'Appréciation du Jury et les nouvelles poursuites en correctionnelle après acquittement en Assises, Étude Historique et Critique, Bruxelles, Pierre Van Fleteren Éditeur.

Daguin, Fernand

1884: Code de Procédure Pénale Allemand (1. Février 1877), traduit et annoté, Paris, Imprimerie Nationale.

Dahm, Georg

1931: Die Zunahme der Richtermacht im modernen Strafrecht, Tübingen, Mohr.

1932: Die Grenzen des Parteiprozesses, in ZStW, 52 (1932), pp. 587 a 611.

1933: Autoritäres Strafrecht, in MschrKrimPsych, 24 (1933), pp. 162 a 180.

1935 a: Verbrechen und Tatbestand, Berlin, Junker und Dünhaupt Verlag.

1935 b: Nationalsozialistisches und Faschistisches Strafrecht, Berlin, Junker und Dünhaupt Verlag.

1935 c: Bemerkungen zur Reform des Strafverfahrens, in ZStW, 54 (1935), pp. 394 a 409.

1936: Das freisprechende Urteil im Strafverfahren, Berlin, Deutsche Rechts- und Wirtschaftswissenschaftsverlag.

1937: Das Feststellungsverfahren zum Schutze der Ehre, in Roland Freisler (hrsg.), Der Ehrenschatz im neuen deutschen Strafverfahren, Berlin, R. v. Decker's Verlag, pp. 43 a 87.

1938 a: Das Urteil, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 306 a 348.

1938 b: Der Methodenstreit in der heutigen Strafrechtswissenschaft, in ZStW, 57 (1938), pp. 225 a 294.

1940: Der Tätertyp im Strafrecht, Leipzig, Verlag von Theodor Weicher.

1944: Gerechtigkeit und Zweckmässigkeit im Strafrecht der Gegenwart, in AAVV, Probleme der Strarechtserneuerung, Berlin, de Gruyter, pp. 1 a 23.

1951: Deutsches Recht, Die geschichtlichen und dogmatischen Grundlagen des geltenden Rechts, Stuttgart, W. Kohlhammer Verlag.

- Dahs, Hans
1968: Verteidigung im Strafverfahren, heute und morgen, in ZRP, 1/1968, pp. 17 a 22.
- Dahs, Hans, e Hans Dahs jun.
1987: Die Revision im Strafprozeß, Bedeutung für die Praxis der Tatsacheninstanz, 4. Neubearbeitete Auflage, München, Beck.
- Dahs jun., Hans
1965: Das Rechtliche Gehör im Strafprozess, München, Beck.
1971: Praktische Problem des Schuldinterlokuts, in GA, 1971, pp. 353 a 362.
- Dantas, António Leones
1995: A definição e evolução do objecto do processo no processo penal, in RMP, ano 16 ° (1995), n. 63, pp. 89 a 107.
- Daresté, P.
1931: Traité de Droit Colonial, Tome I, Paris, S. Edit..
- Davim, Raúl
1946: Reforma do Processo Penal Anotada (Dec. - Lei n. 35007, de 13 de Outubro de 1945) (Dec. - Lei n. 35809, de 16 de Agosto de 1946), Coimbra, Coimbra Editora Limitada.
- Debbasch, Charles, e Jean-Marie Pontier
1983: Les Constitutions de la France, Paris, Dalloz.
- Delarue, Jacques
1971: História da Gestapo, Lisboa, Publicações Europa América
- Dencker, Friedrich
1973: Die Bagatelldelikte im Entwurf eines EGSStGB, in JZ, 1973, pp. 144 a 151.
- Dencker, Friedrich, e Rainer Hamm
1988: Der Vergleich im Strafprozeß, Frankfurt am Main, Metzner.
- Deos, Faustino José da Madre de
1823: A Constituição de 1822 commentada e desenvolvida na Pratica, Lisboa, Typografia Maignrense.
- Depeiges, Joseph
1928: Pratique Criminelle des Cours et Tribunaux, Première Partie, 4. édition, complètement refondue et mise au courant de la législation et de la jurisprudence, Paris, Henri Plon.
- Devlin, Patrick
1966: Trial by Jury, Third Impression with Addendum, London, Stevens & Sons Limited.
- Dias, Jorge de Figueiredo
1970: Crime preterintencional, causalidade adequada e questão-de-facto, in RDES, ano XVII, 1970, pp. 253 a 285.
1971 a: O Defensor e as declarações do Arguido em Instrução Preparatória, in RDES, Ano XVIII (1971), pp. 159 a 226.
1971 b: La Reforma del Derecho Penal Portugues: Principios y Orientaciones Fundamentales, Madrid, Real Academia de Jurisprudencia y Legislacion.

- 1971 c: Processo Criminal, Lições ao 5 ° ano da Faculdade de Direito de 1970-1971, Universidade de Coimbra, João Abrantes.
- 1971 d: Sumários do Curso de Processo Criminal, 1970-1971, Coimbra, João Abrantes.
- 1972: Ónus de Alegar e de Provar em Processo Penal, in RLJ, ano 105, n. 3473, pp. 125 a 128, e n. 3474, pp. 139 a 143.
- 1973: O dever de obediência hierárquica e a posição do Ministério Público no Processo Penal, in RLJ, ano 106, n. 3500, pp. 171 a 176.
- 1974: Direito Processual Penal, Primeiro Volume, Coimbra, Coimbra Editora.
- 1975: Direito Penal, Sumário das Lições do Prof. Doutor Jorge Figueiredo Dias à 2ª turma do 2º ano da Faculdade de Direito, com indicações bibliográficas e textos de apoio, Coimbra, João Abrantes.
- 1976 a: Lei Criminal e Controlo da Criminalidade, O Processo Legal-Social de Criminalização e de Descriminalização, in ROA, ano 36 (1976), pp. 69 a 98.
- 1976 b: A Nova Constituição da República e o Processo Penal, in ROA, ano 36 (1976), pp. 99 a 109.
- 1977: Plano do Código de Processo Penal (uma sugestão) e Código do Processo Penal, Livro I, Do Processo em Geral, Título I, Disposições Preliminares (não publicado).
- 1978: Sobre o sentido do Princípio Jurídico-Constitucional do «Juiz- Natural», in RLJ, ano 111, n. 3615, pp. 83 a 88.
- 1979: La Protection des Droits de l' Homme dans la Procedure Penale Portugaise, in BMJ n. 291, pp. 163 a 191.
- 1981: A Revisão Constitucional e o Processo Penal, in Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, A Revisão Constitucional, o Processo Penal e os Tribunais, Livros Horizonte.
- 1983 a: Para uma Reforma Global do Processo Penal Português, Da sua necessidade e de algumas orientações fundamentais, in Ciclo de Conferências no Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Para uma Nova Justiça Penal, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 184 a 242.
- 1983 b: Liberdade, Culpa e Direito Penal, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.
- 1983 c: Os Novos Rumos da Política Criminal e o Direito Penal Português do Futuro, in ROA, ano 43 (1983), pp. 5 a 40.
- 1984 : O Sistema Sancionatório do Direito Penal Português no Contexto dos Modelos da Política Criminal, in Estudos em homenagem ao Professor Eduardo Correia, Coimbra, Universidade de Coimbra, volume I, pp. 783 a 825.
- 1987 a: O Novo Código de Processo Penal, in BMJ, n. 369, pp. 5 a 23.
- 1987 b: Projecto de Código de Processo Penal (estudo não publicado).
- 1987 c: O Problema da Consciência da Ilicitude em Direito Penal, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.
- 1988 a: Sobre os Sujeitos Processuais no Novo Código de Processo Penal, in Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Coimbra, Almedina, pp. 3 a 34.
- 1988 b: Direito Processual Penal, Coimbra, Secção de Textos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1988.
- 1992: Die Reform des Strafverfahrens in Portugal, in ZStW, 104 (1992), pp. 448 a 471.
- 1993: Direito Penal Português, Parte Geral, II, As Consequências Jurídicas do Crime, Lisboa, Aequitas.
- 1994: Nótulas sobre Temas de Direito Judiciário (Penal), I, O problema fundamental do «governo da justiça», in RLJ, ano 127 (1994-1995), n. 3849, pp. 354 a 359, e ano 128 (1995-1996), n. 3850, pp. 8 a 13.
- 1995: Intervenção, in Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, Justiça Militar, Colóquio Parlamentar, Lisboa, Assembleia da República, pp. 20 a 30, 63 e 64.
- 1996: Do princípio da «objectividade» ao princípio da «lealdade» do comportamento do ministério público no processo penal, in RLJ, ano 128, n. 3860, pp. 332 a 352.
- 1998: Os princípios estruturantes do processo e a revisão de 1998 do Código de Processo Penal, in RPPC, 8 (1998), pp. 199 a 213.
- 2001: Temas Básicos da Doutrina Penal, Coimbra, Coimbra Editora.

- Dias, Jorge de Figueiredo, e Anabela de Miranda Rodrigues
 1986: La phase décisive du jugement dans la procédure pénale portugaise, in *Revue Internationale de Droit Penal*, ano 57, 1986, pp. 528 a 555.
 1995: Segredo de deliberação e votação em processo penal, Proibição de declaração de voto, Anotação, in *RPCC*, 5 (1995), pp. 501 a 527.
- Dias, Jorge de Figueiredo, e Maria João Antunes
 1990: La notion européenne de tribunal indépendant et impartial, Une approche à partir du droit portugais de procédure pénale, in *RSC*, 1990, (4), pp. 733 a 741.
- Dias, José
 1919: *Anotações ao Processo Criminal*, Porto, Imprensa Civilização.
- Dias, Mário Gomes
 1983: Algumas Implicações da Entrada em Vigor do Novo Código Penal no Sistema Processual Penal, in *RMP*, ano 4 ° (1983), volume 13, pp. 61 a 86.
- Diemer, Herbert
 1999: Anotações aos §§ 253 e 254 da StPO in *KK-StPO*.
- Dinis, Antero Monteiro
 1981: A revisão constitucional, as magistraturas e os tribunais, in *SMMP, A Revisão Constitucional, o Processo Penal e os Tribunais*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 97 a 109.
- Diniz, Ferreira
 1918: *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
 1919: *Província da Guiné, Negócios Indígenas*, Guiné, Secretaria dos Negócios Indígenas.
- Dochow, Adolf
 1879: Die deutsche Strafprozessordnung vom 1. Februar 1877, in Franz von Holtzendorff (hrsg.), *Handbuch des deutschen Strafprozessrechts, Erster Band*, Berlin, Verlag von Carl Habel, pp. 103 a 137.
- Doerr, Karl
 1931: *Über die Beschränkung der Rechtsmittel gegen Strafurteile*, Diss. Gießen.
- Doerner
 1938: Die Wiederaufnahme des Verfahrens, in Franz Gürtner (hrsg.), *Das kommende deutsche Strafverfahren*, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 429 a 452.
- Dohna, Alexander Graf zu
 1911: *Berufung in Strafsachen* ?, Heidelberg, Carl Winter.
 1928: Mit welchen Hauptzielen wird die Reform des Strafverfahrens in Aussicht zu nehmen sein ?, in *Schriftführer-Amt der ständigen Deputation, Verhandlungen des Fünfunddreißigsten Deutschen Juristentages (Salzburg)*, Erster Band: Gutachten, 1. Lieferung, Berlin, de Gruyter.
 1929: *Das Strafprozessrecht*, Dritte, neubearbeitete Auflage, Berlin, Carl Heymanns Verlag.
 1935: Bemerkungen zum kommenden deutschen Strafrecht, in *MschKrimPsych*, 26 (1935), pp. 97 a 103.
 1936: Das alternative Strafurteil, in *ZStW*, 55 (1936), pp. 576 a 590.
 1944: Das Problem der vorweggenommenen Beweiswürdigung im Strafverfahren, in *AAVV, Probleme der Strafrechtsrenewierung*, Berlin, de Gruyter, pp. 319 a 338.

- Doll, Paul-Julien
1966: Analyse et Commentaire du Code de Justice Militaire, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.
- Dölling, Dieter
1978: Die Zweiteilung der Hauptverhandlung – Eine Erprobung vor Einzelrichtern und Schöffengerichten, Göttingen, Verlag Otto Schwarz.
- Dörffler
1937 a: Die Urteilsrüge, in Dörffler (hrsg.), Der Volksrichter in der neuen deutschen Strafrechtsplege, Berlin, Decker's Verlag, pp. 156 a 165.
1937 b: Wie kann das Vorverfahren dem Ehrenschatz des Beschuldigten dienen ?, in Roland Freisler (hrsg.), Der Ehrenschatz im neuen deutschen Strafverfahren, Berlin, R. v. Decker' s Verlag, pp. 110 a 122.
1938: Die Zwangsmittel, Die Untersuchungshaft, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 265 a 279.
- Dreows, Kai Holger
1998: Die historische Entwicklung der Berufung im Strafverfahren, Göttingen, Cuvillier Verlag.
- Drost, H.
1930: Das Ermessen des Strafrichters, Zugleich ein Beitrag zu dem allgemeinen Problem Gesetz und Richteramt, Berlin, Carl Heymanns Verlag, 1930.
- Duarte, Innocencio de Sousa
1863: Novissima Pratica Judicial ou Regimento dos Escrivães de Primeira Instancia, Porto, Casa de Cruz Coutinho Editor.
1864: Manual dos Procuradores, Porto, Casa de Cruz Coutinho Editor.
1871: Arestos, 1. ° Parte, As Nullidades do Processo, Repertorio Manual dos Juizes, Delegados, Advogados e Empregados Judiciaes contendo a Doutrina e Decisões do Supremo Tribunal de Justiça e Legislação Patria ácerca das Nullidades do Processo até ao fim de 1870, Lisboa, Imprensa Nacional.
1875: Manual Pratico dos Novos Juizes Ordinarios e seus Escrivães segundo a Lei de 16 de Abril de 1874, com Formulario Geral e Tabellas, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Duarte, Jacinto
1963: Os Tribunais de Execução das Penas, Lisboa, in BMJ, n. 130 (1963), pp. 89 a 289.
- Duarte, Teófilo
1935: Evolução Histórica do Conselho do Império Colonial, in Estudos Coloniais, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, pp. 235 a 248.
- Dürkop, Marlis
1984: Zur Funktion der Kriminologie im Nationalsozialismus, in Udo Reifner e Bernd-Rüdeger Sonnen, Strafjustiz und Polizei im Dritten Reich, Frankfurt, Campus Verlag, pp. 97 a 121.
- Dutra, Jacintho José da Silva Pereira
1842: Codigo do Processo Criminal de Primeira Instancia do Imperio do Brasil, com a Disposição Provisoria acerca da Administração da Justiça Civil, seguido da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e Regulamentos para sua execução de 31 de Janeiro, e de 15 de Março de 1842; com Notas nas quaes se mostram as alterações que pela citada lei tiverão muitos artigos do mesmo codigo, e se transcreve a summa das leis e decisões do Governo declarando como se devem entender muitas de suas disposições, Segunda edição

mais correcta e augmentada, Rio de Janeiro, Livraria de Agostinho de Freitas e Companhia.

Eisenberg, Ulrich

1999: Beweisrecht der StPO, Spezialkommentar, 3. Auflage, München, Beck.

Eisenhardt, Ulrich

1984: Deutsche Rechtsgeschichte, München, Beck.

Ellul, Jacques

1969 a: Histoire des Institutions, 4 / XVI – XVIII siècles, Paris, Presses Universitaires de France.

1969 b: Histoire des Institutions, 5 / Le XIX siècle, Paris, Presses Universitaires de France.

Emsley, Clive

1996: The English police, a political and social history, Second Edition, New York, Addison Wesley Longman Ltd.

Enes, António

1971: Moçambique, Relatório apresentado ao Governo, 4^a edição fac-similada pela de 1946, Lisboa, Imprensa Nacional.

Engelhard, Herbert

1930: Vorakten und Vernehmungen in der Hauptverhandlung, in ZStW, 50 (1930), pp. 197 a 208.

Engisch, Karl

1938: Wesenschau und konkretes Ordnungsdenken im Strafrecht, in Mschr. f. Kriminalbiologie, 29 (1938), pp. 133 a 148.

Erbe, Joachim

1979: Zum Wesen des Strafbefehls, Diss.Berlin.

Eric, Iga-Iga

1991: Le Particularisme de la Procedure Penale Militaire, Diss. da Universite de Toulon et du Var.

Eser, Albin

1966: Das rechtliche Gehör im Strafbefehls- und Strafverfügungsverfahren, in JZ, 1966, pp. 660 a 669.

1992: Funktionswandel strafrechtlicher Prozessmaximen: Auf dem Weg zur "Reprivatisierung" des Strafverfahrens ?, in ZStW, 104 (1992), pp. 361 a 397.

Esmein, A.

1882: Histoire de la Procedure Criminelle en France et spécialement de la Procédure Inquisitoire depuis le XIII siècle jusqu' a nos jours, Paris, L. Larose et Forcel.

Estl

1939: Österreichische Rechtsmittel zur Wahrung der Gesetzmässigkeit und der materiellen Wahrheit, in GerS, 112 (1939), pp. 222 a 250.

Exner, Franz

1934: Das System der sichernden und bessernden Massregeln nach dem Gesetz v. 24. November 1933, in ZStW, 53 (1934), pp. 629 a 655.

1935: Richter, Staatsanwalt und Beschuldigter im Strafprozess des neuen Staates, I, in ZStW, 54 (1935), pp. 1 a 14.

1936: “Nationalsozialistischer Kampf gegen das Verbrechen”, in *MschKrimPsych*, 27 (1936), pp. 432 a 434.

1944: Sinnwandel in der neuesten Entwicklung der Strafe, in *AAVV, Probleme der Strarechtserneuerung*, Berlin, de Gruyter, pp. 24 a 43.

Eyraud, M. D'

1825: *De l' Administration de la Justice, et de l'Ordre Judiciaire en France, Seconde Édition, entièrement complétée, Tome deuxième, Législation Criminelle et Civile*, Paris, Fanjat Ainé Libraire-Éditeur.

Fabião, Fernando

1964: *A Prisão Preventiva*, Braga, Livraria Cruz.

Falcão, Manuel de Jesus Meneses

1953: Limites da intervenção judicial na instrução preparatória, in *SI*, tomo III (1953-1954), n. 11, pp. 313 a 319.

Falcão, Paulo J.

1928: *O Cataclismo Judiciário, Agravo de um inocente para a Deusa da Justiça*, Porto, edição do autor.

Faria, António Alfredo de Castro Ribeiro de Magalhães Leal de

1933: *Meios Repressivos do Criminoso Habitual*, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Faria, Avelino de

1958: Algumas considerações acerca de advogados, juizes e tribunais, in *ROA*, ano 18 (1958), pp. 153 a 171.

Faria, Jorge Ribeiro de

1959: Classificação de delinquentes, alguns problemas conexos, considerações muito breves, in *BAPIC*, n. 5 (1959), pp. 21 a 56.

1960: Liberdade condicional, *Breves Notas*, in *BAPIC*, n. 6 (1960), pp. 55 a 62.

Faria, José Alemão de Mendonça Cisneiros e

1847: *Praxe do Foro Militar seguida de um repertorio de leis, alvarás, decretos, e regulamentos*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Farinha, João de Deus Pinheiro

1963: *Infracções contra a Saúde Pública e Contra a Economia Nacional, Legislação Anotada*, Lisboa, Livraria Morais Editora.

1966: *Código de Processo penal Português: notas de legislação, jurisprudência e doutrina*, Lisboa, Livraria Morais.

Farinha, João de Deus Pinheiro, et al.

1972: *Código de Processo Penal Português (Notas de Legislação, Jurisprudência e Doutrina)*, 3^a edição, Lisboa, Moraes.

Farinha, Luís

2000: O sistema prisional salazarista, in *História*, Ano 22 (2000), pp. 42 a 51.

Fatela, João

1989: *O Sangue e a Rua, Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*,

Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Faveiro, Vítor António Duarte

1946: A intervenção dos particulares no exercício da acção penal, segundo o Decreto-lei n. 35.007, in RDES, ano II (1946-1947), pp. 3 a 17.

1949 a: Aspectos do direito criminal português na moderna política de defesa social, in RDES, ano V (1949-1950), pp. 308 a 353.

1949 b: A Organização Prisional Portuguesa, in BMJ, n. 10, pp. 363 a 371.

1952 a: Prevenção Criminal, Medidas de Segurança, Coimbra, Coimbra Editora.

1952 b: A suspensão da pena nos crimes contra a segurança exterior ou interior do Estado, in ROA, ano 12 (1952), ns. 1 e 2, pp. 190 a 195.

1968: Melo Freire e a Formação do Direito Público Nacional, Lisboa, CTF, ns. 109 e 110.

Febo, Melchior

1713 a: Decisiones Senatus Lusitaniae, Tomus Primus, Editio Ultima, Ulyssipone, Josephus Lopes Ferreyra.

1713 b: Decisiones Senatus Lusitaniae, Tomus Secundus, Editio Ultima, Ulyssipone, Josephus Lopes Ferreyra.

Feio, Manuel Moreira

1900: Estudos Sociologicos, Indigenas de Moçambique, Lisboa, Typographia do Commercio.

Félix, Patricia

1998: Diogo Inácio de Pina Manique, Intendant Général de la Police de la Cour et du Royaume de Portugal (1780-1805): Pouvoir et Actions face à la Criminalité, Diss. da Université de Marne la Vallée.

Fernandes, David Augusto

1968: A liberdade condicional (obrigatória, facultativa e na pena indeterminada), sua regulamentação, in BAPIC, n. 23 (1968), pp. 119 a 136.

Fernandes, Fernando

2001: O Processo Penal como Instrumento de Política Criminal, Coimbra, Livraria Almedina.

Fernandes, Francisco

1896: A Prisão Preventiva, Coimbra, F. França Amado Editor.

Fernandes, F. Diogo

1970: Prisões Preventivas, Porto, Guarda Nacional Republicana.

Fernandes, Henrique Barahona

1946: Imputabilidade Penal dos Doentes e Anormais Mentais, Separata do ano LXIV, n. 1, da MedC.

Fernandes, Vasco da Gama

1939: Nova Ciência de Punir, Lisboa, Editorial do Foro Limitada.

1940: No Limiar do Novo Ano Judicial, Leiria, Sociedade Astória Lda.

1958: Advocacia, Claros-Escuros duma profissão, Lisboa, Gráfica Santelmo, Lda.

Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva

1856 a: Theoria do Direito Penal aplicada ao Código Penal Portuguez comparado com o Código do Brazil, Leis Patrias, Codigos e Leis Criminaes dos Povos Antigos e Modernos, Volume II, Lisboa, Typographia Universal.

1856 b: Theoria do Direito Penal aplicada ao Codigo Penal Portuguez comparado com o Codigo do Brazil, Leis Patrias, Codigos e Leis Criminaes dos Povos Antigos e Modernos, Volume III, Lisboa, Typographia Universal.

1857: Theoria do Direito Penal aplicada ao Codigo Penal Portuguez comparado com o Codigo do Brazil, Leis Patrias, Codigos e Leis Criminaes dos Povos Antigos e Modernos, Volume V, Lisboa, Imprensa Nacional.

Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, et al.

1836: Projecto de Reforma sobre a Organização Judiciaria, e Ordem do Processo Civil e Criminal redigido pela Comissão creada pelos Decretos de 27 de Novembro, e 11 de Dezembro de 1835. Acompanhado destes Decretos e do Relatorio apresentado pela Comissão a sua Majestade A Rainha, Lisboa, Imprensa Nacional.

Ferraz, J. D. Machado

1834: Exame sobre o Jury em que se analisa a Historia e Theoria d' esta Instituição, Pariz, Rey e Gravier.

1840: Commentarios á Lei de 19 de Maio de 1832 sobre a Competencia do Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando.

1844: Commentarios á Lei de 19 de Dezembro de 1843 que trata das novas attribuições, concedidas ao Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando.

Ferreira, Flávio Pinto

1972: Uma abordagem sociológica da Magistratura Judicial, in SI, tomo XXI, 1972, pp. 452 a 482.

Ferreira, José Carlos Ney

1975: Retroactividade da lei penal em substituição de penas (Moçambique), in SI, tomo XXV (1975), ns. 142 e 143, pp. 498 e 511.

Ferreira, José Carlos Ney, e Vasco Soares da Veiga

1957: Estatuto dos Indígenas Portugueses das Provincias da Guiné, Angola e Moçambique Anotado e Legislação Complementar, 2ª edição, Lisboa, Tipografia-Escola da Cadeia Penitenciária de Lisboa.

Ferreira, José Dias

1884: Discurso sobre a Reforma Penal proferido na Sessão de 18 de Abril de 1884, Lisboa, Imprensa Nacional.

1890: Código de Processo Civil Anotado, Tomo III, Imprensa da Universidade, Coimbra.

1892: Novissima Reforma Judiciaria Anotada, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Ferreira, Manoel Lopes

1767: Pratica Criminal, Expendida na Forma da praxe observada neste nosso reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, Leys Extravagantes, Regimentos, e Doutores, e em quatro Tomos distribuida. E nesta ultima impresaõ accrescentada com as Leys Criminaes Extravagantes, e hum novissimo, e correctissimo Index alphabetico de toda a obra, Porto, Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimarães.

Ferreira, Manuel Cavaleiro de

1938 a: Os criminosos de difficil correcção no dec. 26.643 (Reforma Prisional de 1936), in O Direito, ano 70 (1938), pp. 130 a 137, 162 a 166.

1938 b: A Reforma do Direito Penal Alemão, in O Direito, ano 70 (1938), pp. 258 a 266.

1940: Processo Penal, Lições feitas ao Curso do 4. Ano Jurídico de 1939-40 pelo Ex. mo Prof. Doutor Cavaleiro de Ferreira, por António Magro Araújo e Orlando Soares Gomes da Costa, Lisboa.

1941: Lições de Direito Penal de harmonia com as prelecções do Ex. mo Professor Doutor

Cavaleiro de Ferreira ao curso do IV ano jurídico, por Carmindo Rodrigues Ferreira e Henrique Vaz Lacerda, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

1943: A Personalidade do Delinquente na Repressão e na Prevenção, Lisboa, Portugal Editora.

1955: Curso de Processo Penal, Lições proferidas no ano lectivo 1954 -1955, I, Lisboa.

1956 a: Curso de Processo Penal, Lições proferidas no ano lectivo 1954 -1955, II, Lisboa.

1956 b: Curso de Processo Penal, Lições proferidas no ano lectivo 1954 -1955, III, Lisboa.

1961: Direito Penal, II, Lisboa, Gomes & Rodrigues Lda.

1965: Direitos do réu condenado como ausente, in SI, tomo XIV, 1965, pp. 137 a 144.

1979: Direito de Defesa, A jurisdição militar é especial, Evolução da prisão preventiva (Alegações), in SI, tomo XXVIII, ns. 160/162, 1979, pp. 293 a 317.

1982: Direito Penal Português, Parte Geral, II, Lisboa, Verbo.

1983: Parecer, O objecto da lei de amnistia de 1979: as infracções criminais e disciplinares de natureza política, in Silvino Marques et al., Os «Descolonizadores» e o Crime de Traição à Pátria, Lisboa, Ulisseia, pp. 97 a 110.

1984: A Pronúncia, in SI, tomo XXXIII, ns. 191-192, 1984, pp. 433 a 454.

1986 a: Curso de Processo Penal, 1.º volume, Lisboa, Editora Danubio, Lda..

1986 b: Curso de Processo Penal, 2.º volume, Lisboa, Editora Danubio, Lda..

2000: 10 Anos na pasta da Justiça, Documentos e correspondência com Salazar, 6 de Setembro de 1944 a 7 de Agosto de 1954, Organização e edição por Manuel Cavaleiro de Ferreira, Lisboa.

Ferreira, M. Marques

1991: Da Alteração dos Factos Objecto do Processo, in RPPC 2 (1991), pp. 221 a 239.

Ferreira, Silvestre Pinheiro

1825: Synopse do Código do Processo Civil conforme as Leys e Estilos Actuaes do Foro Portuguez, Paris, Typographia de Firmin Didot.

1831 a: Observações sobre a Carta Constitucional do Reino de Portugal e a Constituição do Império do Brasil, Paris, Officina Typographica de Casimir.

1831 b: Projectos de Ordenações para o Reino de Portugal, Tomo I, Carta Constitucional e Projecto de Leis Organicas, Paris, Officina Typographica de Casimir.

1831 c: Projectos de Ordenações para o Reino de Portugal, Tomo II, Exposição do Projecto d' Ordenações para o reino de Portugal, Paris, Officina Typographica de Casimir.

1832 a: Projectos de Ordenações para o Reino de Portugal, Tomo III, Projecto de Reforma das Leis Fundamentaes e Constitutivas da Monarchia, Paris, Officina Typographica de Casimir.

1832 b: Projecto d' um Systema de Providencias para a Convocação das Cortes Geraes e Restabelecimento da Carta Constitucional, Appendice ao Parecer de dois concelheiros da coroa constitucional sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal, Paris, Officina Typographica de Casimir.

1833: Observations sur la Charte Constitutionnelle de la France extraites du Cours de Droit Public, Paris, Rey et Gravier.

1834 a: Manual do Cidadão em um Governo Representativo, ou Principios de Direito Constitucional, Administrativo e das Gentes, Tomo I, Direito Constitucional, Paris, Rey e Gravier.

1834 b: Manual do Cidadão em um Governo Representativo, ou Principios de Direito Constitucional, Administrativo e das Gentes, Tomo III, Projecto de Código Geral, Paris, Rey e Gravier.

1834 c: Principes du Droit Public, Constitutionel, Administratif, et des Gens, ou Manuel du Citoyen sous un Gouvernement Représentatif, Tome Troisième, Paris, Rey et Gravier.

1834 d: Projecto de Código Geral de Leis Fundamentais e Constitucional d' uma Monarchia Representativa, Paris, Officina Typographica de Casimir.

1837: Breves Considerações sobre a Constituição Política da Monarchia portugueza decretada pelas Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes, reunidas em Lisboa no anno de 1821, Paris, Rey e Gravier.

1838 a: Observations sur la Constitution de la Belgique, décrété par le Congrès National le 7

Février 1831 extraites du Cours de Droit Public, Paris, Rey et Gravier, Libraires.
1838 b: Projecto de Codigo Politico para a Nação Portuguesa, Paris, Casa de Rey e Gravier.
1840 a: Projecto de Lei Organica e Regulamentar da Administração da Justiça, com Exposição de Motivos, Lisboa, Imprensa Nacional.
1840 b: Projecto de Lei Organica das Relações Cíveis do Clero da Igreja Lusitana, com Exposição de Motivos, Lisboa, Imprensa Nacional.
1841: Memória sobre a Administração da Justiça Criminal, segundo os Principios do Direito Constitucional, Lisboa, Typ. Lusitana.
1844 a: Questões de Direito Publico e Administrativo, Philosophia e Litteratura, Parte I, Lisboa, Typographia Lusitana.
1844 a: Questões de Direito Publico e Administrativo, Philosophia e Litteratura, Parte II, Lisboa, Typographia Lusitana.
1845: Précis d' un Cours de Droit Public, Administratif et des Gens, Tome Premier, Lisbonne, Imprimerie Nationale.
1846: Précis d' un Cours de Droit Public, Administratif et des Gens, Tome Second, Lisbonne, Imprimerie Nationale.

Ferreira, Vasco Taborda, e Carmindo Ferreira

1948: O Recurso de Agravo, Algumas Notas para a sua historia, algumas considerações sobre a sua finalidade e objecto, in BMJ n. 5, pp. 36 a 75.

Ferreira, Waldemar

1960: O Direito Público Colonial do Estado do Brasil sob o signo Pombalino, Rio de Janeiro, Editora Nacional de Direito.

Ferreira-Deusdado, Mário

1890: Essays de Psychologie Criminelle, Rapport du IV. Congrès Pénitentiaire International, Limoges.

1891: O Ensino Carcerário e o Congresso Penitenciario Internacional de S. Petesburgo, Lisboa, Imprensa Nacional.

1894: A Anthropologia Criminal e o Congresso de Bruxellas, Lisboa, Imprensa Nacional.

1931: A Onda do Crime, Lisboa, Imprensa Lucas & Ca.

Ferri, Enrico

1905: La Giustizia Penale, Sua Evoluzione, Suoi Difetti, Suo Avvenire, Riassunto del Corso di sociologia criminale tenuto all' Istituto di Alti Studi dll' Université Nouvelle di Bruxelles, Mantova, Tipografia della «Università Popolare».

1931: Principios de Direito Criminal, O Criminoso e o Crime, traduzido do italiano por Luiz de Lemos d' Oliveira, com um prefacio do Prof. Beza dos Santos, Coimbra, Armenio Amado Editor.

Ferro, Mário

1935: O regime prisional das colónias, in GRL, ano 49 ° (1935), pp. 177 e 178.

Feuerbach, Paul Johann Anselm von

1821: Betrachtungen über die Öffentlichkeit und Mündlichkeit der Gerechtigkeitspflege, Band I, Von der Öffentlichkeit der Gericht, Von der Mündlichkeit der Rechtsverwaltung, Giessen.

1825: Betrachtungen über die Öffentlichkeit und Mündlichkeit der Gerechtigkeitspflege, Band II, Über die Gerichtsverfassung und das gerichtliche Verfahren Frankreichs, in besonderer Beziehung auf die Öffentlichkeit und Mündlichkeit der Gerechtigkeitspflege, Giessen.

Fezer, Gerhard

1974 a: Die erweiterte Revision - Legitimierung der Rechtswirklichkeit ? - Inhaltsanalyse eines

Jahrgangs unveröffentlichter Entscheidungen des Bundesgerichtshofs in Strafsachen, Tübingen, Mohr.
1974 b: Reform der Rechtsmittel in Strafsachen. Bericht über die Entstehung der gegenwärtigen Rechtsmittelvorschriften und die Bemühungen um ihre Reform, Bundesministerium der Justiz.
1975: Möglichkeiten einer Reform der Revision in Strafsachen, Eine Untersuchung unter besonderer Berücksichtigung der gegenwärtigen Vorschläge zur Rechtsmittelreform, Tübingen, Mohr.

Figueira, Álvaro Reis

1984: Formas de participação popular na administração da justiça em Portugal, Braga, Livraria Cruz.

Figueira, Manuel

1942: Direito Penal Indígena, in GARL, ano VII, 1942, n. 5, pp. 72 e 73.

Figueiredo, Alípio Freire, e Albino Freire de Figueiredo

1841: Repertorio ou Índice Alfabético da Novíssima Reforma Judiciária que contém a Carta de Lei de 28 de Novembro de 1840 e o Decreto de 21 de Maio de 1841, Neste Índice se apontam em notas os artigos de legislação que serviram de fonte e assento, e servem de interpretação a cada um dos artigos da novíssima Lei, Lisboa, Typografia de Barbosa.

Figueiredo, Joaquim Augusto Roseira

1972: Organização Judiciária, Porto, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados.

Figueiredo Joaquim Roseira, e Flávio Pinto Ferreira

1974: O Poder Judicial e a sua Independência, Lisboa, Moraes Editores.

Figueiredo, Jozé Anastasio de

1790: Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os Mais Raros para a Historia e Estudo Critico da Legislação Portugueza, Tomo II (1550-1603), Lisboa, Officina da Academia das Sciencias.

1792 a: Sobre a origem dos nossos juizes de fora, in AAVV, Memórias da Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo I, Lisboa, na Officina da mesma Academia, pp. 31 a 60.

1792 b: Para dar uma ideia justa do que eraõ as Behetrías, e em que differiaõ dos Coutos, e Honras, in AAVV, Memórias da Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo I, Lisboa, na Officina da mesma Academia, pp. 98 a 257.

Figueiredo, Mário de

1936: Princípios Essenciais do Estado Novo Corporativo, Coimbra, Coimbra Editora.

Filangieri, Gaetano

1840: Oeuvres, traduites de l' Italien, nouvelles edition accompagnée d' un commentaire par Benjamin Constant et de l' eloge de Filangieri par M. Salfi, Tome Premier, Paris, Librairie de J. P. Aillaud.

Finger, August

1934: Einige Gedanken zur Denkschrift des Preussischen Justizministers "Nationalsozialistisches Strafrecht", in GerS, 104 (1934), pp. 265 a 291, e

1935: Gedanken zur Denkschrift des Preussischen Justizministers "Nationalsozialistisches Strafrecht", in GerS, 105 (1935), pp. 26 a 58, 97 a 125, 198 a 240.

Fischer, Erich

1934: Das Verbot der reformatio in peius in der Reichstrafprozeßordnung, Diss. Halle-Wittenberg.

Fischer, Thomas

1995: Anotações aos §§ 253 e 254 da StPO, in Gerd Pfeiffer/Thomas Fischer- StPO

Fischer, Wilhelm

1930: Berufungsausschluß, Ersatzrevision und Sprungrevision gegen Urteile des Amtsgerichts, Breslau, Schletter' sche Buchhandlung.

Fischinger, Helmuth

1969: Die Teilung des Strafverfahrens in zwei Abschnitte. Schuldspruch und Strafausspruch, in ZStW, 81 (1969), pp. 49 a 60.

Florian, Eugenio

1934: Parte Generale del Diritto Penale, Quarta Edizione, I, Introduzione, Le norme penali e la loro applicazione, Il delinquente, Il reato, Milano, Casa Editrice Francesco Vallardi.

Fonseca, Crispiniano da

1886: Legislação Criminal Portuguesa, Processo, in RFP, ano 2 ° (1886), pp. 44, 45, 57 a 59.

1933: A Reforma da Lei Penal Portuguesa (Parte Geral), Lisboa, Tip. da Papelaria Progresso.

Fonseca, Olimpio da

1957: Delinquentes Habituais, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Foregger, Egmont

1985: In welche Richtung soll die Reform der Strafprozeßordnung weitergeführt werden ?, in Vorstand des Österreichischen Juristentages, Verhandlungen des Neunten Österreichischen Juristentages Wien 1985, Band I, 3. Teil, Gutachten, Wien, Manzsche Verlags- und Universitätsbuchhandlung.

Forsthoff, Ernst

1933: Der Totale Staat, Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt.

Foucher, M. Victor

1833: Code Pénal Général de l' Empire d' Autriche, avec des appendices contenant les règlements généraux les plus récents, traduit sur la dernière édition officielle, Paris, Imprimerie Royale.

Fraga, Carlos Alberto Conde da Silva

2000: Subsídios para a Independência dos Juízes, O caso Português, Lisboa, Edições Cosmos.

França, Olívio

1973: O Advogado e o Juiz nas Estruturas dos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal, in ROA, ano 33 (1973), pp. 197 a 208.

Franco, Manoel António Monteiro de Campos Coelho da Costa

1765: Tractado Practico Juridico Cível, E Criminal. Dividido em Tres Partes: Na Primeira, Se tracta de todo o processo judicial até à revista da sentença. Na segunda, sobre a matéria Crime com as Leys novissimas a elle pertencente. Na terceira sobre o juizo dos Orfaõs até a sua final conclusaõ. Ornado finalmente com hum Epilogo Juridico sobre a matéria dos Compromissos, e Cessoens de bens dos Devedores, e Fallidos com as Reaes Leys a elles pertencentes. Fundado em As leys do Reino, Direito Commum, Canonico, Cível, e com as mais solidas doutrinas dos Doutores: Obra Utilissima, e Necessaria para todos os que principiaõ os Officios de Julgar, e Advogar, e para as pessoas, que litigaõ em Auditorios deste Reino, Lisboa, Officina de Joam Antonio da Costa.

Frank, Hans

1939: Fondamento Giuridico dello Stato Nazionalsocialista, Traduzione del Dott. L. L. Palermo,



Milano, Giuffrè.

Freire, Basílio Augusto Soares da Costa
1889: Os Criminosos, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Freire, Mello
Ver Reis, Pascoal José de Mello Freire dos

Freisler, Roland

1934: Ergebnisse der Beratungen des Zentralausschusses der Strafrechtsabteilung der Akademie für deutsches Recht, in Hans Frank (hrsg.), Denkschrift des Zentralausschusses der Strafrechtsabteilung der Akademie für Deutsches Recht über die Grundzüge eines Allgemeinen Deutschen Strafrechts, Berlin, Decker's Verlag, pp. 7 a 24.

1935: Willenstrafrecht, Versuch und Vollendung, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafrecht, Allgemeiner Teil, Bericht über die Arbeit der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, Verlag Franz Wahlen, 2. Auflage, nach den Ergebnissen der zweiten Lesung neu bearbeitet, pp. 11 a 48.

1935: Richter und Gesetz, Von der neutralen zur kämpferischen Rechtspflege, in DtJ, 97 (1935), pp. 241 e 242.

1936 a: Das neue Strafrecht als nationalsozialistisches Bekenntnis, in Franz Gürtner e Roland Freisler, Das neue Strafrecht, Grundsätzliche Gedanken zum Geleit, 2. Auflage, Berlin, Decker's Verlag, pp. 33 a 162.

1936 b: Gedanken zur Technik des werdenden Strafrechts und seiner Tatbestände, in ZStW, 55 (1936), pp. 503 a 532.

1937 a: Volksrichter und Berufsrichter als Hüter des Volksgewissens, Grundsätzliche Stellungnahme zur Volksrichterbeteiligung, in Dörffler (hrsg.), Der Volksrichter in der neuen deutschen Strafrechtsplege, Berlin, Decker's Verlag, pp. 34 a 52.

1937 b: Allgemeines zur Ehrenwahrung im Strafverfahren, in Roland Freisler, Der Ehrenschatz im neuen deutschen Strafverfahren, Berlin, R. v. Decker' s Verlag, pp. 9 a 25.

1938 a: Nationalsozialistisches Recht und Rechtsdenken, Berlin, Industrieverlag Spaeth & Linde.

1938 b: Grundsätzliches zur Strafverfahrenserneuerung, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 11 a 77.

1940: Wiedergeburt strafrechtlichen Denkens, Berlin, R. v. Decker' s Verlag.

1943: Das Rechtsdenken des Jungen Europas, Berlin, Albert Limbach Verlag.

Freisler, Roland, et al.

1941: Deutsches Strafrecht, Band 1, Erläuterungen zu den seit dem 1.9.1939 ergangenen strafrechtlichen und strafverfahrensrechtlichen Vorschriften, Berlin, Decker.

Freitas, Justino António de

1860: Manual dos Juizes Eleitos e seus Escrivães contendo o processo de damno, do movel e dinheiro de transgressões de Posturas e de Fazenda, Setima Edição Correcta e augmentada segundo a novissima Reforma Judicial e legislação posterior, Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel.

Frochot, Michel

1942: L'Empire Colonial Portugais, Organisation Constitutionnelle, Politique et Administrative, Lisboa, Editions SPN.

Frohn, Hansgeorg

1989: Rechtliches Gehör und richterliche Entscheidung: Studie zur Verfassungsdimension des gerichtlichen Erkenntnisverfahrens; zugleich ein Beitrag zur verfassungsrechtlichen Problematik des Postulats effektiven Rechtsschutzes, Berlin, Duncker & Humblot.

- Fuchs
1879: Das Hauptverfahren in erster Instanz, in Franz von Holtendorff (hrsg.), Handbuch des deutschen Strafprozeßrechts in Einzelbeiträgen, Zweiter Band, Berlin, Verlag von Carl Habel, pp. 1 a 111.
- Fuhrmann, Hans
1973: Die Appellation als Rechtsmittel für eine beschränkte Tatsachennachprüfung in einem dreistufigen Gerichtsbaus, in ZStW, 85 (1973), pp. 45 a 75.
- Funck-Brentano, Frantz
1926: Les Lettres de Cachet, Paris, Librairie Hachette.
- Furtado, Acácio
1945: Dos Direitos e Deveres dos Advogados, I, O Habeas Corpus e o Advogado, in ROA, ano 5, ns. 3 e 4, 1945, pp. 364 a 367.
- Furtado, Jorge Pinto Furtado
1969: Conselho Ultramarino, decreto-lei n. 49.146 (lei orgânica), decreto-lei n. 49.197 (regimento) e portarias n. 24.204 (tabelas das custas) de 25 de Julho de 1969, anotadas, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- Gallas, Wilhelm
1941: Tatstrafe und Täterstrafe, insbesondere im Kriegsstrafrecht, II, in ZStW, 60 (1941), pp. 374 a 417.
- Garção, Abel
1915: Legislação Anotada da República, Coleção anotada dos diplomas publicados pelo Ministério da Justiça desde a proclamação da República Portuguesa, e dos publicados pelos outros ministérios que interessam aos Tribunais e Repartições Públicas, seguida de Adições, 1 ° Volume, Porto, João Fernando Amaral.
- Garção, Amandio Pinto
1928: A Disciplina dos Funcionários, Leis, Opiniões e Comentários com regulamento disciplinar dos funcionários civis e índice alfabético e remissivo, Coimbra, Coimbra Editora.
- Garcia, Maria da Glória Ferreira Pinto Dias
1994: Da Justiça Administrativa em Portugal, Sua origem e evolução, Lisboa, Universidade católica Editora.
- Garçon, Maurice
1957: Histoire de la justice sous la III République, III, La Fin du Régime, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- Garofalo, Raffaele
1908: Criminologia, Estudo sobre o Delicto e a Repressão Penal seguido de um appendice sobre os Termos do Problema Penal por L. Carelli, Versão portuguesa com um prefácio original por Julio de Mattos, 2ª edição, Lisboa, Livraria Classica Editora.
- Garraud, René
1907: Traité Théorique et Pratique d' Instruction Criminelle e de Procédure Pénale, Tome Premier, Paris, Recueil Sirey.
1909: Traité Théorique et Pratique d' Instruction Criminelle e de Procédure Pénale, Tome

Deuxième, Paris, Recueil Sirey.

1912: *Traité Théorique et Pratique d' Instruction Criminelle e de Procédure Pénale*, Tome Troisième, Paris, Recueil Sirey.

1915: *Compendio de Direito Criminal contendo a explicação elementar da parte geral do Código Penal Francez, do Código d' Instrução Criminal e das leis que os teem modificado*, Tradução de A. T. de Menezes, Volume II, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1915.

Garraud, René, e Pierre Garraud

1926: *Traité Théorique et Pratique d' Instruction Criminelle e de Procédure Pénale*, Tome Quatrième, Paris, Recueil Sirey.

1928: *Traité Théorique et Pratique d' Instruction Criminelle e de Procédure Pénale*, Tome Cinquième, Paris, Recueil Sirey.

Garrett, Thomaz de Almeida

1919: *Questões Coloniaes (Licções feitas aos alunos da 5ª cadeira da Escola Colonial)*, Lisboa, Centro Typographico Colonial.

Garrido, António

1869: *O Supremo Tribunal de Justiça*, in GT, 1869, pp. 140, 144, 148, 152, 156, 160 e 164.

Gaspar, Jorge

2001: *Titularidade da Investigação Criminal e Posição Jurídica do Arguido*, in RMP, ano 22 ° (2001), volume n. 87, pp. 7 a 62, e volume n. 88, pp. 101 a 136.

Gatti, Tancredi

1929: *Il Nuovo Codice di Procedura Penale Portoghese*, in BIC, volume X (1929), pp. 469 a 482.

Gazeta da Relação de Lisboa

1911: *Liberdade de Imprensa*, in GRL, 24 ° ano, 1910-1911, n. 38, pp. 297, 298, n. 41, pp. 321, 322, n. 42, pp. 329, 330, n. 45, pp. 353, 354, n. 47, pp. 369, 370, n. 57, pp. 449, 450, n. 65, pp. 513, 514, n. 74, pp. 585, 586, n. 84, pp. 665 e 666, e 25 ° ano, 1911-1912, n. 28, pp. 217 e 218.

1912 a: *Juizos d' excepção*, in GRL, ano 25 °, 1912, pp. 497 e 498.

1912 b: *O Dec. de 28 de novembro de 1907, que estabelece novo processo para o julgamento das transgressões de posturas, não está em vigor*, in GRL, 25 ° ano, 1912, p. 701.

Geigenmüller, Otto

1937: *Die politische Schutzhaft im nationalsozialistischen Deutschland*, Diss. Leipzig.

Gelin, Marcel

1922: *La Peine Justifiée*, Trévoux, Imprimerie Jules Jeannin.

Gellately, Robert

1990: *The Gestapo and German Society, Enforcing Racial Policy, 1933-1945*, Oxford, Clarendon Press.

Gemmingen, H. D. Frhr. von

1937: *Die Beteiligung des Verletzten am künftigen Strafverfahren, II Aussprache*, in ZStW, 56 (1937), pp. 250 a 254.

1944: *Zum Täterproblem, Denknöwendigkeiten, taktische Bedürfnisse, Gefahren*, in ZStW, 62 (1944), pp. 28 a 64.

Gentz, Werner

- 1930: Aufgaben und Aufbau der Gerichtshilfe, in ZStW, 50 (1930), pp. 235 a 247.
- Geppert, Klaus
1979: Der Grundsatz der Unmittelbarkeit im deutschen Strafverfahren, Berlin, de Gruyter.
- Gerber, Hans
1913: Das Verbot der reformatio in peius im Reichsstraßprozess, Breslau, Schletter' sche Buchhandlung.
- Gerlach, Götz
1992: Absprachen im Strafverfahren. Ein Beitrag zu den Rechtsfolgen fehlgeschlagener Absprachen im Strafverfahren, Frankfurt, Lang.
- Gersão, Eliana
1968: Tratamento Criminal de Jovens Delinquentes, Coimbra, Centro de Direito Comparado da Faculdade de Direito de Coimbra.
1970: A detenção antes do julgamento em Portugal, in RDES, ano XVII, 1970, pp. 187 a 224.
- Gil, António
1866 a: Comdenado um réo a prisão em crime de policia correccional, deverá, no caso de ter apelado, ser conservado em custodia até à decisão d' este recurso ? Sim, in GT, 1866, n. 3664, p. 176.
1866 b: Se nos crimes em que se admitte a fiança e prestada ella, o recurso de apellação suspende a execução da pena corporal e das custas ? Sim, e o réo livra se solto., in GT, 1866, n. 3783, p. 28.
- Gineste, Fernand
1896: Essai sur l' Histoire et l' Organisation du Jury Criminel en France et dans les États Modernes, Castres, Imprimerie Abeilhou.
- Girault, Arthur
1907: Principes de Colonisation et de Législation Coloniale, Troisième Édition revue et augmentée, Tome II, Paris, Librairie de la Société du Recueil Sirey.
- Glaser, Julius
1867: Zur Reform des Verfahrens bei der Versetzung in Anklagestand, in GerS, 19 (1867), pp. 118 a 155, 212 a 254.
1879: Die geschichtlichen Grundlagen des neuen deutschen Strafprozessrechts, in Franz von Holtzendorf (hrsg.), Handbuch des deutschen Strafprozessrechts, Erster Band, Berlin, Carl Habel, pp. 5 a 79.
1883: Handbuch des Strafprozesses, Erster Band, Leipzig, Duncker & Humblot.
1885: Handbuch des Strafprozesses, Zweiter Band, Leipzig, Duncker & Humblot.
- Glasson, Ernest
1883 a: Histoire du Droit et des Institutions Politiques, Civiles et Judiciaires de l' Angleterre comparés au Droit et aux Institutions de la France depuis leur origine jusqu' a nos jours, Tome Cinquième, La Réforme Religieuse, La Monarchie absolue et la Révolution politique, Le Gouvernement parlementaire, Paris, A. Durand et Pedone-Lauriel, Éditeurs.
1883 b: Histoire du Droit et des Institutions Politiques, Civiles et Judiciaires de l' Angleterre comparés au Droit et aux Institutions de la France depuis leur origine jusqu' a nos jours, Tome Sixième, Le Droit Actuel, Paris, A. Durand et Pedone-Lauriel, Éditeurs.
- Gleizal, Jean-Jacques
1993: La Police en France, Paris, Presses Universitaires de France.

Godinho, José Magalhães

1971: Ordem dos Advogados, Advocacia (Alguns Problemas), Lisboa, Prelo Editora.

1967: Interpretação do Artigo 149 do Código Penal, Requerimento de Habeas Corpus dirigido ao Conselheiro Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, Tipografia Freitas Brito.

1968: Requerimento de Interposição de Recurso, Lisboa, Tipografia Freitas Brito.

1972: A Independência do Poder Judicial, in SI, tomo XXI, 1972, pp. 514 a 523.

1973: Direitos, Liberdades e Garantias Individuais, 2ª edição, Lisboa, Seara Nova.

1974: Causas que foram Casos, Lisboa, Seara Nova.

Goes, F. Henriques

1911: Reformas do Processo Penal, in GRL, 24º ano, 1910-1911, n. 29, pp. 225 e 226.

Goetze, Fritz

1936: Die Ächtung als Ehrenstrafe, in ZStW, 55 (1936), pp. 533 a 575.

Goldschmidt, Jacob

1903: Die Revision gegen Schwurgerichtsurteile nach der deutschen Strafprozessordnung, Diss. Würzburg.

Goldschmidt, James

1919: Zur Reform des Strafverfahrens, Tübingen, Mohr.

1920: Die Kritiker der Strafprozessentwürfe, in ZStW, 41 (1920), pp. 569 a 761.

1922: Das deutsche und das österreichische Strafverfahren und die Aussichten für eine Vereinheitlichung, in ZStW, 43 (1922), pp. 409 a 444.

1935: Problemas jurídicos y Políticos del Proceso Penal, Conferencias dadas en la Universidad de Madrid en los meses de diciembre de 1934 y de enero, febrero y marzo de 1935, Barcelona, Bosch.

Gollwitzer, Walter

1987: Anotações aos §§ 253 e 254 da StPO, in Löwe-Rosenberg – StPO.

1989: Anotação ao § 251 da StPO, Nachtrag, in Löwe-Rosenberg – StPO.

Goltz, Rüdiger Graf von der

1938: Die Befassung des Gerichts mit der Anklage und die Anberaumung der Hauptverhandlung, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 118 a 140.

Gomes, A. Allen

1973: Liberdade Provisória e Prisão Preventiva sem Culpa Formada (Breves Notas), Lisboa, Editorial Império Lda.

Gomes, Alexandre Caetano

1756: Dissertações jurídicas, sobre a Intelligencia de algumas Ordenações do Reyno, Lisboa, na Officina de Domingos Gonçalves.

1820: Manual Pratico Judicial, Civil, e Criminal, em que se Descrevem Recopiladamente os Modos de Processar em Hum e Outro Juizo: Acções summarias, ordinarias, Execuções, Aggravos, e Appellações; a que accrescem Acções de Embargos á primeira, Arrematações de real por real, Acções in factum, e huma observação sobre as Revistas das sentenças finaes; Obra muito util, e necessaria para os Juizes no Foro Ecclesiastico, e Secular. Accrescentado com a pratica do Juizo dos Orfãos, e com o Regimento dos Tabelliães de Notas, e dos Escrivães do Judicial, e do Crime, Lisboa, Impressão Regia.

Gonçalves, Caetano

1906: Peculio de Legislação Criminal Annotada e Precedida de um Breve Estudo sobre a

- Jurisdição Repressiva na Província de Angola, Loanda, Imprensa Nacional.
- 1918: A independência do poder judicial, in RJ, ano 3 ° (1918), n. 55, pp. 499 e 500
- 1919: A função da Secretaria das Colónias, do Conselho Colonial e da Magistratura Judicial Ultramarina, Lisboa, Empresa Diário de Notícias.
- 1935: A independência dos juizes, in GRL, ano 48 (1935), n. 21, pp. 321 a 323.
- Gonçalves, João
- 1922: Subsídios para a Reforma do Regime Prisional, in BIC, volume I (2 ° semestre de 1922), pp. 111 a 125.
- 1923: Crime, degenerescência e atavismo, in BIC, volume II e III (1923), pp. 49 a 75)
- Gonçalves, Luís da Cunha
- 1911: A acusação particular nos crimes publicos, in GRL, 24 ° ano, 1910-1911, n. 48, pp. 377, 378, 385 e 386.
- 1913: As Causas da Criminalidade segundo a Nova Escola Psico-Patológica, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Gonçalves, Manuel Maia
- 1963: Medidas de Segurança, in BMJ, n. 127, pp. 495 a 502.
- 1972: Código de Processo Penal Anotado e Comentado, 1 ª edição, Coimbra, Livraria Almedina.
- 1977: Código de Processo Penal, Das Execuções (estudo não publicado).
- 1978: Código de Processo Penal Anotado e Comentado, 2 ª edição, Coimbra, Livraria Almedina.
- 1980: Código Penal Português na Doutrina e na Jurisprudência, 5 ª edição actualizada, Coimbra, Coimbra Editora.
- 1983: Código de Processo Penal (Anteprojecto), in BMJ n. 329, pp. 18 a 253.
- Gössel, Karl Heinz
- 1979: Überlegungen zur Beschleunigung des Strafverfahrens, in GA, 1979, pp. 241 a 251.
- 1980: Überlegungen über die Stellung der Staatsanwaltschaft im rechtsstaatlichen Strafverfahren und über ihr Verhältnis zur Polizei, in GA, 1980, pp. 325 a 354.
- 1982 a: Die Stellung des Verteidigers im rechtsstaatlichen Strafverfahren, in ZStW, 94 (1982), pp. 5 a 36.
- 1994: Empfehlen sich Änderungen des Strafverfahrensrechts mit dem Ziel, ohne Preisgabe rechtsstaalicher Grundsätze den Strafprozeß, insbesondere die Hauptverhandlung, zu beschleunigen ?, in Ständigen Deputation des Deutschen Juristentages, Verhandlungen des Sechzigsten Deutschen Juristentages, Band I (Gutachten), Teil C, München, Beck.
- Gouvêa, A. Ayres de
- 1860: A Reforma das Cadeias em Portugal, Resposta ao ponto proposto pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra «Como devem ser entre nós reformadas as cadeias ?», Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Gouveia, Acácio de, et al.
- 1964: Medidas de Segurança, Exposição acerca do Dec-Lei 40.550, in ROA, ano 24 (1964), pp. 197 a 202.
- Gouveia, João Cândido Baptista de
- 1835: Policia Secreta dos Últimos Tempos do Reinado do Senhor D. João VI; e sua Continuação até Dezembro de 1826, Lisboa, Imprensa de Candido Antonio da Silva Carvalho.
- Goyet, Francisque
- 1926: Le Ministère Public en Matière Civile et en Matière Répressive et l' Exercice de l' Action

Publique, Paris, Recueil Sirey.

Graf, Christoph

1933: Politische Polizei zwischen Demokratie und Diktatur: die Entwicklung der preussischen Politische Polizei vom Staatsschutzorgan der Weimarer Republik zum Geheimen Staatspolizeiamt des Dritten Reiches, Berlin, Colloquim-Verlag.

Grasserie, Raoul de la

1914: De la Justice en France et a l' Etranger au XX Siècle (Evolution, Comparaison, Critique, Réforme), en trois volumes, Tome Deuxième, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

Grau, Fritz

1938: Die sachliche und örtliche Zuständigkeit, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 184 a 205.

Grebe

1941: Die erleichterte Wiederaufnahme des Verfahrens gegen sondergerichtliche Urteile, in GerS, 115 (1941), pp. 43 a 64.

Grevi, Vittorio, e Neppi Modona

1989: Introduzione al Progetto de 1978, in Giovanni Conso et al., Il Nuovo Codice di Procedura Penale dalle leggi delega ai decreti delegati, Volume I, La Legge Delega del 1974 e Il Progetto Preliminare del 1978, Padova, CEDAM, pp. 91 a 143.

Gruchmann, Lothar

1988: Justiz im Dritten Reich 1933-1940, Anpassung und Unterwerfung in der Ära Gürtner, München, R. Oldenbourg Verlag.

Grünberg, Volker

1977: Nichtigkeitsbeschwerde gegen offensichtliche Rechtsmängel bei Rechtskräftigen Strafurteilen, Ein Beitrag zur Reform des Strafverfahrensrechts auf der Grundlage systematischer und vergleichender Untersuchungen deutschsprachiger Gesetze, Diss. Tübingen.

Grünhut, Max

1927: Die Stellung des Richters im künftigen deutschen Strafrecht, in MschrKrimPsych, 18 (1927), pp. 13 a 22.

1934: Alternative Tatsachenfeststellung im Strafprozess, in MschrKrimPsych, 25 (1934), pp. 327 a 340.

1948: Penal Reform, A Comparative Study, Oxford, Clarendon Press.

Grünwald, Gérard

1974: Empfiehlt es sich, besondere strafprozessuale Vorschriften für Großverfahren einzuführen ?, Verhandlungen des Fünfzigsten Deutschen Juristentages Hamburg 1974, Band I (Gutachten), Teil C, München, Beck.

1982: Der Niedergang des Prinzips der unmittelbaren Zeugenvernehmung, in Ernst-Walter Hanack et al. (hrsg.), Festschrift für Hans Dünnebieer zum 75. Geburtstag am 12. Juni 1982, Berlin, de Gruyter, pp. 347 a 364.

Guedes, Armando Marques

1916: Projecto de um Código de Processo Penal, datado de 10 de Abril de 1916, in Diário da Câmara dos Deputados, de 11 de Abril de 1916.

- Guedes, Armando Marques
1973: A Unidade Política Nacional e a Autonomia das Províncias Ultramarinas, Lisboa, Edições Ática.
- Guedes, João Hygino Teixeira
1845: Processo Criminal, organizado segundo a actual reforma de 21 de Maio de 1841, contendo alem disso as formulas para todos os autos e termos, que podem ter logar n' um processo crime, Lisboa, Typ. de Mathias José Marques da Silva.
- Guillot, Adolphe
1884: Des Principes du Nouveau Code d' Instruction Criminelle (Discussion du projet et commentaire de la loi), Paris, L. Larose et Forcel.
- Guimarães, Rui de Azevedo
1948: Comentário à Carta Orgânica do Império, Vol. I, Coimbra, Edição do Autor.
- Guimarães, Luiz de Pina
1939 a: A Observação dos Delinquentes e a nova Reforma das Prisões em Portugal, Separata do BIC.
1939 b: O «delinqüente por tendência» na Reforma Prisional Portuguesa, in BIC, ano de 1939, pp. 1 a 44.
1944: Comentários e casuística sôbre liberdade condicional, in BIC, anos de 1941-1944, pp. 11 a 65.
1966: Doutrinas Criminológicas e Sistemas Carcerários em Portugal – Aspectos Histórico-Críticos, in BAPIC, n. 19 (1966), pp. 39 a 107.
- Gürtner, Franz
1936 a: Von der Entstehung des nationalsozialistischen Strafrechts, Ein Rückblick, in Franz Gürtner e Roland Freisler, Das neue Strafrecht, Grundsätzliche Gedanken zum Geleit, 2. Auflage, Berlin, Decker's Verlag, pp. 15 a 19.
1936 b: Der Gedanke der Gerechtigkeit in der deutschen Strafrechtserneuerung, in Franz Gürtner e Roland Freisler, Das neue Strafrecht, Grundsätzliche Gedanken zum Geleit, 2. Auflage, Berlin, Decker's Verlag, pp. 19 a 31.
- Haas, Alfons
1934: Das Verbot der reformatio in peius im geltenden Strafprozeßrecht (einschl. Militärstrafgerichtsordnung) und die Frage seiner Beibehaltung im künftigen Strafprozeß, Diss. Tübingen.
- Haeger
1909: Die Stellung der Laienrichter in der Strafprozessnovelle, in MschrKrimPsych, 5 (1909), pp. 593 a 602.
- Haisch, Jochen
1979: Urteilspersevanz in simulierten Strafverfahren, in Mschrkrim, 62 (1979), pp. 157 a 161.
- Hanack, Ernst-Walter
1973: Das Legalitätsprinzip und die Strafrechtsreform, Bemerkungen zu § 153 a des Entwurfs für ein Erstes Gesetz zur Reform des Strafverfahrensrechts vom 13.4.1972, in Karl Lackner et al. (hrsg.), Festschrift für Wilhelm Gallas zum 70. Geburtstag am 12. Juli 1973, Berlin, de Gruyter, pp. 339 a 364.
- Hanack, Ernst-Walter, et al.

1971: Denkschrift zur Reform des Rechtsmittelrechts und der Wiederaufnahme des Verfahrens im Strafprozess, Tübingen, Mohr.

Hart, J. M.

1951: *The British Police*, London, George Allen & Unwin Ltd.

Hartung, Fritz

1930: Soziale Gerichtshilfe, Entwicklungslinien und Probleme, in *ZStW*, 50 (1930), pp. 208 a 230.

1938: Die Rechtsmittel nach dem Vorentwurf einer neuen Strafverfahrensordnung, in *ZStW*, 57 (1938), pp. 89 a 106.

Hattenhauer, Hans

1994: *Europäische Rechtsgeschichte*, 2. Verbesserte Auflage, Heidelberg, Müller.

Hauser, Henri

1915: *La Guerre Européenne & le Problème Colonial*, 2. édition, Paris, Librairie Chapelot.

Heckner, Wolfgang

1973: Die Zweiteilung der Hauptverhandlung nach Schuld- und Reaktionsfrage (Schuldinterlokut), Vorschlag einer Gesetzesnovelle zum Strafverfahrensrecht, Diss. München.

Hegmanns, Michael

1991: Das Zwischenverfahren im Strafprozess, Entwicklung, Zustand und Vorschläge zu einer Reform, München, VVF.

Hegler, August

1927: Die Strafprozessnovelle vom 27. Dezember 1926, in *GerS*, XCIV (1927), pp. 229 a 248.

Hélie, M. Faustin

1866 a: *Traité de l' Instruction Criminelle ou Théorie du Code d' Instruction Criminelle*, Deuxième Édition entièrement revue et considérablement augmentée, Tome Premier, Paris, Henri Plon.

1866 b: *Traité de l' Instruction Criminelle ou Théorie du Code d' Instruction Criminelle*, Deuxième Édition entièrement revue et considérablement augmentée, Tome Deuxième, De l' Action Publique et de l' Action Civile, Paris, Henri Plon.

1866 c: *Traité de l' Instruction Criminelle ou Théorie du Code d' Instruction Criminelle*, Deuxième Édition entièrement revue et considérablement augmentée, Tome Troisième, De la Police Judiciaire, Paris, Henri Plon.

1866 d: *Traité de l' Instruction Criminelle ou Théorie du Code d' Instruction Criminelle*, Deuxième Édition entièrement revue et considérablement augmentée, Tome Quatrième, De l' Instruction Écrite, Paris, Henri Plon.

1867 a: *Traité de l' Instruction Criminelle ou Théorie du Code d' Instruction Criminelle*, Deuxième Édition entièrement revue et considérablement augmentée, Tome Cinquième, De la Mise en Prévention, De la Mise en Accusation et du Règlement de la Compétence, Paris, Henri Plon.

1867 b: *Traité de l' Instruction Criminelle ou Théorie du Code d' Instruction Criminelle*, Deuxième Édition entièrement revue et considérablement augmentée, Tome Sixième, Organisation, Compétence et Procédure des Tribunaux de Police et des Tribunaux Correctionnels, Paris, Henri Plon.

1867 c: *Traité de l' Instruction Criminelle ou Théorie du Code d' Instruction Criminelle*, Deuxième Édition entièrement revue et considérablement augmentée, Tome Septième, Organisation, Compétence et Procédure des Cours d' Assises, Paris, Henri Plon.

1867 d: *Traité de l' Instruction Criminelle ou Théorie du Code d' Instruction Criminelle*, Deuxième Édition entièrement revue et considérablement augmentée, Tome Huitième, Déclarations du Jury, Arrêts des Cours d' Assises, Voies de Recours contre les Jugements et Arrêts, Exécution des Condamnations, Paris,

Henri Plon.

Hellwig, Albert

1914: Justizirrtümer, Minden, Verlag von J. C. C. Bruns.

Henkel, Heinrich

1934: Strafrichter und Gesetz im neuen Staat, Die geistigen Grundlagen, Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt.

1935: Richter, Staatsanwalt und Beschuldigter im Strafprozess des neuen Staates, III, Aussprache, in ZStW, 54 (1935), pp. 35 a 44.

1936: Die materielle Rechtswidrigkeit im kommenden Strafrecht, III, Aussprache, in ZStW, 55 (1936), pp. 36 a 43.

1937: Die Beteiligung des Verletzten am künftigen Strafverfahren, I, in ZStW, 56 (1937), pp. 227 a 250.

1953: Strafverfahrensrecht, Ein Lehrbuch, Stuttgart, Kohlhammer.

1968: Strafverfahrensrecht, Ein Lehrbuch, Zweite, neubearbeitete Auflage, Stuttgart, Kohlhammer.

Herculano, Alexandre

1980: História de Portugal desde o começo da monarquia até ao reinado de D. Afonso III, Tomo IV, Prefácio e notas críticas de José Mattoso, Verificação do Texto por Ayala Monteiro, Lisboa, Bertrand Editora.

Herrmann, Joachim

1971: Die Reform der deutschen Hauptverhandlung nach dem Vorbild des anglo-amerikanischen Strafverfahrens, Bonn, Ludwig Röhrscheid Verlag.

1973: Das Versagen des überlieferten Strafprozessrechts in Monsterverfahren, in ZStW, 85 (1973), pp. 255 a 287.

1984: Diversion und Schlichtung in der Bundesrepublik Deutschland, in ZStW, 96 (1984), pp. 455 a 501.

1988: Ein neues Hauptverhandlungsmodell, Zum Alternativ-Entwurf, Novelle zur Strafprozessordnung, Reform der Hauptverhandlung, herausgegeben von einem Arbeitskreis deutscher und schweizerischer Strafrechtslehrer, in ZStW, 100 (1988), pp. 41 a 80.

Hespanha, António

1982 a: História das Instituições, Épocas medieval e moderna, Coimbra, Almedina.

1982 b: O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, in Miriam Halpern Pereira et al. (org.), O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, 1º volume, Lisboa, Sá da Costa, pp. 63 a 90.

1984: Da «Iustitia» à «Disciplina», Textos, Poder e Política Penal no Antigo Regime, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia, BFD, Número Especial, II, pp. 139 a 232.

1994: As Vésperas do Leviathan, Instituições e Poder Político, Portugal, Séc. XVII, Coimbra, Almedina.

Hesse, Konrad

1999: Grundzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland, Neudruck der 20. Auflage, Heidelberg, Müller.

Hildebrandt, Horst

1992: Die deutschen Verfassungen des 19. und 20. Jahrhunderts, 14., aktualisierte und erweiterte Auflage, Paderborn, Schöningh.

- Hipp, Otto
1910: Berufung und Revision im Strafprozeß, Diss. Heidelberg.
- Hippel, Robert von
1920 a: Vorläufiger Entwurf eines Gesetzes zur Änderung des Gerichtsverfassungsgesetzes, in ZStW, 41 (1920), pp. 2 a 34.
1920 b: Der Entwurf eines Gesetzes über den Rechtsgang in Strafsachen, in ZStW, 41 (1920), pp. 325 a 372.
1920 c: Zur Kritik der Strafprozessentwürfe, in ZStW, 41 (1920), pp. 755 a 761.
1924: Die Strafprozessordnung vom 4. Januar 1924, in MschrKrimPsych, 15 (1924), pp. 129 a 138.
1935: Abschaffung der Monstreprozesse, in MschrKrimPsych, 26 (1935), pp. 241 a 246.
1941: Der Deutsche Strafprozess, Lehrbuch, Marburg, N. G. Elwertsche Verlagsbuchhandlung.
- Hirsch, Hans Joachim
1980: Zur Behandlung der Bagatelldelinquenz in der Bundesrepublik Deutschland, in ZStW, 1980, pp. 219 a 254.
- Hirsch, Martin, et al.
1984: Recht, Verwaltung und Justiz im Nationalsozialismus: ausgewählte Schriften, Gesetze und Gerichtsentscheidungen von 1933-1945, Köln, Bund-Verlag.
- Hirschberg, Max
1960: Das Fehlurteil im Strafprozeß, Zur Pathologie der Rechtsprechung, Stuttgart, W. Kohlhammer.
- Hitler, Adolf
1976: A Minha Luta, comentários de Oliveira Marques, Martins Garcia, Rolão Preto, Sanches Osório, Lisboa, Edições Afrodite.
- Hoffmann, Albrecht
1936: Die Beschwer im Rechtsmittelwesen des Strafverfahrens, Diss. Halle-Wittenberg.
- Holdsworth, W. S.
1926: A History of English Law, Volume IX, London, Methuen & Co. Ltd..
- Holtappels, Peter
1965: Die Entwicklungsgeschichte des Grundsatzes «in dubio pro reo», Hamburg, Cram, de Gruyter & Co..
- Homem, António Pedro Barbas
1998 a: Judex Perfectus, Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal (1640-1820), Tomo I, Diss. da Faculdade de Direito de Lisboa.
1998 b: Judex Perfectus, Função Jurisdicional e Estatuto Judicial em Portugal (1640-1820), Tomo II, Diss. da Faculdade de Direito de Lisboa.
2001: A Lei da Liberdade, Volume 1, Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico, Épocas Medieval e Moderna, Lisboa, Principia.
- Honig, Richard
1924: Das summarische Verfahren im neuen Deutschen Strafprozess, in MschrKrimPsych, 15 (1924), pp. 138 a 154.

Huber, Ernst Rudolf
1939: Verfassungsrecht des Grossdeutschen Reiches, Zweite stark erweiterte Auflage der "Verfassung", Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt.

Hudault, Joseph
1990: Histoire du Droit et des Institutions, Ancien Régime, Révolution, Empire, Paris, Éditions Loysel.

Hug, Michael
1976: Strafrechtliche Sondergerichtsbarkeiten in Deutschland, 1918-1932, Diss. Heidelberg.

Huguéney, Pierre
1933: Traité Théorique et Pratique de Droit Pénal et de Procédure Pénale Militaires, suivi d' un formulaire et des principaux textes relatifs a la justice militaire, Paris, Recueil Sirey.
1940: Deuxième Supplément au Traité Théorique et Pratique de Droit Pénal et de Procédure Pénale Militaires, Paris, Recueil Sirey.

Hünerfeld, Peter
1971: Die Entwicklung der Kriminalpolitik in Portugal, Bonn, Ludwig Röhrscheid Verlag.
1978: Kleinkriminalität und Strafverfahren, in ZStW, 90 (1978), pp. 905 a 926.

Imbert, Jean
1990: Les Jurys Criminels sous la Terreur, in Renée Martinage e Jean-Pierre Royer, Les destinées de Jury Criminel, Paris, l' Espace Juridique, pp. 29 a 38.

Isasca, Frederico
1992: Alteração Substancial dos Factos e sua Relevância no Processo Penal Português, Coimbra, Livraria Almedina.
1994: Sobre a alteração da Qualificação jurídica em Processo Penal, in RPCC, 4 (1994), pp. 369 a 399.
1995: Alteração da qualificação jurídica e objecto do processo, in Luis Vaz das Neves et al., Estudos Comemorativos do 150 ° Aniversário do Tribunal da Boa- Hora, Lisboa, Ministério da Justiça, pp. 235 a 246.

Jaffré, Yves-Frédéric
1963: Les Tribunaux d' Exception 1940-1962, Paris, Nouvelles Editions Latines.

Jardim, Adriano
1951: Delinquentes Habituais, in BMJ, n. 27 (1951), pp. 343 a 357.

Jardim, Luiz
1866: Dissertação Inaugural para o acto de conclusões magnas, Estudos sobre organização Judiciária, Generalisação da Historia do Processo - Organização judiciaria nos povos livres - Discussão do juizo colectivo, Coimbra, Imprensa da Universidade.
1877: As Magistraturas Populares, I, Os Juizes Ordinarios, Lisboa, Typ. de Christovão Augusto Rodrigues.

Jaumann, Walter
1926: Die Sprungrevision und die Ersatzrevision des neuen Strafprozeßrechtes, Diss. Freiburg in Baden.

Jeschek, Hans-Heinrich

1966: Principes et solutions de la politique criminelle dans la réforme pénale allemande et portugaise, in *Estudos in Memoriam do Prof. Doutor José Bezeza dos Santos*, I, Suplemento XVI do BFD, 1966, pp. 433 a 467.

1970: Der Strafprozess – Aktuelles und Zeitloses, in *JZ*, 1970, pp. 201 a 207.

1975 a: Rechtsvergleichung als Grundlage der Strafprozeßreform, in Hans Lüttger, *Probleme der Strafprozeßreform*, Berlin, de Gruyter, pp. 7 a 28.

1975 b: Gutachten zur rechtlichen Beurteilung der am 11. und 20. März 1975 in Portugal erfolgten und bislang andauernden Verhaftung von Dr. Manuel Ricardo Pinheiro Espírito Santo e Silva und anderen Persönlichkeiten, sämtlich in Lissabon, de 10.4.1975 (não publicado).

Jordão, Levy Maria

1853: *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, Tomo I, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando.

1854: *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, Tomo III, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando.

Jornal da Jurisprudência

1865: Em vista das disposições do art. 95 do código penal, terão as appellações interpostas nos processos de policia correccional effeito suspensivo ?, in *JJ*, 1 ° ano (1865), pp. 483 a 486.

Josserand, Sylvie

1998: *L' Impartialité du Magistrat en Procédure Penale*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

Kadecka, Ferdinand

1944: *Gesundes Volksempfinden und gesetzlicher Grundgedanke*, in *ZStW*, 62 (1944), pp. 1 a 27.

Kaiser, Eberhard

1972: *Zur Reform der Rechtsmittel im Strafverfahren*, in *ZRP*, 12/1972, pp. 275 a 278.

Kaiser, Günther

1978: *Möglichkeiten der Bekämpfung von Bagatellkriminalität in der Bundesrepublik Deutschland*, in *ZStW*, 90 (1978), pp. 877 a 904.

Keber, Hermann

1892: *Gegen das Verbot der reformatio in peius, ein Symptom des Zurückweichens der staatlichen Strafgewalt vor dem Verbrecher*, Spandau, Verlag der Neugebauer'schen.

Kern, Eduard

1924: *Die Raschheit der Strafjustiz*, in *MschKrimPsych*, 15 (1924), pp. 237 a 263.

1927: *Der gesetzliche Richter*, Berlin, Verlag Otto Liebmann.

1931: *Die soziale Gerichtshilfe*, in *GerS*, 100 (1931), pp. 389 a 432.

1938: *Die beamtenrechtliche Stellung des Richters nach dem DBG und der RDStO*, in *GerS*, 110 (1938), pp. 118 a 137.

1939: *Die Aufgabenkreis des Richters*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck).

1954 a: *Geschichte des Gerichtsverfassungsrechts*, Münschen, Beck.

1954 b: *Gerichtsverfassungsrecht: Ein Studienbuch*, 2. Auflage, München, Beck.

Kielwein, Andreas

1985: *Die Prozessuale Fürsorgepflicht im Strafverfahren, Beitrag zur inhaltlichen und systematischen Erfassung eines umstrittenen Rechtsbegriffs*, Konstanz, Hartung-Gorre Verlag.

- King, Peter
2000: *Crime, Justice and Discretion in England, 1740-1820*, Oxford, University Press.
- Kissel, Otto Rudolf
1972: *Der dreistufige Aufbau in der ordentlichen Gerichtsbarkeit, Ein Beitrag zur Großen Justizreform*, Frankfurt, Athenäum Verlag.
1999: *Anotações aos §§ 24 e 25 da GVG, in KK-StPO*.
- Kitka, Joseph
1841: *Die Beweislehre im österreichischen Criminal-Strafprocesse*, Wien, Braumüller & Seidel.
- Klaiber
1935: *Staatsanwaltschaft und Kriminalpolizei*, in *GerS*, 106 (1935), pp. 58 a 65.
- Klee
1935: *Rechtfertigungs- und Entschuldigungsgründe*, in Franz Gürtner (hrsg.), *Das kommende deutsche Strafrecht, Allgemeiner Teil, Bericht über die Arbeit der amtlichen Strafprozesskommission*, Berlin, Verlag Franz Wahlen, 2. Auflage, nach den Ergebnissen der zweiten Lesung neu bearbeitet, pp. 73 a 96.
- Kleinknecht, Theodor
1965: *Gesetz zur Änderung der Strafprozessordnung und des Gerichtsverfassungsgesetzes, Entstehung und Hauptinhalt*, in *JZ*, 1965, pp. 113 a 120, 153 a 163.
1972: *«Informelles Schuldinterlokut» im Strafprozess nach geltendem Recht, Zur modernen Gestaltung der Hauptverhandlung*, in Hans Lüttger (hrsg.), *Festschrift für Ernst Heinitz zum 70. Geburtstag am 1. Januar 1972*, Berlin, de Gruyter, pp. 651 a 667.
- Koch, Hannsjoachim
1989: *In the Name of the Volk, Political Justice in Hitler's Germany*, London, I. B. Tauris Publishers.
- Koch, Wolf-Peter
1972: *Die Reform des Strafverfahrensrechts im Dritten Reich unter besonderer Berücksichtigung des StVO-Entwurfs 1939, Ein Beitrag zur Strafrechtsgeschichte*, Diss. Erlangen-Nürnberg.
- Koellreutter, Otto
1935: *Volk und Staat in der Weltanschauung des Nationalsozialismus*, Berlin, Pan-Verlagsgesellschaft.
- Kohlhass, Max
1971: *Passt die Voruntersuchung in den Anklageprozess ?*, in *ZRP*, 2/1971, pp. 32 a 34.
- Kohlrausch, Eduard
1936: *Das kommende Deutsche Strafrecht*, in *ZStW*, 55 (1936), pp. 384 a 398.
1938: *Friedensrichter- und Schiedsmannsordnung*, in Franz Gürtner (hrsg.), *Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission*, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 538 a 558.
- Krause, Friedrich-Wilhelm
1974: *Grenzen richterliche Beweiswürdigung im Strafprozess*, in Jürgen Baumann e Klaus Tiedemann, *Einheit und Vielfalt*, *Festschrift für Karl Peters zum 70. Geburtstag*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974, pp. 323 a 332.

- Kries, August von
1880: Die Rechtsmittel des Zivilprozesses und des Strafprozesses, Breslau, Verlag von Wilhelm Roebner, 1880.
1892: Lehrbuch des deutschen Strafprozeßrechts, Freiburg, Mohr.
- Kronecker
1925: Zur Beurteilung der Verordnung vom 4. Januar 1924, in ZStW, 45 (1925), pp. 421 a 451.
- Krug, Wilhelm
1940: Die Abgrenzung der polizeilichen Befugnisse gegenüber den staatsanwaltlichen und richterlichen im Strafverfahren, Diss. Berlin.
- Küchenhoff, Günther
1941: Richterliche Unabhängigkeit und beamtenrechtliche Stellung des Richters im Dritten Reich, in GerS, 115 (1941), pp. 297 a 339.
- Kuckuck, Bernd
1977: Zur Zulässigkeit von Vorhalten aus Schriftstücken in der Hauptverhandlung des Strafverfahrens, Berlin, Duncker & Humblot.
- Kunz, Karl-Ludwig
1980: Die Einstellung wegen Geringfügigkeit durch die Staatsanwaltschaft (§§ 153 Abs. 1, 153 a Abs. 1 StPO), Eine empirische Untersuchung in kriminalpolitischer Absicht, Athenäum.
- Küper, Wilfried
1967: Die Richteridee der Strafprozessordnung und ihre geschichtlichen Grundlagen, Berlin, de Gruyter.
- Lachnit, Günter
1965: Voraussetzungen und Umfang der Pflicht zum Hinweis auf die Veränderung des rechtlichen Gesichtspunktes nach § 265 StPO, Diss. München.
- Laingui, André e Arlette Lebigre
1979: Histoire du Droit Penal, II, La procédure criminelle, Paris, Cujas.
- Lapa, Albino
1942: História da Polícia de Lisboa, 1 ° volume, Lisboa, Bertrand (Irmãos), Lda.
1953: História da Polícia de Segurança Pública (Subsídios), Lisboa, Separata dos “Vinte e Cinco Anos ao Serviço da Nação – Polícias”.
1964: História da Polícia de Lisboa, 2 ° volume, Lisboa, Gráfica Santelmo.
- Lapeyre, André
1936: La Détention Préventive et la Liberté Provisoire au cours du Procès Pénal, Toulouse, Imprimerie Moderne.
- Larenz, Karl
1934: Deutsche Rechtserneuerung und Rechtsphilosophie, Tübingen, Mohr.
1938: Über Gegenstand und Methode des völkischen Rechtsdenkens, Berlin, Junker und Dünhaupt Verlag.
1942: La Filosofía Contemporánea del Derecho y del Estado, Traducción española de la edición alemana y escrito preliminar por E. Galán Gutiérrez y A. Truyol Serra com un prólogo del Prof. L. Lega Lacambra, Madrid, Editorial Revista de Derecho Provado.

Larocque, Martial

1971: Le contrôle juridictionnel de la detention preventive, in AAVV, Détection Provisoire, contrôle judiciaire et garde à vue, Les Problèmes soulevés par le controle juridictionnel, XII Journées Franco-Belgo-Luxembourgeoises de Droit Pénal sous la présidence de M. Rolland, Paris, Publications Universitaires de France, pp. 119 a 154.

Lauckner, Rolf

1913: Zur Geschichte und Dogmatik der reformatio in peius, Breslau, Schletter'sche Buchhandlung, 1913.

Lautz

1937: Umfang der Beteiligung der Volksrichter im ersten und im Berufungsrechtszug, in Dörffler, (hrsg.), Der Volksrichter in der neuen deutschen Strafrechtspflege, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schank, pp. 52 a 63.

1938: Das staatsanwaltschaftliche Vorverfahren, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 96 a 117.

Le Clère, Marcel

1957: Histoire de la Police, Paris, Publications Universitaires de France.

Le Sellyer, Achille-François

1875: Traité de la Compétence et de l' Organisation des Tribunaux chargés de la Répression soit Pénale, soit Civile, des Contraventions, des Délits et des Crimes, Tome Premier, Paris, A. Durand et Pedone-Lauriel, Éditeurs.

Lehmann, Rudolf

1938: Die Urteilrüge, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 385 a 413.

Leitão, António

1960: A Observação e Classificação dos Delinquentes para Efeitos Penitenciários, A Diversificação dos Estabelecimentos, in BAPIC, n. 6 (1960), pp. 37 a 54.

1967: A Pena de Prisão "Contínua e Determinada", Prazos Mínimo e Máximo, Princípios Fundamentais da Execução, in BAPIC, n. 21 (1967), pp. 77 a 106.

Leitão, Mateus Homem

1745: De Jure Lusitano, Tomus Primus, In Tres Tractatus Divisus, I. De Gravaminibus, II. De Securitatibus, III. De Inquisitionibus, Conimbricae, Typ. In Regio Artium Collegio Societatis Jesu.

Lencastre, Hernâni de

1977: Esboço Inicial para um Ante-projecto do Código de Instrução Criminal (subordinado à Constituição da República Portuguesa de 1976, conforme o despacho ministerial publicado no Diário da República, II^a Série, n. 102, de 30.4.76) e Da Sessão ou Audiência de Julgamento, Recursos (estudo não publicado).

Lengemann, Rolf

1974: Höchststrichterliche Strafgerichtsbarkeit unter der Herrschaft des Nationalsozialismus, Diss. Marburg.

Léonard, Yves

1996: Salazarisme & Fascisme, Paris, Editions Chandeigne.

- Léone, José Theophilo de Miranda
 1887: Observações Práticas sobre a Proposta de Reforma Judiciária do III. mo e Ex. mo Sr. Ministro da Justiça, Lisboa, Typographia Mattos Moreira.
 1888: Primeiro Additamento ás Observações Práticas sobre a Proposta de Reforma Judiciária do III. mo e Ex. mo Sr. Ministro da Justiça, Lisboa, Typographia Mattos Moreira.
- Leonhard, Götz
 1952: Die vorbeugende Verbrechensbekämpfung im nationalsozialistischen Staat und ihre Lehren für die Zukunft, Diss. Mainz.
- Leote, Diogo
 1912: Homenagem. As prisões de Lisboa e as dos prezos politicos, in RT, ano 30 ° (1912), pp. 369 a 372.
- Leroy-Beaulieu, Paul
 1908: De la Colonisation chez les Peuples Modernes, Sixième Édition complètement remaniée et considérablement augmentée, Tome deuxième, Paris, Félix Alcan Éditeur.
- Liepelt, Adolf
 1938: Über den Umfang und die Bedeutung der Polizeigewalt im nationalsozialistischen Staat, Würzburg, Konrad Tritsch Verlag.
- Lilienthal, Karl von
 1906: Voruntersuchung und Entscheidung über die Eröffnung des Hauptverfahrens, in P. F. Aschrott (hrsg.), Reform des Strafprozesses, Kritische Besprechungen der von der Kommission für die Reform des Strafprozesses gemachten Vorschläge, Berlin, J. Guttentag Verlagsbuchhandlung, pp. 388 a 425.
- Lima, A. A. Lisboa de
 1934: A autonomia administrativa e financeira das Colonias Portuguezas sob a superintendencia e fiscalisação do Governo Central, in Sociedade de Geografia de Lisboa, Congresso Colonial Nacional de 8 a 15 de Maio de 1930, Actas das Sessões e Teses, Lisboa, Tip. e Pap. Carmona, pp. 1 a 23.
- Lima, António José de
 1952: Subsídios para uma Teoria do Contencioso Aduaneiro (Da génese do Contencioso Aduaneiro ao concurso de infracções), in ROA, ano 12, ns. 1 e 2, pp. 209 a 226.
- Lima, J. A. Pires de
 1972: O Direitos de Defesa na Instrução Preparatória do Processo Criminal, in ROA, ano 32 (1972), pp. 211 a 242.
- Lima, J. Garcia de
 1895: Dos Aggravos em todos os Foros e em todas as Instancias. Legislação e Jurisprudencia, Commentarios dos juriconsultos mais abalisados. Lisboa, Lucas & Filho- Editores.
- Lima, José Joaquim Lopes de
 1844 a: Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental; na Asia Occidental; na China, e na Oceania: Escriptos de Ordem do Governo de sua Magestade Fidelissima a Senhora D. Maria II, Lisboa, Imprensa Nacional.
 1844 b: Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas no Ultramar, Livro II, Das Ilhas de S. Thomé e Principe e sua dependencia, Lisboa, Imprensa Nacional.
 1846: Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas no Ultramar, Livro III, De Angola e

Benguella, Lisboa, Imprensa Nacional.

Lima, Raúl de

1941: Manual das Administrações dos Concelhos e Circunscrições da Colónia de Angola, volume I, Luanda, Imprensa Nacional.

Liszt, Franz von

1905 a: Strafrechtliche Aufsätze und Vorträge, Erster Band, 1875 bis 1891, Berlin, J. Guttentag Verlagsbuchhandlung.

1905 b: Strafrechtliche Aufsätze und Vorträge, Zweiter Band, 1892 bis 1904, Berlin, J. Guttentag Verlagsbuchhandlung.

1906: Die Reform des Strafverfahrens, Berlin, J. Guttentag Verlagsbuchhandlung.

Lobe, Adolf

1928: Zur Reform des Strafprozesses, in GerS, XCVI (1928), pp. 37 a 48, XCVII (1928), pp. 20 a 26.

1938: Die Wiederaufnahme im Strafverfahren, in GerS, 110 (1938), pp. 239 a 261.

Löhr, Holle Eva

1972: Der Grundsatz der Unmittelbarkeit im deutschen Strafprozessrecht, Berlin, Duncker & Humblot.

Lohsing, Ernst

1912: Österreichisches Strafprozessrecht in systematischer Darstellung, Wien, Moser.

Lopes, Casimiro Augusto Pereira

1892: Comete crime contra o exercicio dos direitos políticos e d' abuso de auctoridade o administrador do concelho, que por meio de prisão arbitraria, evita que alguém tome parte em eleição em que tem direito de votar, in RFP, ano 7 ° (1892-1893), pp. 168 a 172.

Lopes, José Guardado

1956: Aspectos de Política Criminal em Alguns Países da Europa, in BMJ, n. 56 (1956), pp. 27 a 151, e n. 57 (1956), pp. 5 a 137.

1957: Relatório da III secção do Grupo regional consultivo europeu para a prevenção do crime e tratamento dos delinquentes, in BAPIC, n. 1 (1957), pp. 77 a 90.

1959: IV Secção do Grupo Consultivo Europeu para a prevenção do crime e tratamento dos delinquentes, in BAPIC, n. 5 (1959), pp. 69 a 94.

1961: Bases Jurídicas dos Regimes Penitenciários, in BAPIC, n. 8 (1961), pp. 25 a 32.

1964: Problemas suscitados pelos regimes jurídicos aplicáveis aos delinquentes colocados em prisão-Escola, declarados vadios ou de difícil correcção, in BAPIC, n. 15 (1964), pp. 21 a 44.

1969: Anteprojectos, Decreto-Lei de Execução das Penas e Medidas de Segurança, Diploma necessário à sua aplicação" (estudo não publicado, arquivado na biblioteca da Direcção Geral dos Serviços Prisionais)

1993: Achegas para a História do Direito Penitenciário Português, in BMJ, n. 430 (1993), pp. 5 a 173.

Lopes, Ricardo

1956: Erros Judiciários, in SI, tomo V (1956), n. 21, pp. 1 a 10.

1959: A Magistratura é uma Corporação ?, in SI, tomo VIII (1959), pp. 80 a 90.

Lopes-Cardoso, Álvaro

1963: Aspectos da Liberdade Condicional, in ROA, ano 23 (1963), pp. 65 a 82.

1996: Código de Justiça Militar actualizado, anotado e comentado; jurisprudência do STM – dez anos, Porto, Legis.

Loritz, Hartmut

1996: Kritische Betrachtungen zum Wert des strafprozessualen Zwischenverfahrens, Frankfurt, Peter Lang.

Loureiro, Francisco Maia de

1934: O princípio da periculosidade em direito penal, in O Direito, ano 66 ° (1934), pp. 290 a 296.

Loureiro, J. Pinto

1935: Prefácio, in Pierre Bouchardon, O Magistrado, Tradução e Prefácio de J. Pinto Loureiro, Coimbra, Arménio Amado – Editor.

Lucas, Bernardo

1887: A Loucura perante a Lei Penal, Estudo Medico-Legal dos Delinquentes a proposito do Crime de Marinho da Cruz, Porto, Barros & Filha, Editores.

Lucena, Manuel de

1976: A evolução do sistema corporativo português, Volume II, O marcelismo, Lisboa, Perspectivas e Realidades.

Lücke, Jörg

1987: Begründungszwang und Verfassung: zur Begründungspflicht der Gerichte, Behörde und Parlamente, Tübingen, Mohr.

M. A.

1877: Algumas palavras ao vento acerca do Projecto do Codigo do processo criminal a discutir-se perante a respectiva comissão, em suplemento aos varios assumptos, que tractámos, desde o n. 438 desta Revista sobre o processo crime, chamando para elles a especial attenção da mesma comissão, in RLJ, n. 454, pp. 600 a 605, n. 469, pp. 11 a 16, n. 470, pp. 26 a 31, n. 471, pp. 41 e 42.

1882 a: Algumas Observações sobre a 2.ª edição do Projecto do Codigo do processo criminal, feitas depois de uma rapida leitura do mesmo Projecto, in RLJ, n. 706, pp. 465 a 468, n. 707, pp. 481 a 484, n. 708, pp. 497 a 500, n. 709, pp. 513 a 516, n. 710, pp. 529 a 532, n. 711, pp. 545 a 548, e n. 712, pp. 561 a 564.

1882 b: Resposta do auctor das Observações, feitas ao Projecto do Codigo do processo criminal, dada ao exordio, que antecedeu a refutação das mesmas Observações, in RLJ, n. 733, p. 65 a 69.

Maas, Sally

1907: Der Grundsatz der Unmittelbarkeit in der Reichsstrafprozessordnung, Breslau, Schletter'sche Buchhandlung.

Macedo, Adelino José

1944: Noções de Direito Consuetudinário Indígena e Formulário Geral de Processos dos Tribunais Privativos dos Indígenas para uso dos funcionários administrativos da colónia de Moçambique na sua qualidade de autoridades judiciais indígenas, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique.

Macedo, Francisco Ferraz de

1897: Anthropologia, in Francisco Ferraz de Macedo e José Joyce, Galeria de Criminosos Celebres de Portugal, Historia da Criminologia Contemporanea, Volume I, Lisboa, Empreza do Almanach Palhares, pp. 36 a 47.

1900: Os criminosos evadidos da Cadeia Central do Limoeiro a 29 de Abril de 1847, in Francisco

Ferraz de Macedo e José Joyce, Galeria de Criminosos Cebres de Portugal, Historia da Criminologia Contemporanea, Volume IV, Lisboa, Empreza do Almanach Palhares, pp. 103 a 157.

Machado, António Pires da Silva

1946: Reforma do processo penal, Notas ao decreto-lei n. 35.007, in JP, ano 13 (1946), n. 139, pp. 33 a 35.

Macieira, António

1911: Do problema jurídico nacional, Leis d' excepção, Liberdade de imprensa, Juízo de Instrução Criminal, in GRL, 24 ° ano, 1910-1911, n. 26, pp. 200 e 201.

1913: Organização e competência da polícia de investigação criminal de Lisboa, Interpelação ao Ministro do Interior pelo Senador António Macieira (Diário do Senado da República Portuguesa, Sessão de 29 de Novembro de 1912), Lisboa, Imprensa Nacional.

1914: Do Júri Criminal, Lisboa, Imprensa Nacional.

Magalhães, Albano

1907 a: Estudos Coloniaes, I, Legislação Colonial, Seu Espirito, Sua Formação e seus Defeitos, Coimbra, F. França Amado, Editor.

1907 b: Projecto de Regulamento para o Julgamento de «Milandos», Imprensa Nacional, Lourenço Marques.

Magalhães, António de Assis Teixeira de

1890: Collecção de Legislação Fiscal relativa ao Real d' Agua coordenada pelo Dr. António de Assis Teixeira de Magalhães, 2ª edição muito melhorada, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Magalhães, Barbosa de

1899: O poder judicial, in O Direito, ano 31 ° (1899), pp. 145 e 146.

1903: Pronuncia provisoria, Arbitramento de fiança, in O Direito, ano 35 ° (1903), pp. 210 a 213.

1907: Justiça Militar, in GRL, ano 20 ° (1907), p. 377.

1908: Anotação ao Acórdão do STJ de 20.12.1907, in GRL, ano 21° (1908), p. 543.

1911: Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 8.11.1911, in GRL, ano 25 ° (1911-1912), pp. 217 e 218.

Magalhães, J. M. Vilhena Barbosa de

1933 a: Novo ano, in GRL, ano 47 (1933), n. 1, pp. 1 a 9.

1933 b: Centenário do Supremo Tribunal de Justiça, in GRL, ano 47 (1933), n. 13, pp. 193 a 198.

1940 a: Tribunais, in GRL, ano 53 (1940), n. 24, pp. 369 a 374.

1940 b: Processo Civil e Comercial, lições do Prof. Barbosa de Magalhães, recolhidas por Jorge Santos Vieira e António Folgado da Silveira, Lisboa.

1940 c: Estudos sobre o novo Código de Processo Civil, I, Lisboa.

1955: Reforma do Código de Processo Civil e Reorganização Judiciária, in RT, ano 73 (1955), n. 1691, pp. 322 a 328, e n. 1692, pp. 354 a 362.

1958: A Distinção entre Matéria de Facto e de Direito em Processo Civil, a Interpretação dos Negócios Jurídicos e a Competência do Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, Jornal do Fôro.

Magalhães, J. M. Vilhena Barbosa de, e Pedro de Castro

1912: Collecção da Legislação promulgada pelo Ministerio da Justiça drante o Governo Provisorio da Republica, contendo outros diplomas que com ella se relacionam, despachos, circulares e portarias ineditas; e indicação de muitas decisões dos tribunaes e artigos das Revistas de Direito, Lisboa, Empresa Lusitana Editora.

- Magalhães, J. M. Vilhena Barbosa de, e José de Magalhães Godinho
1937: Estatuto Judiciário, Lisboa, Empresa Universidade Editora.
- Magalhães, Luiz Gonzaga de Assis Teixeira de
1905: Manual do Processo Penal, Coimbra, França Amado.
1923: Manual do Processo Penal, Coimbra, Coimbra Editora, Lda..
- Majer, Diemut
1984: Zum Verhältnis von Staatsanwaltschaft und Polizei im Nationalsozialismus, in Udo Reifner e Bernd-Rüdiger Sonnen (hrsg.), Strafrecht und Polizei im Dritten Reich, Frankfurt, Campus Verlag, 1984, pp. 121 a 160.
1987: Grundlagen des nationalsozialistischen Rechtssystems: Führerprinzip, Sonderrecht, Einheitspartei, Stuttgart, Kohlhammer.
- Maldonado, Mário Artur da Silva
1959: Alguns Aspectos da História da Criminologia em Portugal, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.
- Manchester, A. H.
1980: A Modern Legal History of England and Wales, 1750-1950, London, Butterworths.
- Mannheim, Hermann
1925: Beiträge zur Lehre von der Revision wegen materiellrechtlicher Verschüsse im Strafverfahren, Berlin, Verlag Von Julius Springer.
- Manso, Amílcar Carvalho
1951: Contrabando e Descaminho, in ROA, ano 11 (1951), ns. 3 e 4, pp. 233 a 244.
- Manso, Eduardo
1946: Crimes de Açambarcamento, Especulação e contra a Economia Nacional, Coleção de Legislação publicada desde Setembro de 1939 até Outubro de 1946, com anotações. Contém ainda as Portarias que mandam aplicar às colónias, com alterações, os Decretos-Leis números 29.904, 29.964, 31.564 e 32.086, Coimbra, Casa do Castelo Editora.
- Manso-Preto, José Alfredo Soares
1964: Pareceres do Ministério Público (Trabalhos Forenses), Coimbra, Almedina.
1963: Regime Legal da Detenção (contendo a legislação aplicável, actualizada e anotada) Coimbra, Coimbra Editora.
- Manuel, Alexandre, et al.
1974: PIDE, A História da repressão, Fundão, Jornal do Fundão Editora.
- Manzini, Vincenzo
1934: Trattato de Diritto Penale Italiano secondo il Codice del 1930, Volume Terzo, Pene, Misure di sicurezza, Cause estintive del reato o della pena, Fine della Parte Generale, Torino, Unione Tipografico-Editrice Torinese.
- Marçal, Orlando
1919: Da Imputabilidade Criminal, sob os pontos de vista antropológico, psicológico e sociológico, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Marchi, Armando de

- 1929: Cesare Beccaria e il Processo Penale, Torino, Fratelli Bocca Editori.
- Marcos, Rui Manuel de Figueiredo
1990: A Legislação Pombalina, in BFD, Suplemento XXXIII, pp. 1 a 314.
- Marques, Adelino, e Manuel Moutinho
1927: Elementos de Direito Penal, Coimbra, Livraria Neves Editora.
- Marques, António Caldeira
1973: Os Advogados perante o Processo Penal, in ROA, ano 33 (1973), pp. 509 a 516.
- Marques, Artur
1988: Algumas Notas sobre os Recursos no novo Código de Processo Penal, in SI, tomo XXXVII, pp. 305 a 323.
- Marsangy, Bonneville de
1855: De l' Amériolation de la Loi Criminelle en vue d' une Justice plus prompte, plus efficace, plus généreuse et plus moralisante, Première Partie, Paris, Cotillon, Librairie du Conseil d' État.
- Mártens, João Baptista Ferrão de Carvalho
1871: Relatório do ex.mo sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, in RLJ, ano 4 ° (1871-1872), pp. 292 a 304.
- Martin, Christoph Reinhard Dietrich
1857: Lehrbuch des teutschen gemeinen Criminalprocesses mit besonderer Rücksicht auf die neueren in Deutschland geltenden Strafprozeßgesetze, Fünfte Ausgabe ergänzt und beendet von Professor Dr. J. Temme, Leipzig, Winter.
- Martinez, Pedro Soares
1971: As liberdades fundamentais e a revisão constitucional, in ROA, ano 31 (1971), pp. 43 a 71.
- Martinez Alcubilla, Marcelo
1868: Diccionario de la Administracion Española, Peninsular y Ultramarina: compilacion ilustrada de la novissima legislacion de España en todos los ramos de la adiminstracion pública, Segunda Edicion, Tomo III, Madrid.
1869: Diccionario de la Administracion Española, Peninsular y Ultramarina: compilacion ilustrada de la novissima legislacion de España en todos los ramos de la adiminstracion pública, Segunda Edicion com dos apéndices legislativos de 1868 e 1869, Tomo VIII, Madrid.
- Martins, Amadeu Mário Marcos
1956: Contencioso Aduaneiro e Legislação Coordenada sobre açambarcamento, especulação, delitos contra a economia nacional e matança clandestina, 1ª edição, Beja, Minerva Comercial.
- Martins, Arlindo
1947: Habeas Corpus, in BMJ, n. 2 (1947), pp. 77 a 95.
1949: Plenário do Tribunal Criminal, in BMJ n. 11 (1949), pp. 31 a 41.
- Martins, Ferreira
1945: História do Exército Português, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada.
- Martins, Francisco A. d' Oliveira
1948: Pina Manique, O Político, O Amigo de Lisboa, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia,

Lda.

Martins, Germano

1918: Independência do poder judicial, in RJ, ano 3 °, n. 60, pp. 579 e 580.

Martins, J., et al.

1982: Projecto institucional do tradicionalismo reformista: a crítica da legislação vintista pela Junta de Revisão das Leis, in Miriam Halpern Pereira et al. (org.), O Liberalismo a Península Ibérica na primeira metade do século XIX, 1 ° volume, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp. 155 a 170.

Martins, J. Mendes

1903 a: Sociologia Criminal (Estudos) com prefacio do Ex. mo Sr. Dr. Julio de Mattos, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão Editores.

1903 b: Justa defêsa, Ácerca da «Sociologia Criminal» (com um estudo polémico do Exm. Sr. Dr. Julio de Mattos), Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.

Martins, Joaquim Pedro

1902: Da Competência Penal Internacional segundo a Lei Portuguesa, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Martins, José Pedro Fazenda

1986: Os Poderes de Convoção em Processo Penal, Lisboa, AAFDL.

Martins, Manuel Flamino dos Santos

1959: Diário de um Juiz (Trabalhos Judiciais), volume I, Coimbra, Oficina da Gráfica de Coimbra.
1972: Considerações sobre o Estatuto dos Juizes e sobre o Questionário, in SI, tomo XXI, 1972, pp. 524 a 539.

Martucci, Roberto

1984: La Costituente ed il Problema penale in Francia (1789-1791), I, Alle Origini del Processo Accusatorio: I Decreti Beaumetz, Milano, Giuffrè.

Marty, Gabriel

1929: La Distinction du Fait et du Droit, Essai sur le pouvoir de contrôle de la Cour de Cassation sur les Juges du fait, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

Marxen, Klaus

1975: Der Kampf gegen das liberale Strafrecht, Eine Studie zum Antiliberalismus in der Strafrechtswissenschaft der zwanziger und dreissiger Jahre, Berlin, Duncker & Humblot.

1984 a: Straftatsystem und Strafprozeß, Berlin, Duncker & Humblot.

1984 b: Zum Verhältnis von Strafrechtsdogmatik und Strafrechtspraxis im Nationalsozialismus, in Udo Reifner e Bernd-Rüdeger Sonnen, Strafrecht und Polizei im Dritten Reich, Frankfurt, Campus Verlag, pp. 77 a 85.

1994: Das Volk und sein Gerichtshof: eine Studie zum nationalsozialistischen Volksgerichtshof, Frankfurt am Main, Klostermann.

Matos, Manuel de Oliveira

1848: Da Prisão Preventiva, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Matta, Caeiro da

1909: Sociologia Criminal e Direito Penal, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1911 a: Direito Criminal Português, Volume I, Coimbra, F. França Amado, Editor.

1911 b: Direito Criminal Português, Volume II, Coimbra, F. França Amado, Editor.
1912: Lições de Processo Criminal Feitas em harmonia com as preleções do ilustre professor dr. Caeiro da Matta por Manuel Serras Pereira, 1911-12, Coimbra, Editores França & Arménio.
1913: Lições de Processo criminal, Feitas de harmonia com as preleções do ilustre professor Dr. Caeiro da Matta por J. A. Alves, 1912-1913, Coimbra, Typ. de Alberto Vianna.
1914: Apontamentos de Processo Criminal, Coligidos de harmonia com as preleções do Ex. mo Dr. Caeiro da Matta ao curso de 1913-1914 por Coelho de Carvalho e Manuel de Barros, Coimbra, Livraria Neves - Editora.
1919: Apontamentos de Processo Criminal, Coligidos de harmonia com as preleções do Ex. mo Dr. Caeiro da Matta ao curso de 1913-1914, por Coelho de Carvalho e Manuel de Barros, 2. edição, actualizada por Ruy da Cunha e Costa, Coimbra, Livraria Neves - Editora.

Mattos, João da Silva

1885: Reforma Penitenciaria Passado e Presente, Lisboa, Typographia da Viuva Sousa Neves.

Mattos, Julio de

1903: Prefácio, in J. Mendes Martins, Sociologia Criminal (Estudos) com prefácio do Ex. mo Sr. Dr. Julio de Mattos, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão Editores.

1908: Prefácio, in R. Garofalo, Criminologia, Estudo sobre o Delicto e a Repressão Penal seguido de um appendice sobre os Termos do Problema Penal por L. Carelli, Versão portugueza com um prefácio original por Julio de Mattos, 2ª edição, Lisboa, Livraria Classica Editora, pp. V a XXIV.

1913: A Loucura, Estudos Clinicos e Medico-Legais, 2ª edição, revista e ampliada, Lisboa, Livraria Classica Editora.

Mattos, Mello de

1981: Exército, in DHP, volume II.

Maunz, Theodor

1943: Gestalt und Recht der Polizei, Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt.

Maunz, Theodor, e Reinhold Zippelius

1998: Deutsches Staatsrecht, Ein Studienbuch, 30. Auflage, München, Beck.

Maurício, Artur

1974: Crimes Políticos e Habeas Corpus, Lisboa, Portugália Editora.

Maximiano, Rodrigues

1981: A Constituição e o Processo Penal, Competência e Estatuto do Ministério Público, do Juiz de Instrução Criminal e do Juiz Julgador, A Decisão sobre o destino dos autos e os artigos 346º e 351º do Código de Processo Penal, in RMP, ano 2º (1981), volume 5, pp. 119 a 138, e volume 6, pp. 91 a 130.

Mayer, Hellmuth

1934: Zum Ausbau des Strafprozesses, in GerS, 104 (1934), pp. 302 a 342.

Mayer, Markus

1992: Ne-bis-in-idem-Wirkung europäischer Strafscheidungen, Frankfurt, Lang.

Medeiros, Francisco José de

1877: Estudos Juridicos ácerca do Projecto de Codigo do Processo Criminal do Sr. Conselheiro José da Cunha Navarro de Paiva, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1882: Estudos ácerca do Projecto Definitivo de Codigo do Processo Criminal, in RT, 1º ano, 1882, pp. 81 a 83, 97 a 99, 113 a 116, 129 a 132, 145 a 147, 161 a 163, 177 a 180, e 193 a 197.

1884: Estudos sobre Processo Criminal, in RT, 2 ° ano, 1884, n. 47, pp. 361 a 363, n. 48, pp. 377 e 378, 3 ° ano, 1884, n. 49, pp. 1 a 3, n. 50, pp. 18 a 20, 5 ° ano, 1886, n. 110, pp. 209 a 211, n. 111, pp. 226 a 228, 7 ° ano, 1888, n. 147, pp. 33 e 34, n. 148, pp. 49 e 50, n. 149, pp. 65 a 67.

1905: Sentenças (Direito e Processo Civil), segunda edição muito ampliada, Lisboa, M. Gomes Editor.

1909: Reformas Judiciais, Responsabilidade ministerial, Processo penal, Organização judiciária, Jury criminal, Liberdade de imprensa, Correção de menores delinquentes, Anarchismo, Lisboa, Imprensa Nacional.

Meira, Carlos

1963: Valor que deve atribuir-se à personalidade e ao comportamento do delincente (anterior, simultâneo e posterior ao delito), in BAPIC n. 12 (1963), pp. 35 a 73.

1966: A Justiça Penal e a Criminologia, Separata do 17 ° volume do BAPIC.

Mello, Adelino António das Neves e

1880: Estudos sobre o Regimen Penitenciario e a sua Applicaçãõ em Portugal, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Mello, Alberto de Sá e

1982: O Objecto do Processo penal – Sua Determinação, Lisboa, Ordem dos Advogados.

Mello, Francisco Freire de

1822: Discurso sobre Delictos e Penas, e qual foi a sua Proporção nas Differentes Épocas da nossa Jurisprudencia, principalmente nos Tres Seculos Primeiros da Monarchia Portugueza, Segunda Edição correcta e annotada pelo seu Autor, Lisboa, Typographia de Simão Thaddeo Ferreira.

Mello, José Pinheiro de, et al.

1908: Representação dirigida às Camaras dos Dignos Pares do Reino e dos Senhores Deputados da Nação para que sejam revogadas as leis e decretos sobre a organização e competencia do Juizo de Instrucção criminal e a lei de 13 de Fevereiro de 1896 que originaram o caso Heitor Ferreira e outros, Lisboa, Typographia do Commercio.

Mello, Lopo Vaz de Sampaio e

1868 a: Estudos sobre a Organisação Judiciaria, I, Refutação do juizo conciliatorio, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1868 b: Estudos sobre a Organisação Judiciaria, II, Tribunaes collectivos e singulares, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1910: Questões Coloniaes, Política Indigena, Porto, Magalhães & Moniz Lda. Editora.

Melo, A. Barbosa de, et al.

1981: Estudo e Projecto de Revisão da Constituição da República Portuguesa de 1976, Coimbra, Coimbra Editora.

Mendes, João de Castro

1970: Boato, Facto Notório e Preconceito do Tribunal, in JF, ano 34 ° (1970), pp. 29 a 34.

Mendonça, António Estelita

1975: Rápidas sugestões sobre o Estatuto Judiciário e a Orgânica Judiciária, in SI, tomo XXIV, 1975, pp. 38 a 48.

Merêa, Manuel Paulo

1924: A Solução Tradicional da Colonização do Brasil, in Carlos Malheiro Dias et al. (dir.),



História da Colonização Portuguesa do Brasil, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, Porto, Litografia Nacional, 1924, pp. 165 a 188.

1929: Organização Social e Administração Pública, in Damião Peres (dir.), História de Portugal, Edição Monumental Comemorativa do 8 ° Centenário da Fundação da Nacionalidade, volume II, Barcelos, Portucalense Editora Lda., pp. 446 a 524.

1948: Bosquejo Histórico do Recurso de Revista, in BMJ n. 7, 1948, pp. 43 a 72.

1960: Da Minha Gaveta, Sinopse Histórica da Morte Civil no Direito Português, in BFD, volume XXXVI (1960), pp. 55 a 77.

Meseke, Klaus-Heiner

1973: Die Aktenwidrigkeit als Revisionsgrund in Strafsachen, Diss. Göttingen.

Meves

1879: Besondere Arten des Verfahrens, in Franz von Holtendorff (hrsg.), Handbuch des deutschen Strafprozeßrechts in Einzelbeiträgen, Zweiter Band, Berlin, Verlag von Carl Habel, pp. 375 a 466.

Meyer, Charlotte

1930: Aus der Praxis der sozialen Gerichtshilfe, in ZStW, 50 (1930), pp. 248 a 265.

Meyer, Hugo

1879: Die Hauptverhandlung vor den Schwurgerichten, in Franz von Holtendorff (hrsg.), Handbuch des deutschen Strafprozeßrechts in Einzelbeiträgen, Zweiter Band, Berlin, Verlag von Carl Habel, pp. 113 a 218.

Meyer, J. D.

1819 a: Esprit, Origine et Progrès des Institutions Judiciaires des principaux pays de l' Europe, Tom. II, (Partie Moderne – Angleterre), La Haye, Imprimerie Belge.

1819 b: Esprit, Origine et Progrès des Institutions Judiciaires des principaux pays de l' Europe, Tom. III (Partie Moderne – France, avant da Révolution), La Haye, Imprimerie Belge.

1822: Esprit, Origine et Progrès des Institutions Judiciaires des principaux pays de l' Europe, Tom. V Partie Moderne – Allemagne et France depuis la Révolution, Amsterdam, G. Dufour et C. Libraires.

1823: Esprit, Origine et Progrès des Institutions Judiciaires des principaux pays de l' Europe, Tom. VI, Résultats, Amsterdam, G. Dufour et C. Libraires.

Meyer, Jürgen

1965: Dialektik im Strafprozeß, Eine Untersuchung der Spannungen im Strafprozeß unter besonderer Berücksichtigung der dialektischen Gewinnung der Strafurteile im Kräftefeld der Schuldanträge, Tübingen, Mohr.

Meyer, Karlheinz

1983: Der Beweisantrag im Strafprozess, begründet von Prof. Dr. Max Alsberg, fortgeführt von Dr. Karl-Heinz Nüse, 5., völlig neubearbeitete und erweiterte Auflage von Karlheinz Meyer, Köln, Heymanns.

Meyer-Gossner, Lutz

1995: Strafprozessordnung, Gerichtsverfassungsgesetz, Nebengesetzes und ergänzenden Bestimmungen erläutert von Dr. Theodor Kleinknecht (22.- 35. Auflage) und Karlheinz Meyer (36. – 39. Auflage), fortgeführt von Dr. Lutz Meyer-Gossner, 42. Neubearbeitete Auflage des von Otto Schwarz begründeten Werkes, München, Beck.

2000: Theorie ohne Praxis und Praxis ohne Theorie im Strafverfahren, in ZRP, 33 (2000), pp. 345 a 351.

Mezger, Edmund

- 1936: Die materielle Rechtswidrigkeit im kommenden Strafrecht, I, in ZStW, 55 (1936), pp. 1 a 17.
- 1938: Deutsches Strafrecht, Ein Grundriss, Berlin, Junker und Dünhaupt Verlag.
- 1941: Tatstrafe und Täterstrafe, insbesondere im Kriegsstrafrecht, I, in ZStW, 60 (1941), pp. 353 a 374.
- 1942: Kriminalpolitik auf kriminologischer Grundlage, Zweite wesentlich umgearbeitete Auflage, Stuttgart, Ferdinand Enke.
- 1943: Deutsches Strafrecht, Ein Grundriss, 3. Auflage, Berlin, Junker und Dünhaupt Verlag.
- Michael, Andreas
- 1981: Der Grundsatz in dubio pro reo im Strafverfahrensrecht, Zugleich ein Beitrag über das Verhältnis von materiellen Recht und Prozeßrecht, Frankfurt, Lang.
- Michalke-Detmering, Astrid
- 1987: Die Mindestanforderungen an die rechtliche Begründung des erstinstanzlichen Strafurteils: zur Auslegung d. § 267 StPO, Frankfurt, Lang.
- Midosi, Paulo
- 1867: Guia do Jurado, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes.
- Miller, Richard Lawrence
- 1997: Justiça Nazi, a Lei do holocausto, Lisboa, Editorial Notícias.
- Miller, Rui Vieira
- 1965: Prazos da detenção sem culpa formada, in JP, ano 32 (1965), n. 334, pp. 113 a 120.
- Ministério da Justiça
- 1965: Actas das Sessões da Comissão Revisora do Código Penal, Parte Geral, I volume, Lisboa, Ministério da Justiça.
- 1966 a: Aspects Fondamentaux des Systèmes Pénal et Pénitentiaire et de l' Organisation Judiciaire au Portugal, Lisboa, Edition du Ministère de Justice.
- 1966 b: Actas das Sessões da Comissão Revisora do Código Penal, Parte Geral, II volume, Lisboa, Ministério da Justiça.
- 1979: Actas da Comissão Revisora do Código Penal, Parte Especial, Lisboa, Ministério da Justiça.
- Mira, Augusto Marcolino Alves de
- 1950: Rufianaria, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.
- Miranda, António Augusto Pires de
- 1931: Manual Teórico e Prático dos Juizes Municipais, Instrutores e Populares, II volume (Direito e Processo Penal e Tribunais Privativos dos Indígenas e um Apêndice ao 1 ° volume sôbre matéria cível e comercial), Coimbra, Edição do Autor.
- 1937: Juízos instrutores das Colónias, in RJ, ano 22 ° (1937), n. 511, pp. 193 a 195.
- 1962: Supremo Tribunal de Justiça, in JP, ano 29 (1962), n. 299, pp. 33 e 34.
- Miranda, Jorge
- 1973: Ciência Política e Direito Constitucional, II, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 1978: A Constituição de 1976, Formação, Estrutura, princípios Fundamentais, Lisboa, Livraria Petrony.
- 1980: Um Projecto de Revisão Constitucional, contendo um Apêndice com Intervenções várias sobre a Constituição e a primeira Revisão Constitucional, Coimbra, Coimbra Editora, Lda.

1982: Manual de Direito Constitucional, tomo I, Preliminares, A Experiência Constitucional, 2ª edição revista, Coimbra, Coimbra Editora.

Mittermaier, Carl Joseph Anton

1845: Deutsche Strafverfahren in der Fortbildung durch Gerichtsgebrauch und Landesgesetzbücher und in genauer Vergleichung mit dem englischen und französischen Strafverfahren, Erster Theil, Vierte völlig umgearbeitete und sehr vermehrte Auflage, Heidelberg, Mohr.

1846: Deutsche Strafverfahren in der Fortbildung durch Gerichtsgebrauch und Landesgesetzbücher und in genauer Vergleichung mit dem englischen und französischen Strafverfahren, Zweiter Theil, Vierte völlig umgearbeitete und sehr vermehrte Auflage, Heidelberg, Mohr.

1856: Gesetzgebung und Rechtsübung über Strafverfahren nach ihrer neuesten Fortbildung, Erlangen, Verlag von Ferdinand Enke.

Mittermaier, Wolfgang

1905: Die Reform des Vorverfahrens im Strafprozess, Halle, Verlag von Carl Marhold.

1906 a: Legalitätsprinzip und Ausdehnung der Privatklage, in P. F. Aschrott (hrsg.), Reform des Strafprozesses, Kritische Besprechungen der von der Kommission für die Reform des Strafprozesses gemachten Vorschläge, Berlin, J. Guttentag Verlagsbuchhandlung, pp. 148 a 161.

1906 b: Zur Frage der Schwurgerichte, in MschrKrimPsych, 2 (1906), pp. 1 a 24.

1909: Die Nichtberufsrichter im Entwurf einer Strafprozessordnung, in MschrKrimPsych, 5 (1909), pp. 465 a 471.

1935: Die Entwicklung im Strafrecht und Strafprozessrecht Frankreichs seit dem Krieg, in ZStW, 54 (1935), pp. 66 a 84.

Moira, José Joaquim Ferreira de

1826: Reflexões Criticas sobre a administração da Justiça em Inglaterra tanto no Cível como no Crime, e sobre o Jury n' uma Serie de Cartas a um Amigo, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1826.

Moncada, António Cabral de

1957: A Liberdade Condicional, Coimbra, Coimbra Editora.

Monteiro, Armindo

1942: As grandes directrizes da governação ultramarina no período que decorreu entre as duas guerras mundiais, 1919-1939, Separata do BGC, ns. 206 e 207, de 1942.

Monteiro, Eduardo Augusto de Sousa

1932: Supremo Tribunal de Justiça em Portugal, in O Direito, ano 64 ° (1932), pp. 98 a 105.

1933: Evolução histórica das instituições judiciárias antecessoras do Supremo Tribunal de Justiça, in AAVV, Comemorando o primeiro centenário do Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, Tipografia Couto Martins, pp. 53 a 102.

Monteiro, Evelyne

1998: La Politique Criminelle sous Salazar, Approche Comparative du Modèle État Autoritaire, in APC, n. 20, 1998, pp. 141 a 160.

Monteiro, Henrique Pires

1924: Criminalidade Militar, in BIC, volume V (1924), pp. 257 a 269.

1929: Evolução Orgânica do Exército Português, in RM, ano 81 (1929), pp. 136 a 153.

Montenegro, Arthur

1905: Reformas de Justiça. Propostas de Lei apresentadas á Camara dos Senhores Deputados nas Sessões de 22 e 23 de Agosto de 1905, Lisboa, Imprensa Nacional.

Montesquieu

1964: Oeuvres Complètes, preparation para Daniel Oster, Paris, Édition du Seuil.

Moos, Reinhard

1985: Grundstrukturen einer neuen Strafprozeßordnung, in Verhandlungen des Neunten Österreichischen Juristentages, Wien, 1985, II / 3 Abteilung Strafrecht, Wien, Manzsche Verlags- und Universitätsbuchhandlung, pp. 53 a 149.

1987: Die Reform der Rechtsmittel im Strafprozeß, in Hans-Ludwig Schreiber e Rudolf Wassermann, Gesamtreform des Strafverfahrens, Internationales Christian-Broda-Symposium, Bad Homburg v. d. H. 1986, Darmstadt, Luchterhand, pp. 177 a 191.

1991: Ausgewogenere Kommunikationsstruktur der Hauptverhandlung durch Wechselverhör und Teilung in zwei Abschnitte, in ZStW, 103 (1991), pp. 553 a 583.

Morais, José Xavier Guerra de

1956: Anotações ao Contencioso Aduaneiro Fiscal e Delito Anti-Económico, Espinho, Tipografia

Moreira.

Morais, Tancredo Octávio Faria de

1940: História da Marinha Portuguesa, I, Da Nacionalidade a Aljubarrota, Lisboa, Editorial Ática, Lda.

Moreira, Adriano

1945 a: Crimes políticos e habitualidade, in JF, ano IX (1945), pp. 151 a 157.

1945 b: Sobre o habeas corpus, in JF, ano IX (1945), pp. 225 a 249.

1946: Conceito e valor da reincidência, in JF, ano X (1946), pp. 7 a 20.

1947 a: Regime jurídico das detenções, in RDES, ano III (1947-1948), pp. 33 a 60.

1947 b: A Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça sobre Habeas Corpus, in RDES, ano III (1947-1948), pp. 164 a 183.

1948: Aspectos da tutela penal da economia, in RDES, ano IV (1948-1949), pp. 285 a 322.

1949: Critério das medidas de segurança, in RDES, ano V (1949-1950), pp. 272 a 307.

1950: A intervenção judicial na privação da liberdade física, in ROA, ano 10 (1950), ns. 3 e 4, pp. 143 a 169.

1951: A Revogação do Acto Colonial, Separata do n. 3 da RGEU.

1952: Anotação ao assento do STJ de 19.5.1950, in O Direito, ano 84 ° (1952), pp. 53 a 55.

1954 a: O Problema Prisional do Ultramar, Coimbra, Coimbra Editora.

1954 b: A Reforma do Código Penal, in O Direito, 86 ° ano (1954), pp. 263 a 290.

1955 a: Administração da Justiça aos Indígenas, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1955 b: Direito Penal aplicável aos Indígenas, in BMJ, n. 46 (1955), pp. 495 a 499.

1956: As Élités das Províncias Ultramarinas de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique), in Ensaios, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, pp. 35 a 62.

1957: Portugal e o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas, Separata do n. 15 da RGEU.

1958 a: A posição de Portugal perante as Nações Unidas, in Ensaios, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, pp. 79 a 101.

1958 b: Tendência Inquisitória do Processo Penal, in O Direito, ano 90 (1958), pp. 7 a 16.

1960: Política Ultramarina, 3ª edição, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1961: Política de Integração, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

1971: Revisão Constitucional, Lisboa, Tip. Silvas.

1976: Saneamento Nacional, Lisboa, Torres e Abreu Lda. Editores.

1999: Um homem só num mundo em mudança: Salazar, in Aniceto Afonso e Carlos Gomes, Guerra Colonial, Angola-Guiné-Moçambique, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 318 a 323.

Moreira, João Pinto

1889: Considerações acerca do Projecto de Lei sobre Organização Judiciária em que foi convertida a Proposta de Lei apresentada em 9 de Julho de 1887 á Camara dos Snrs. Deputados pelo Ex.mo Ministro da Justiça Conselheiro Francisco António da Veiga Beirão, Porto, Typographia Central.

Moreira, Lopes

1965: Notas ao Código de Justiça Militar, I Parte - Código de Justiça Militar, II Parte - Regulamento para a sua Execução, III Parte - Diplomas Avulsos, 1ª edição, Lisboa, edição do autor.

Morgan, Arthur E.

1932: Uma prisão moderna em Portugal, in BIC, volume XVI (1932), pp. 39 a 46.

Moser, Konrad

1933: »In Dubio Pro Reo«, Die geschichtliche Entwicklung dieses Satzes und seine Bedeutung im heutigen deutschen Strafrecht, Diss. München.

Mota, Luiz Guilherme da Rocha

1948: Algumas Considerações sobre a Instrução Contraditória adentro do Direito Português, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Mouga, Fernando

1955: A falibilidade do julgador e a gravação das audiências, in SI, tomo IV (1955), n. 15, pp. 3 a 6.

Moura, José Ilharco Álvares de

1947: Delitos Anti-Económicos, Legislação Actualizada e anotada: Infracções. Processo. Aplicação da lei no tempo. Providências para assegurar o abastecimento do país. Condicionamento económico de vários géneros e produtos. – Índice remissivo, Coimbra, Coimbra Editora.

Moura, José Souto de

1988: Inquérito e Instrução, in Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Coimbra, Almedina, pp. 81 a 145.

Mourisca Júnior, José Pinheiro

1918: A independência do poder judicial, in RJ, ano 3º, 1918, n. 56, pp. 515 a 517, n. 57, pp. 531 a 533, n. 58, pp. 547 a 549, n. 59, pp. 563 a 565, ano 4º, 1919, pp. 161 a 164.

1919: Detenções, in RJ, ano 4º, 1919, n. 1, pp. 2 a 5, n. 78, pp. 81 a 83, n. 79, pp. 97 a 99, e n. 80, pp. 113 e 114.

1921 a: A Guarda Nacional Republicana no campo da Justiça, in RJ, ano 6º, 1921-1922, n. 125, pp. 65 e 66, n. 126, pp. 81 e 82, n. 127, pp. 97 e 98, n. 128, pp. 113 e 114, n. 139, pp. 289 a 291.

1921 b: Processos sumarios, nos crimes e contravenções, in RT, ano 39º (1921), pp. 321 a 323, 353 a 356, e ano 40º (1921), pp. 82 a 84.

1922 a: Magistraturofobia?, in RT, ano 41º (1922), pp. 81 a 83, 129 a 133.

1922 b: Reorganização judiciária. Reclamações da magistratura, in RT, ano 41º (1922), pp. 209 a 211, 321 a 324, ano 42º (1923), pp. 177 a 179.

1923: Serviços Policiais, in O Direito, tomo 55 (1923), pp. 130 a 132, 194 a 198.

1924: Transgressões, Notas á Lei 300 e á Legislação Correlativa e Complementar, 2. Edição, Lisboa, Empresa Internacional Editora.

1929: Tribunais colectivos, in RJ, ano 14 (1929), n. 331, pp. 289 e 290.

1931: Código de Processo Penal (Anotado), Volume I, Vila Nova de Famalicão, Tip. «Minerva».

1932: Código de Processo Penal (Anotado), Volume II, Vila Nova de Famalicão, Tip. «Minerva».

1933: Código de Processo Penal (Anotado), Volume III, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga.

1934: Código de Processo Penal (Anotado), Volume IV, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga.

Moutinho, José Lobo

2000: Arguido e Imputado no Processo Penal Português, Lisboa, Universidade Católica Editora.

Müller, Ingo

1980: Rechtsstaat und Strafverfahren, Frankfurt am Main, Europäische Verlagsanstalt.

1984: Das Strafprozessrecht des Dritten Reiches, in Udo Reifner e Bernd-Rüdiger Sonnen (hrsg.), Strafjustiz und Polizei im Dritten Reich, Frankfurt, Campus Verlag, 1984, pp. 59 a 76.

1989: Nationalsozialistische Sondergerichte, Ihre Stellung im System des deutschen Strafverfahrens, in Martin Bennhold (hrsg.), Spuren des Unrechts, Recht und Nationalsozialismus, Beiträge zur historischen Kontinuität, Köln, Pahl-Rugenstein, 1989, pp. 17 a 33.

Müller-Dietz, Heinz

1982: Sozialstaatsprinzip und Strafverfahren, in Ernst-Walter Hanack et al. (hrsg.), Festschrift für Hans Dünnebieber zum 75. Geburtstag am 12. Juni 1982, Berlin, de Gruyter, pp. 75 a 99.

Nagler, Johannes

1909: Die Protokolle des Strafprozesskommission unter Berücksichtigung ihres Einflusses auf den Entwurf zur Strafprozessordnung und die geplante Novelle zum Gerichtsverfassungsgesetz, in GerS, LXXIII (1909), pp. 97 a 237.

1924: Zur Einschätzung der Verordnung über Gerichtsverfassung und Strafrechtspflege vom 4. Januar 1924, in GerS, XC (1924), pp. 398 a 440.

1938: Das Zwischenverfahren, in GerS, 111 (1938), pp. 342 a 371.

1940: Kriegstrafrecht, in GerS, 114 (1940), pp. 133 a 233.

1941: Die Neuordnung der Strafbarkeit von Versuch und Beihilfe, in GerS, 115 (1941), pp. 24 a 42.

Naucke, Wolfgang

1984: Über deklaratorische, scheinbare und wirkliche Entkriminalisierung, in GA, 1984, pp. 199 a 217.

Nazareth, Duarte

1853: Elementos do Processo Criminal, 3.ª Edição correcta e muito augmentada, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1854: Elementos do Processo Civil, 2.ª edição, correcta e augmentada, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1886: Elementos do Processo Criminal, Setima Edição Additada com algumas leis reletivas ao direito e processo criminal, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Nebinger, Robert

1943: Reichspolizeirecht, 4. durchgesehene und ergänzte Auflage, Leipzig, Verlag W. Kohlhammer.

Negreiros, A.-L. de Almada

1910: Colonies Portugaises, Les Organismes Politiques Indigènes, Paris, Librairie Maritime & Coloniale.

Neto, Castro

Ver Vasconcellos, José Maximo de Castro Neto Leite e

Netto, A. Lino

- 1898: Historia dos Juizes Ordinarios e de Paz, Coimbra, Typographia França Amado.
- Neubert
1938: Der Verteidiger, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 255 a 264.
- Neumann, Karl
1930: Der englische Strafprozess im Lichte der deutschen Justiz-Reform, in ZStW, 50 (1930), pp. 1 a 30.
- Neumann, Rudi
1938: Die Beschwer als Rechtsmittelvoraussetzung im Strafprozeß (Zugleich ein Ausblick auf das kommende Recht), Diss. Königsberg (Pr.).
- Neves, Castanheira
1968: Sumários de Processo Criminal, Coimbra.
1976: A Revolução e o Direito: a situação de crise e o sentido do direito no actual processo revolucionário, Lisboa, Separata da ROA.
1983: O Princípio da Legalidade Criminal. O seu problema jurídico e o seu critério dogmático, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia, I, número especial do BFD, pp. 307 a 469.
- Neves, Francisco Correia das
1955: A Prisão Preventiva, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.
- Niederreuther
1939: Zur Strafverfahrenerneuerung, in GerS, 112 (1939), pp. 169 a 221.
- Niemöller, Martin
1988: Die Hinweispflicht des Strafrichters bei Abweichungen vom Tatbild der Anklage, Frankfurt, Metzner.
- Niethammer, Emil
1926: Umgeschriebenes Strafrecht, in ZStW, 55 (1936), pp. 745 a 767.
1937: Das friedensrichterliche Verfahren, in Roland Freisler (hrsg.), Der Ehrenschatz im neuen deutschen Strafverfahren, Berlin, R. v. Decker's Verlag, pp. 88 a 99.
1938: Die Hauptverhandlung bis zum Urteil, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 141 a 183.
- Nogueira, Bernardo Fischer de Sá
1977: O Art. 67 ° do Código Penal, in ROA, ano 37 (1977), pp. 175 a 218.
- Nogueira, Franco
1970: Debate Singular, Lisboa, Ática.
1985: Salazar, Volume IV, O Ataque (1945-1958), 2ª edição, Porto, Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Ricardo Raymundo
1786 a: Preleções de Direito Pátrio recitadas no anno de 1785 para 1786, Tomo I (manuscrito da biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa).
1786 b: Preleções de Direito Pátrio recitadas no anno de 1785 para 1786, Tomo III (manuscrito da biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa).
1858: Preleções de Direito Publico Interno de Portugal, in O Instituto, Volume VI, pp. 233 a 235,

248 a 250, 256 a 260, 277 a 279, Volume VII, pp. 37 a 39, 75 a 78, 88 a 91, 99 a 102, 114 a 116, 122 a 126, 136 a 138, 151 a 154, 157 a 160, 172 a 176, 184 a 186, 194 a 197, 208 e 209, 222 e 223, 231 a 235, 247 a 250, 257 a 259, 273 a 275, 287 a 290, Volume VIII, pp. 4 e 5, 22 a 24, 39 e 40, 173 a 176, 188 a 190, 206 a 208, 228 a 231, 255 e 256, 286 a 288, 313 a 323.

Nöldeke, D.

1932: Die dritte Notverordnung des Reichspräsidenten vom 6. Oktober 1931, der Entwurf eines Einführungsgesetzes zum Allgemeinen Deutschen Strafgesetzbuch und zum Strafvollzugsgesetz und das Strafverfahren, in *MschKrimPsych*, 23 (1932), pp. 12 a 22.

Noronha, José Eduardo da Vasa Alves de

1940: Pina Manique, O Intendente de antes quebrar ... (Costumes, banditismo e policia no fim do século XVIII, principios do século XIX), Lisboa, Livraria Civilização Editora.

1950: Origens da Guarda Nacional Republicana, II Parte, A Guarda Municipal, Lisboa, Tipografia da GNR.

Noronha, José de Menezes Tovar Faro e

1905: Processo Penal, in RT, ano 24, 1905, n. 553, pp. 2 a 4, n. 554, pp. 17 e 18, n. 555, pp. 33 a 35, n. 556, pp. 49 e 50, n. 557, pp. 65 a 67.

1907: Pode haver despacho, ou despachos, de pronuncia provisoria, e deve haver despacho de pronuncia definitiva. Só d' este se pode interpôr o agravo de injusta pronuncia, in RT, ano 26, 1907, n. 624, pp. 371 a 373.

1908: Reforma da organização judiciaria, in RT, ano 27 ° (1908), pp. 130 a 133.

1911: Reforma Judicial, in GRL, 24 ° ano (1911), pp. 609, 617, 625, 626

1913: O decreto de 10 de outubro de 1910 revogou as leis "excepcionais", mas não as "especies" reguladoras do processo penal – Interpretação d' aquelle decreto combinado com o decreto de 12 de janeiro de 1911 e art. 3, n. 18 da Constituição, in GRL, 27 ° ano, 1913, n. 53, pp. 417 e 418.

1914: São competentes os tribunais ordinários para julgarem os crimes comuns cometidos por militares conjuntamente com paisanos na hipotese prevista no art. 323 do Cd. de Just. Militar, in GRL, ano 28 ° (1914-1915), pp. 36 e 37.

Nova, Silvino Alberto Villa, et al.

1977: Código de Justiça Militar Actualizado e Anotado, Coimbra, Almedina.

Noyer, Alain

1966: La Sureté de l' État (1789-1965), Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

Nunes, António Lopes Pires

1998: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 6 ° volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola, Livro 1, 1ª edição, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

Nunes, José Luís

1977: Justiça – Organização Judiciária e Advocacia, in ROA, ano 37 (1977), pp. 829 a 849.

Nunes, Maria Helena

1951: Dos Delinquentes Habituais, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

O Direito

1874: Pode a condenação em policia correccional fundar-se em depoimento de testemunha singular, havendo alguma outra prova. N' este juizo o reu condemnado, que appella deve ser logo posto em liberdade; e se o juiz indefere compete agravo de petição, ou appellação segundo as circumstancias, in O Direit, 5 ° ano (1874), pp. 515 e 516.

1876: Dos efectos da appellação da sentença condemnatoria no juizo de policia correccional, in O Direito, 9º ano (1876), pp. 3 a 5.

1877: O reu que sendo preso antes da culpa formada teve de ser solto, por se lhe não formar a nova culpa no praso de oito dias, só pode ser novamente preso pelo mesmo crime depois da pronuncia, in O Direito, 9º ano (1877), p. 164.

1889 a: O reu condemnado a pena de prisão no juizo de policia correccional não é obrigado a prestar caução, se interpozer recurso, in O Direito, ano 21º (1889), p. 5.

1889 b: Nos casos de contrabando e descaminho de tabacos ou tecidos os arguidos, presos em flagrante, continuam em custodia até ao despacho de indicição, e depois, sendo elle confirmado, até ao julgamento pelo juiz de direito. Esta prisão só pode ser dispensada no caso de o arguido depositar ou caucionar o maximo da multa e direito devidos, quando a pena fôr só de multa, e cabendo pena corporal tem mais de prestar fiança arbitrada pelo juiz de direito. Também pode cessar se o despacho de indicição não foi intimado, e decorreu o praso de oito dias contados da data da prisão, in O Direito, ano 21º (1889), pp. 169 e 170.

1908: Nos processos a que se refere o decreto de 28 de novembro de 1907, quando terminam antes do julgamento, por o réo vir pagar voluntariamente a multa, só o official de deligencias do juiz de paz, se fez quaesquer citações ou intimações, tem direito a receber salarios, in O Direito, ano 40 (1908), pp. 65 e 66.

1912: Competencia dos tribunaes do Contencioso fiscal para instrucção e julgamento dos processos por delictos de contrabando. O julgamento para a applicação da pena de prisão é da competencia do juiz de direito na respectiva comarca ou districto criminal. Analyse do decreto n. 2 de 27 de setembro de 1894, in O Direito, ano 44º (1912), pp. 124 a 126.

Oehler, Dietrich

1952: Der gesetzliche Richter und die Zuständigkeit in Strafsachen, in ZStW, 64 (1952), pp. 292 a 305.

Oetker, Friedrich

1905: Ein Vorschlag zur Besserung des Schwurgerichts, in GerS, 65 (1905), pp. 345 a 337.

1906: Reform des Schwurgerichts, in GerS, 68 (1906), pp. 81 a 107.

1924: Die Strafgerichtsverfassung nach der Verordnung vom 4. Januar 1924, in GerS, 90 (1924), pp. 341 a 397.

1934 a: Gedanken zur Reform des deutschen Strafrechts und Strafprozessrechts, in GerS, 104 (1934), pp. 1 a 51.

1934 b: Gefährdungs- oder Verletzungsstrafrecht, in Hans Frank (hrsg.), Denkschrift des Zentralkomitees der Strafrechtsabteilung der Akademie für Deutsches recht über die Grundzüge eines Allgemeinen Deutschen Strafrechts, Berlin, Decker's Verlag, pp. 46 a 61.

1935 a: Mündlichkeit und Unmittelbarkeit im Strafverfahren unter besonderer Berücksichtigung der Monsterprozesse, in GerS, 105 (1935), pp. 1 a 25.

1935 b: Ein modernes Schwurgericht, in GerS, 105 (1935), pp. 337 a 347.

1935 c: Legalität, Opportunität, Klageerzwingung, in GerS, 105 (1935), pp. 370 a 382.

1935 d: Der Führergrundsatz und seine Ausgestaltung im schwurgerichtlichen Verfahren, in GerS, 106 (1935), pp. 21 a 32.

1935 e: Der Wert des Eröffnungsbeschlusses, in GerS, 106 (1935), pp. 66 a 84.

1936: Die Revision im künftigen Strafverfahren, in GerS, 107 (1936), pp. 32 a 47.

Olesa Muñido, Francisco Felipe

1951: Las Medidas de Seguridad, Barcelona, Bosch.

Oliveira, A. J. Simões de

1953: Ónus de prova do elemento subjectivo da infracção, in SI, tomo II (1953), n. 7, pp. 299 a 306.

Oliveira, Arménio Nuno Ramires de, e Nívio Ramos Herdade
1995: A Política Militar, in Grupo de Trabalho para o Estudo da História do Exército (coord. pelo General Arménio Nuno Ramires de Oliveira), História do Exército Português (1910-1945), Lisboa, Estado-Maior do Exército, pp. 11 a 108.

Oliveira, Augusto d'
1929: Protecção Moral e Jurídica à Infância, Lisboa, Tip. do Reformatório Central de Lisboa.
1938: A Personalidade do Delinquente na Reforma Prisional Portuguesa, separata do BIC, Lisboa, Tip. da Cadeia Penitenciária.
1946: Da Missão do Advogado em face da Nova Legislação Penal, in ROA, ano 6 (1946), ns. 1 e 2, pp. 181 a 213.

Oliveira, Caetano Marques Soares de
1938: As Possibilidades da Assistência Prisional em Portugal, in BIC, ano de 1938, pp. 39 a 56.

Oliveira, Francisco Carlos Pereira da Costa
1996: O Direito Penal Militar: questões de legitimidade, Lisboa, AAFDL.

Oliveira, Joaquim Brito Leal de
1961: A Observação e Classificação dos Delinquentes, in BAPIC, n. 8 (1961), pp. 73 a 140.

Oliveira, Luís de Carvalho e
1953: Introdução à Criminologia, Coimbra, Coimbra Editora Limitada.
1958: A doutrina da culpa na formação da personalidade, in ROA, ano 18 (1958), pp. 201 a 207.

Oliveira, Manuel A. Vidigal de
1934: O Crime Político no Direito Penal Português, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Oliveira, Mário António Fernandes de, et al.
1979: A Descolonização Portuguesa – Aproximação de um Estudo, Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade.
1982: A Descolonização Portuguesa 2 – Aproximação de um Estudo, Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade.

Olympio, Cláudio
1944: Estatuto Judiciário, in VJ, ano 6, 1944, pp. 133, 134, 153, 154, 168 a 170, 205 e 206, ano 7, 1945, pp. 17 e 18, e ano 8, pp. 2, 3, 13, 14, 19, 20, 43, 44, 59, 60, 76, 77, 92, 93, 107, 108, 124 e 125.
1946: Reformas Penais, in VJ, ano 8, 1946, pp. 57, 58, 73, 74, 89, 90, 105, 106,

Ordem dos Advogados
1889: Projecto de Alterações ao Código de Processo Penal de José Navarro Paiva (não publicado).

Ortloff, Hermann
1896: Für und Wider die Berufung in Strafsachen ? Zur Erwägung im hohen Reichstage, München, J. Schweitzer Verlag.

Ortolan, J.
1875: Éléments de Droit Pénal, Pénalité - Juridictions - Procédure, suivant la science rationnelle, la législation positive et la jurisprudence avec les données de nos statistiques criminelles, Quatrième Édition mise au courant de la législation Française et Étrangère par M. E. Bonnier, Tome Deuxième, Paris, E. Plon et c. Éditeurs.

- Osório, Augusto Carlos Cardoso Pinto
 1876: Da Organização da Justiça no Ultramar, Memoria em resposta ao questionario da commissão parlamentar, Lisboa, Typographia Universal.
- 1913: Conselho Superior da Magistratura, in RT, ano 32 °, 1913, n. 753, pp. 129 a 132, n. 754, pp. 145 a 150, n. 755, pp. 161 a 166, n. 756, pp. 177 a 184, n. 757, pp. 193 a 196, n. 758, pp. 209 a 213.
- 1914: No Campo da Justiça, Porto, Martins & Irmão Imprensa Comercial.
- 1917: Jurisdições Excepcionaes, in RT, ano 35 ° (1917), pp. 337 a 341, 353 a 357, ano 37 ° (1918), pp. 50 a 54, 65 a 71.
- Osório, Luís
 Ver Bátista, Luís Osório da Gama e Castro de Oliveira
- Osório, José
 Ver Albuquerque, José Osório da Gama e Castro Saraiva de
- Osório, Paulo
 1906: Criminosos loucos, A Criminologia Moderna, A Medicina Legal Portuguesa, As Bases d' uma Reforma, Porto, Empreza Litteraria e Typographica Editora.
- Ott, Dieter
 1970: Die Berichtigung des Hauptverhandlungsprotokolls im Strafverfahren und das Verbot der Rügeverkümmernung, Diss. Göttingen.
- Pabst, Alois
 1934: Das Verbot der reformatio in peius in der deutschen Strafprozessordnung, Diss. Würzburg.
- Pacheco, J. C. Preto
 1877: Novo Manual dos Juizes Ordinarios e seus Escrivães segundo o Codigo de Processo Civil, Volume I, Porto, Cruz Coutinho Editor.
- Paçô-Vieira, Conde de
 1914: Escriptos Juridicos, Porto, Imprensa Portuguesa.
- Paiva, Maria Luiza Val do Rio de Almeida
 1937: Os Institutos Penitenciários e a Personalidade do Delinqüente, in BIC, ano de 1937, pp. 85 a 148.
- Paiva, José da Cunha Navarro de
 1871: Relatórios dirigidos ao Conselheiro Procurador Geral da Coroa e Fazenda sobre a Reforma do Código Penal e sobre diferentes Assumptos de Organização Judiciaria e do Ministério Publico, Porto, Typ. da Livraria Nacional.
- 1873: Circulares dirigidas aos Delegados do Procurador Regio junto da Relação dos Açores pelo Procurador Regio que serviu na mesma Relação, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- 1874: Projecto de Código do Processo Criminal, Lisboa, Imprensa Nacional.
- 1877: Breve Resposta aos Estudos Juridicos do Ex. mo sr. Francisco José Medeiros ácerca do Projecto de Código do Processo Criminal pelo Conselheiro José da Cunha Navarro de Paiva, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- 1882 a: Projecto Definitivo de Código do Processo Criminal, Lisboa, Imprensa Nacional.
- 1882 b: Resposta do auctor do Projecto definitivo do Codigo do processo criminal ás «Observações» feitas ao mesmo Projecto, in RLJ, ano 14 (1882), n. 713, p. 577 a 580, n. 714, p. 593 a 596, e ano 15 (1883), n. 729, p. 1 a 4, n. 730, p. 17 a 20, n. 731, p. 33 a 35, e n. 732, p. 49 a 51.
- 1883: Resposta aos Estudos ácerca do Projecto Definitivo de Codigo do Processo Criminal, in RT,

- 1º ano (1883), pp. 225 a 231, 257 a 261, 273 a 276, 305 a 308, 321 a 326, e 353 a 357.
 1886: Projecto de Código do Processo Penal, Lisboa, Imprensa Nacional.
 1892: A Reorganização ou Desorganização Judiciária, Apreciação crítica dos decretos de 15 de setembro de 1892, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira.
 1895 a: Tratado Theorico e Practico das Provas no Processo Penal, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira.
 1895 b: Analyse do decreto n. 1 de 22 de maio de 1895, in RLJ, ano 28 ° (1895), pp. 65 a 67.
 1900: Manual do Ministério Público, Terceira edição refundida e muito augmentada, Tomo I, Porto, Typografia de Antonio José da Silva Teixeira.
 1901: Manual do Ministério Público, Terceira edição refundida e muito augmentada, Tomo II, Porto, Typografia de Antonio José da Silva Teixeira.
 1902: Juizo de instrucção, in RLJ, ano 35 (1902-1903), n. 1550, pp. 444 a 446.
 1913: Reforma do Processo Penal, in RT, 31 ° ano, 1913, pp. 273 a 275, 321 a 323, e 353 a 355.
 1915 a: Estudos de Direito Penal, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand.
 1915 b: Organização Judiciária, in RT, 10 33 ° (1915), pp. 273 a 275, 305 a 309, 353 a 356.
- Palma, Maria Fernanda
 1994: A Constitucionalidade do artigo 342 do Código de Processo Penal, O Direito ao Silêncio do Arguido, in RMP, ano 15 ° (1994), n. 60, pp. 101 a 111.
- Palmeirim, A. X.
 1873: Alguns factos militares portuguezes no seculo XVIII, Lisboa, Typographia Universal.
- Papadatos, Pierre
 1955: Le Délit Politique, Contribution a l' Étude des Crimes contre l' État, Genève, Librairie E. Droz.
- Pegas, Manoel Alvares
 1671: Commentaria ad Ordinationes, Tomus Tertius, Ulyssipone, Typographia Ioannis a Costa.
- Pena, Rui
 1965: Concorrência de medidas de segurança, in ROA, ano 25 (1965), pp. 25 a 64, e ano 26 (1966), pp. 55 a 91.
- Pequito, Manuel
 1992: A Justiça Militar, in JE, ano 33 (1992), ns. 393/394, pp. 30 e 31.
- Perdigão, Azeredo, e F. Mittermaier Madureira
 1937: Tribunais e ... Tribunecas, in RJ, ano 22 ° (1937), n. 513, pp. 238 a 240.
- Pereira, André Gonçalves
 1971: Administração e Direito Ultramarino, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Pereira, António Albino
 1941: Estudo Histórico-Jurídico do Crime Político, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.
- Pereira, António Manuel
 1949: Elementos de Direito Penal, Crimes Políticos, de Imprensa e de Abuso de Autoridade, o Habeas Corpus, Porto, Livraria Fernando Machado & Co. Lda.
- Pereira, Armando Simões

1927: Em defesa das Sentenças Indeterminadas, Um Aspecto da política criminal, Coimbra, Coimbra Editora.

1946: Apontamentos para a interpretação da última parte do artigo 628 do Código de Processo Penal, in RDES, ano II (1946), pp. 339 a 355.

Pereira, Armando Gonçalves

1931: As Novas Tendências da Administração Colonial, Lisboa, Edição de J. Rodrigues & C..

Pereira, Augusto Xavier da Silva

1901: As Leis de Imprensa, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Pereira, Caetano

Ver Sousa, Joaquim José Caetano Pereira e

Pereira, Carlos Renato Gonçalves

1942: As Novas Directrizes do Direito Português, in ROA, ano 2 (1942), ns. 3 e 4, pp. 1 a 14.

1948: Assistência Post-Prisonal, in BIC, anos de 1945-1948, pp. 227 a 246.

1964: História da Administração da Justiça no Estado da Índia (Século XVI), I Volume, Lisboa, Agência - Geral do Ultramar.

Pereira, José Maria Dantas

1824: Noções da Legislação naval portuguesa até ao anno 1820, dispostas chronologico-systematicamente; e adicionadas com algumas da historia respectiva, e dos nossos escritos maritimos, Lisboa, Impressão Regia.

Pereira, José Esteves

1974: Silvestre Pinheiro Ferreira, O seu Pensamento Político, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Pereira, Rui

1994: Ministério Público: hierarquia e autonomia, in RMP, Cadernos n. 6, 1994, pp. 73 a 77.

Perron, Walter

1995: Das Beweisantragsrecht der Beschuldigten im deutschen Strafprozeß, Eine Untersuchung der verfassungsrechtlichen und verfahrensstrukturellen Grundlagen, gesetzlichen Regelungen und rechtstatsächlichen Auswirkungen sowie eine Erörterung der Reformperspektiven unter rechtsvergleichender Berücksichtigung des adversatorischen Prozeßmodells, Berlin, Duncker & Humblot.

Perry, José Ribeiro, e Luiz Guilherme Peres Furtado Galvão

1884: Peculio do Processo Criminal colligido por José Ribeiro Perry e Luiz Guilherme Peres Furtado Galvão seguido de um Appendice contendo a Synopse dos Accordãos do Supremo Tribunal de Justiça desde 1863 até 1882 sobre a Materia Crime e um Formulário do Processo Criminal por Gaspar Loureiro d' Almeida Cardoso Paúl, Lisboa, A. G. Vieira Paiva Editor.

Peters, Karl

1937: Zur Neuordnung des Strafverfahrens, Eine kritische Stellungnahme zu den Vorschlägen der Abhandlungen über das kommende Strafverfahren im "Deutschen Strafrecht" 1935, Heft 8-11, in ZStW, 1937, pp. 34 a 68.

1938: Tat-, Rechts- und Ermessensfragen in der Revisionsinstanz, in ZStW, 57 (1938), pp. 53 a 85.

1963: Die strafrechtsgestaltende Kraft des Strafprozesses, Tübingen, Mohr.

1966: Aufgabe und Gestalt der Gerichtshilfe, in Strafrechtspflege und Menschlichkeit, Ausgewählte Schriften, Heidelberg, Müller, 1988, pp. 267 a 278.

1967: Untersuchungen zum Fehlurteil im Strafprozess, Berlin, Walter de Gruyter & Co.

1972: Fehlerquellen im Strafprozess, 2. Band (Systematische Untersuchungen und Folgerungen), Karlsruhe, Mühlner, pp. 267 a 278.

1975: Der neue Strafprozess, Darstellung und Würdigung, Karlsruhe, Müller.

1978 a: Empfiehlt es sich, das Rechtsmittelsystem in Strafsachen, insbesondere durch Einführung eines Einheitsrechtsmittels, grundlegend zu ändern ?, in Ständigen Deputation des Deutschen Juristentages, Verhandlungen des Zweiundfünfzigsten Deutschen Juristentages, Band I, Teil C, Gutachten, München, Beck.

1978 b: Die Persönlichkeitserforschung im Strafverfahren, in Strafrechtspflege und Menschlichkeit, Ausgewählte Schriften, Heidelberg, Müller, 1988, pp. 329 a 339.

1979: Die Beschleunigung des Strafverfahrens und die Grenzen der Verfahrensbeschleunigung, in Hans-Ludwig Schreiber, Strafprozess und Reform, Eine kritische Bestandaufnahme, Luchterhand, pp. 82 a 112.

1985: Strafprozeß, Ein Lehrbuch, 4., neubearbeitete und erweiterte Auflage, Heidelberg, C. F. Müller Juristischer Verlag.

Pfeiffer, Gerd

1999: Anotação introdutória à StPO, in KK-StPO

Pieroth, Bodo, e Bernhard Schlink

1998: Grundrechte, Staatsrechte II, 14. überarbeitete Auflage, Heidelberg, Müller.

Pimenta, José Costa

1991: Código de Processo Penal Anotado, 2ª edição, Lisboa, Rei dos Livros.

Pimentel, José Menéres

1983 a: Discurso proferido na inauguração do Palácio da Justiça da Lousã, in BMJ, n. 324 (1983), pp. 15 a 37.

1983 b: Código de Processo Penal (Anteprojecto), Nota Preambular, in BMJ, n. 329, 1983, pp. 5 a 17.

Pinheiro, Rui, e Artur Maurício

1976: A Constituição e o Processo Penal, Lisboa, Diabril.

1983: A Constituição e o Processo Penal, Coimbra, Rei dos Livros.

Pinho, David Borges de

1979: O Ministério Público e o Poder judicial, Breves considerandos sobre as posições a assumir no termo do inquérito preliminar e da instrução preparatória, e comentários a dois recentes acordãos do S. T. J., Braga, Barbosa & Xavier, Limitada, 1979.

1981: Da Acção Penal e sua Tramitação Processual, Breves Notas sobre Investigação Criminal (Inquérito Preliminar e Instrução), Liberdade Provisória e Prisão Preventiva, Julgamento e Recursos, 4.ª edição (revista), Braga, Barbosa & Xavier.

1983: A Investigação ou Averiguação Criminal, A realidade dum presente numa perspectiva de futuro, in Ciclo de Conferências no Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, Para uma Nova Justiça Penal, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 127 a 140.

Pinto, António Joaquim Gouvêa

1820: Manual de Apelações e Aggravo ou Dedução Systematica dos principios mais sólidos e necessarios á sua materia, fundamentada nas Leis deste Reino, Segunda Edição, Duplicadamente augmentada, Lisboa, Impressão Regia.

1832: Memoria Estatistico-Historico-Militar, em que resumidamente se dá noticia da força militar terrestre, que nos primeiros tempos da Monarquia portugueza se chamava Hoste, e depois se veio a chamar Exercito, para o fim de se conhecer, debaixo de um golpe de vista, o modo por que naquelles primeiros tempos se fazia a guerra, a gente que a ella hia, a despeza que com esta ordinariamentese fazia, e faz, e as

reformas que se fizerão no mesmo Exercito, em differentes Epocas da Monarquia, até hoje, á vista de Documentos Legislativos, que as ordenarão, e poder servir de algum fundamento a Historia Militar do Reino de Portugal, Lisboa, Typografia da Academia de Sciencias de Lisboa.

Pinto, Basílio de Sousa

1845: Lições de Direito Criminal, redigidas por Francisco d' Albuquerque e Couto e Lopo José Dias de Carvalho segundo as prelecções oraes do illustrissimo Senhor Basílio Alberto de Sousa Pinto, feitas no anno lectivo de 1844 a 1845, e adaptadas ás Instituições de Direito Criminal Portuguez do Senhor Pascoal José de Mello Freire, Coimbra, Imprensa da Universidade. 1845.

1861: Lições de Direito Criminal Portuguez, Redigidas por A. M. Seabra d' Albuquerque, segundo as Prelecções Oraes do Excelentissimo Senhor Basílio Alberto de Sousa Pinto, impressas com a sua permissão, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Pinto, Christovam

1906: Les Indigènes de l' Inde Portugaise, Mémoire présenté au Congrès International de la Sociologie Coloniale tenu à Paris en 1900, Lisboa, Tupographia Universal.

Pinto, Jaime Nogueira

1976: Portugal, Os Anos do Fim, A Revolução que veio de dentro, Lisboa, Sociedade Portuguesa Economia Finanças, Lda..

1995: Portugal – Os Anos do Fim, O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril, 3ª edição, Algés, Difel.

Pinto, Joaquim Celestino Albano

1840: Projecto de Lei Suppletoria, ou Adicional a Reforma Judiciaria, segundo o qual ficará o Paiz mais bem organizado, do que se acha prezentemente, e a Justiça será administrada aos Povos com mais Brevidade, Lisboa, Typografia de A. S. Coelho.

Pinto, José Roberto

1958: Os Problemas da Classificação dos Delinquentes e da Especialização dos Estabelecimentos, Separata do 7º volume do BAPIC.

1963: Reflexões sobre o Tratamento Penitenciário, Separata do 11º volume do BAPIC.

1968: Pena suspensa e regime de prova no projecto de Código Penal, in BAPIC, n. 22 (1968), pp. 203 a 285.

Pinto, José Roberto, e Alberto A. Ferreira

1955: Organização Prisional (Decreto-Lei n. 26.643, de 28 de Maio de 1936) Actualizada e Anotada, Prefácio do Professor Doutor Beleza dos Santos, Coimbra, Coimbra Editors, Limitada.

Pinto, Pedro Paulo

1850 a: Repertorio Militar do que há estabelecido e em vigor, concernente á Organização, Uniforme, Armamento, Economia, Disciplina, Policia, Serviço, Saúde, Justiça Criminal, Privilegios, e Recompensas; extrahido da Legislação, e mais disposições até o anno de 1850, e acompanhado da integra de muitas disposições e varios formularios, coordenado para uso especial do Exercito do Estado da India e suas Repartições Civis, Tomo I, A-G, Nova Goa, Imprensa Nacional.

1850 b: Repertorio Militar do que há estabelecido e em vigor, concernente á Organização, Uniforme, Armamento, Economia, Disciplina, Policia, Serviço, Saúde, Justiça Criminal, Privilegios, e Recompensas; extrahido da Legislação, e mais disposições até o anno de 1850, e acompanhado da integra de muitas disposições e varios formularios, coordenado para uso especial do Exercito do Estado da India e suas Repartições Civis, Tomo II, H-V, Nova Goa, Imprensa Nacional.

Pires, Carlos

1940: Discurso do Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, in *O Direito*, 72 ° ano (1940), pp. 233 a 240.

Pires, Francisco Lucas
1971: *O Ultramar e a Revisão Constitucional*, Coimbra, Sociedade Cooperativa Cidadela de Coimbra.

1973: Soberania e Autonomia, in *BFD*, volume XLIX (1973), pp. 135 a 200, e volume L (1974), pp. 107 a 174.

Pisani, Mario
1990: Beccaria e il processo penale, in *Centro Nazionale di Prevenzione e difesa Sociale*, Cesare Beccaria and Modern Criminal Policy, Milano, Giuffrè, pp. 109 a 120.

Pitta, Pedro
1957: Intervenção no Instituto da Conferência, in *ROA*, ano 17, pp. 287 a 298.

Plötz, Winfried
1980: *Die Gerichtliche Fürsorgepflicht im Strafverfahren*, Lübeck, Schmidt Römhild.

P.N.S.
1911: Projecto d' um Tribunal Privativo para os Chinas em Macau, Macau.

Pombo, José Francisco da Rocha
1905: *História do Brazil*, volume V, Rio de Janeiro, Benjamin de Aguiar Editor.

Poppe, Adolf
1910: *Der Kampf um die Berufung in Strafkammersachen seit Einführung der R. Str. P. O. bis zur Gegenwart*, Diss. Göttingen.

Porter, Bernard
1987: *The London Metropolitan Police Special Branch before the First World War*, London, Weidenfeld and Nicholson.

Pouille, André
1985: *Le Pouvoir Judiciaire et les Tribunaux*, Paris, Masson.

Praça, José Joaquim Lopes
1878: *Direito Constitucional Portuguez, Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Adicional de 1852*, Coimbra, Imprensa Litteraria.

1879: *Direito Constitucional Portuguez, Estudos sobre a Carta Constitucional de 1826 e Acto Adicional de 1852, 2ª Parte, Vol. I*, Coimbra, Manuel de Almeida Cabral Editor.

1881: *O Catholicismo e as Nações Catholicas, Das Liberdades da Egreja Portugueza*, Coimbra, Imprensa Litteraria.

1894: *Collecção de Leis e Subsídios para o Estudo do Direito Constitucional Portuguez, Volume II, Constituições Politicas de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Pradel, Jean
1971: Une nouvelle mesure de surete à la disposition du juge d' instruction: le contrôle judiciaire, in *AAVV, Détention Provisoire, contrôle judiciaire et garde à vue, Les Problèmes soulevés par le controle juridictionnel*, XII Journées Franco-Belgo-Luxembourgeoises de Droit Pénal sous la présidence de M. Rolland, Paris, Publications Universitaires de France, pp. 165 a 174.

1990: *L' Instruction Préparatoire*, Paris, Cujas.

2000: «L' appel» contre les arrêts d' assises: un apport heureux de la loi du 15 juin 2000, in D. 28.6.2001, n. 25/7034, pp. 1964 a 1972.

Pradier-Fodéré, M. P., e M. Amédée le Faure

1873: Commentaire sur le Code de Justice Militaire précédé d' une introduction historique comprenant l' explication juridique de chaque article du code, l' analyse des questions de droit international qui s' y rattachent, un exposé des législations étrangères, des citations empruntées auz principaux auteurs militaires, de nombreux exemples historiques, etc, tenu au courant de la législation et de la jurisprudence, accompagné de modèles de formules et suivi d' une table analytique des matières, Paris, Librairie Militaire de J. Dumaine.

Preiser, Friedrich

1920: Die Stellung der Staatsanwaltschaft in den Entwürfen zur Neuordnung unseres Strafverfahrens, in GerS, 41 (1920), pp. 373 a 394.

Preto, António Martinez Valadas

1955: Extensão ao Ultramar da Reforma Prisional, in BMJ, n. 46 (1955), pp. 179 a 202.

Puglia, Ferdinando

1882: L' Evoluzione Storica e Scientifica del Diritto e della Procedura Penale, Messina, Tip. Fratelli.

Quadros, Fausto

1971: A descentralização das funções do Estado nas Províncias Ultramarinas Portuguesas, Estudo de Direito Constitucional e Direito Administrativo, Braga, Livraria Cruz.

Queiró, Afonso Rodrigues

1946: O Novo Direito Constitucional Português (Algumas Ideias Fundamentais), in BFD, volume XXII (1946), pp. 44 a 66.

1973: Sobre algumas garantias individuais, in RDES, ano XX (1973), pp. 261 a 282.

Queiroz, José Peixoto Sarmento de

1850: A Infancia do Supremo Tribunal de Justiça ou a Alliança da Justiça com a Política, Porto, Typographia Commercial.

Quenet, Maurice

1997: Histoire des Institutions Judiciaires, Paris, Les Cours de Droit.

Rached, Aly A.

1942: De l' Intime Conviction du Juge, Vers une Théorie Scientifique de la Preuve en Matière Criminelle, Paris, Éditions A. Pedone.

Radzinowicz, Leon

1956: A History of the English Criminal Law and its Administration from 1750, Volume 3, Cross-Currents in the Movement for the Reform of the Police, London, Stevens & Sons Ltd.

Raiga, Jacques

1913: La Cour d' Appel Criminel en Angleterre, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

Ranouil, Pierre Charles

1990: L' Intime Conviction, in Renée Martinage e Jean-Pierre Royer, Les destinée du Jury criminel, Paris, l' Espace Juridique, pp. 85 a 101.

Raposo, Mário
1982: A Revisão Constitucional e a Independência dos Juizes, in ROA, ano 42 (1982), pp. 321 a 358.

Rassat, Michèle-Laure
1967: Le Ministère Public entre son Passé et son Avenir, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

1993: Institutions Judiciaires, Paris, Presses Universitaires de France.

1997: Propositions de Réforme du Code de Procédure Pénale, Paris, Dalloz.

Rebello, João M. Pacheco Teixeira

1890: Synopse e Repertorio Alfabético das Circulares de Execução Permanente da Procuradoria Regia da Relação do Porto, Obra publicada com auctorisação do Ministerio da Justiça, por despacho de 16 de dezembro de 1889, Porto, A. G. Vieira Paiva - Editor.

Rebello, José Pinto

1832: A Carta e as Cortes de 1826: Dissertação Critico-Política, na qual esta assembleia é julgada em presença da constituição .. e se demonstra a maneira d' evitar para o futuro que os representantes da nação faltem a seus deveres, ou atraíem novamente a patria, offerecida aos membros das assembleias eleitoraes, Bayonna, Typographia de Lamaignere.

Rego, António da Silva

1951: História da Colonização Moderna, Apontamentos das lições do Exmo. Rev. Sr. Prof. Dr. Pe. António da Silva Rêgo, ao 1 ° ano do Curso de Altos Estudos Coloniais, coligidos pelo Dr. Armando de Oliveira Hagatong, Lisboa, Gabinete de Estudos Coloniais do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa.

1963: Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa, in 1 ° Curso de Férias para Estudantes Ultramarinos, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1963, pp. 249 a 272.

Reichsjustizministerium

1908: Entwurf einer Strafprozessordnung und Novelle zum Gerichtsverfassungsgesetze nebst Begründung, Amtliche Ausgabe, Berlin, Verlag Otto Liebmann.

1920: Entwurf eines Gesetzes zur Änderung des Gerichtsverfassungsgesetzes und Entwurf eines Gesetzes über den Rechtsgang in Strafsachen nebst Begründung, Berlin, Beck.

Reichsrechtsamt der Nationalsozialistische Deutsche Arbeiter Partei

1935: Nationalsozialistische Leitsätze für ein neues deutsches Strafrecht, 1. Teil, 4. Auflage, Berlin, Deutscher Rechts-Verlag.

1936: Nationalsozialistische Leitsätze für ein neues deutsches Strafrecht, Besonderer (2.) Teil, Berlin, Deutscher Rechts-Verlag.

Reifner, Udo

1983: Juristen im Nationalsozialismus, Kritische Anmerkungen zum Stand der Vergangenheitsbewältigung, in ZRP, 1983, pp. 13 a 19.

Reimer

1935: Persönliche und räumliche Geltung der Strafgesetze, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafrecht, Allgemeiner Teil, Bericht über die Arbeit der amtlichen Strafprozesskommission, 2. Auflage, nach den Ergebnissen der zweiten Lesung neu bearbeitet, Berlin, Verlag Franz Wahlen, pp. 219 a 225.

Reis, José Alberto dos

1905: Organização Judicial, Lições feitas ao curso do 4.º ano jurídico de 1904 a 1905, Coimbra, Imprensa Académica.

1909: Organização Judicial, Lições feitas ao curso do 4.º ano jurídico de 1908 a 1909, Coimbra, Imprensa Académica.

1949 a: Código de Processo Civil Anotado, volume III, 3ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.

1949 b: Sobre o Decreto-Lei n. 37.047, de 7 de Setembro de 1948 (Reforma Judiciária), in RLJ, ano 81º (1949-1950), pp. 353 a 357, 369 a 373, 385 a 393, 401 a 407.

1950: A Função do Supremo Tribunal de Justiça segundo o Código de Processo Civil Português, Estratto da studi in Onore di Enrico Redenti, Volume I, Milano, Giuffrè.

Reis, Mário Simões dos

1940: A Vadiagem e a Mendicidade em Portugal (Estudo preventivo e repressivo, etiológico, sociológico, psicopatológico, político e jurídico, fundado em dados estatísticos oficiais, muitos inéditos, e elaborado, por incumbência do Ministério da Justiça e dos Cultos e do Instituto de Criminologia de Lisboa, de harmonia com o determinado no artigo 3º e outros do Decreto-Lei n. 27.306, de 8 de Dezembro de 1936), Lisboa, Imprensa Libanio da Silva.

Reis, Pascoal José de Mello Freire dos

1823: Ensaio do Código Criminal, a que mandou proceder a Rainha Fidelíssima D. Maria I, Lisboa, Typographia Maignense.

1844: O Novo Código Público de Portugal, com as Provas, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1923: Projecto de hum novo Regimento para o Santo Officio, in BFD, Ano VII (1921-1923), pp. 162 a 188, 495 a 541.

1966 a: Instituições do Direito Criminal Português, tradução de Miguel Pinto de Menezes, in BMJ, n. 155, pp. 5 a 202, e n. 156, pp. 69 a 168.

1966 b: Instituições de Direito Civil Português – Tanto Público como Particular, tradução de Miguel Pinto de Menezes, in BMJ, n. 161, pp. 89 a 200.

1967: Instituições de Direito Civil Português – Tanto Público como Particular, tradução de Miguel Pinto de Menezes, in BMJ, n. 162, pp. 31 a 139, n. 163, pp. 5 a 123, n. 164, pp. 17 a 147, n. 165, pp. 35 a 156, n. 166, pp. 45 a 180, n. 168, pp. 27 a 165, n. 170, pp. 89 a 134, e n. 171, pp. 69 a 168.

1968: História do Direito Civil Português, tradução de Miguel Pinto de Menezes, in BMJ, n. 173, pp. 45 a 108, n. 174, pp. 5 a 60, e n. 175, pp. 45 a 109.

Rempe

1938: Verfahren gegen Flüchtige und Abwesende, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 460 a 477.

Revista de Legislação e Jurisprudência

1868: Poderá addiar-se o julgamento dum réo por falta de alguma testemunha, que não foi citada em tempo competente, declarando o ministerio publico que o seu depoimento é indispensavel para a indagação da verdade ?, in RLJ, ano 1º (1868-1869), pp. 617 a 620.

1869: Tendo sido condemnado um réo em seis mezes de prisão correccional, e tendo-se conservado na cadeia, apesar de estar afiançado, poderá ser solto, findos seis mezes, não obstante pender ainda a appellação da sentença condemnatória, ou devem contar-se os seis mezes só desde que esta sentença passe em julgado ? – E do despacho do juiz que se recusou, sendo requerido, a amndar prender de novo o réo, cabe o recurso de appellação, ou o de agravo de petição ou de instrumento, qual no caso couber ?, in RLJ, ano 2º (1869-1870), pp. 497 e 498.

1872: Sendo um réo accusado como cumplice de um crime, e sendo neste sentido propostos os quesitos ao jury, se este declarar em suas respostas que o réo é autor do crime, como há de proceder o juiz para se emendar tal resposta do jury ?, in RLJ, ano 5º (1872-1873), pp. 386 a 388.

1873: Tendo faltado em audiência geral de discussão e julgamento de uma causa crime uma testemunha, e tendo sido adiada aquella audiência para outro dia; e se neste dia faltar a mesma testemunha que não foi intimada, poderá o juiz adiar novamente a discussão e julgamento da causa, assignando a seu arbitrio novo dia já pertencente ao outro semestre, devendo ser os jurados os mesmos do semestre anterior ?, in RLJ, ano 6 ° (1873-1874), pp. 205 a 207.

1875: Interpretação do artigo 1163 da Nov. Ref. Jud. Na parte em que manda suspender a soltura dos réos absolvidos, e do § único do artigo 13 da lei de 18 de julho de 1855, in RLJ, ano 8 ° (1875-1876), pp. 8 a 15.

1876: Em vista das disposições dos artigos 51 ° e 95 ° do Codigo penal está em vigor a disposição do artigo 1257 da Nov. Ref. Jud., que determina que, apesar da appelação, se conserve preso o réo condemnado no juizo de policia correccional ?, in RLJ, ano 9 ° (1876-1877), pp. 358 a 360.

1885: O governo excedeu a auctorisação que lhe foi concedida pela lei de 31 de março de 1885, commettendo às auctoridades fiscaes a instrucção e o julgamento das causas de transgressão das leis e regulamentos do imposto do real d' agua, e dos descaminhos dos generos sujeitos a este imposto. E no processo que estabeleceu, para aquellas auctoridades seguirem na instrucção e julgamento das dictas causas, não deu ás partes as necessarias garantias de boa administração, in RLJ, ano 18 ° (1885-1886), pp. 482 a 486.

1889: Deverá considerar-se vigente o disposto no § 1 do artigo 3 ° da lei de 14 de junho de 1884, depois de promulgada a lei de 15 de abril de 1886 sobre fiança crime ?, in RLJ, ano 22 ° (1889-1890), pp. 326 a 329.

1891: Será legal o adiamento de uma audiência de policia correccional, depois de aberta, a requerimento do ministerio publico, para nomeação e intimação de uma testemunha em substituição de outra anteriormente nomeada, mas fallecida ?, in RLJ, ano 24 ° (1891-1892), pp. 24 a 27.

1897: Desde quando deverá contar-se a prisão preventiva para o effeito de ser levada em conta na imposição da pena de prisão correccional ?, in RLJ, ano 30 ° (1897-1898), pp. 370 a 372.

1902: A detenção que no seu quartel soffrem os soldados por estarem pronunciados com outros co-réos nos tribunais ordinarios, deverá ser condiderada prisão preventiva para a applicação da pena, ou para lhe ser levada em conta no seu cumprimento, como ordena o artigo 4 da lei de 14 de junho de 1884 ?, in RLJ, ano 35 ° (1902-1903), p. 429.

1906: Accusado um réo pelo crime de offensas corporaes contra um magistrado administrativo no exercicio de suas funcções e absolvido por se provar que o magistrado não estava no exercicio de taes funcções quando foi aggredido, poderá ser accusado novamente pelo crime previsto no artigo 359 de Codigo penal ?, in RLJ, ano 39 ° (1906-1907), pp. 165 a 167.

1914: A instrução contraditória também seria estabelecida para os processos de policia correccional ? – Em caso afirmativo, quando poderá o arguido usar dessa faculdade ?, in RLJ, ano 47 ° (1914-1915), pp. 182 a 185.

1925: Podem as autoridades policiaes ou administrativas prender, fora de flagrante delicto e sem culpa formada, qualquer pessoa, seja qual fôr a infracção que se lhe atribua ?, in RLJ, ano 58 ° (1925-1926), pp. 387 a 391.

1927: Anotação ao Acórdão do STJ de 29.11.1927, in RLJ, ano 60 ° (1927-1928), pp. 303 e 304.

Revista do Fôro Portuguez

1885: Os individuos que não poderem provar a sua identidade e houverem praticado crime a que corresponde pena correccional, poderão estar presos até serem julgados, embora esse tempo seja superior a oito dias ?, in RFP, ano 1 ° (1885-1886), pp. 130 a 132.

1886: Os nossos tribunaes criminaes, in RFP, ano 2 ° (1886-1887), pp. 13 a 15, 25 e 26, 49 e 50.

Revista dos Tribunais

1891: Prisão preventiva, in RT, ano 10 ° (1891), p. 51.

1895: O Poder Judicial, in RT, 13 ° ano (1895), pp. 369 e 370.

1940: Anotação ao acórdão do STJ de 16.11.1940, in RT, 58 ° ano (1940), pp. 366 e 367.

1950: Reformatio in pejus, in RT, ano 68 ° (1950), pp. 130 a 133, 139, a 141, 146 a 151.

- Ribeiro, Almeida
1924: Instrução Contraditória em processo criminal militar, in GRL, ano 37 ° (1924), pp. 305 a 308.
- Ribeiro, Ângelo Vidal d' Almeida
1958: Direitos dos Advogados, sua independência e relações com a Magistratura, in ROA, ano 18 (1958), pp. 217 a 271.
- Ribeiro, Anibal Aquilino
1946 a: Primeiras impressões da reforma do processo penal, in JP, ano 13 (1946), pp. 21 a 24.
1946 b: Os sistemas processuais-penais e o decreto n. 35.007, in JP, ano 13 (1946), pp. 83 a 86.
- Ribeiro, Ernesto Rodolpho Hintze
1872: O Caso Julgado, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Ribeiro, Herlandér
1929: Polícia de Investigação Criminal, O Decreto n. 17.640, Lisboa, A Casa dos Graficos.
- Ribeiro, João Pedro
1792 a: Sobre as Behetrias, Honras, e Coutos, e sua diferença, in AAVV, Memórias da Litteratura Portuguesa, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, Lisboa, na Officina da mesma Academia, 1792, pp. 171 a 183.
1792 b: Sobre o Direito de Correição usado nos antigos tempos, e nos modernos, e qual seja a sua natureza, in AAVV, Memórias da Litteratura Portuguesa, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, Lisboa, na Officina da mesma Academia, 1792, pp. 184 a 226.
- Ribeiro, João Pinto
1729: Obras Varias Sobre Varios Casos Com Tres Relações De Direito, E Lustre ao Dezembargo do Paço, às Eleyções, & Pertenças de sua Jurisdição, Coimbra, Officina de Joseph Antunes da Silva.
- Ribeiro, José Caramona
1944 a: Regulamento do Fôro Privativo dos Indígenas de Angola, Crítica e Formulário, Lisboa, Imprensa Nacional.
1944 b: Regulamento do Fôro Privativo dos Indígenas de Moçambique, Crítica e Formulário, Lisboa, Imprensa Nacional.
1948: Manual dos Julgados Instrutores nas Colónias, Legislação, Crítica e Formulário, Luanda, Imprensa Nacional.
1963: Código de Processo Penal Prático, Luanda, Livraria Lello & Companhia.
1969: Manual dos Julgados Municipais do Ultramar, Legislação, Crítica e Formulário, 2ª edição, Braga, Edição de Barbosa e Xavier Lda.
- Ribeiro, Maria da Conceição
1995: A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945, Lisboa, Editorial Estampa.
1996: Polícias Políticas, in DHEN, volume II, M-Z.
- Ribeiro, Thomaz
1891: História da Legislação Liberal Portuguesa, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional.
1892: História da Legislação Liberal Portuguesa, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Riehle, Gerhard
1985: Die rechtstaatliche Bedeutung der Staatsanwaltschaft unter besonderer Berücksichtigung ihrer Rolle in der nationalsozialistischen Zeit, Diss. Frankfurt am Main.

Riepl, Frank

1998: Informationelle Selbstbestimmung im Strafverfahren, Tübingen, Mohr Siebeck.

Riess, Peter

1977: Gesamtreform des Strafverfahrensrechts – eine lösbare Aufgabe ?, in ZRP, 3/1977, pp. 67 a 77.

1978 a: Referat, in Verhandlungen des Zweiundfünfzigsten Deutschen Juristentages Wiesbaden 1978, Empfiehlt es sich, das Rechtsmittelsystem in Strafsachen, insbesondere durch Einführung eines Einheitsrechtsmittels, grundlegend zu ändern ?, Band II (Sitzungsberichte), Teil L, München, Beck, pp. 8 a 34.

1978 b: Zur Revisibilität der freien tatrichterlichen Überzeugung, in GA 1978, pp. 257 a 277.

1979: Vereinfachte Verfahrensarten für die kleinere Kriminalität, in Hans-Ludwig Schreiber, Strafprozess und Reform, Eine kritische Bestandaufnahme, Luchterhand, pp. 113 a 149.

1980: Prolegomena zu einer Gesamtreform des Strafverfahrensrechts, in Helwig Hassenpflug (hrsg.), Festschrift für Karl Schäfer zum 80. Geburtstag am 11. Dezember 1979, Berlin, de Gruyter, pp. 155 a 221.

1983 a: Über die Beziehungen zwischen Rechtswissenschaft und Gesetzgebung im heutigen Strafprozessrecht, in ZStW, 95 (1983), pp. 529 a 564.

1983 b: Entwicklung und Bedeutung der Einstellung nach § 153 a StPO, in ZRP 1983, pp. 93 a 99.

1987 a: Anotação prévia ao §198 e anotação ao § 209 da StPO, in Löwe-Rosenberg - StPO.

1987 b: Hauptverhandlungsreform – Reform des Strafverfahrens ?, Bemerkungen zum Alternativentwurf einer Novelle zur Strafprozessordnung – Reform der Hauptverhandlung, in Wilfried Küper (hrsg.), Festschrift für Karl Lackner zum 70. Geburtstag am 18. Februar 1987, Berlin, de Gruyter, pp. 965 a 989.

1989: Anotações aos §§ 153, 153 a e 160 da StPO, in Löwe-Rosenberg-StPO.

Rietzsch

1935: Die Strafen und Massregeln der Sicherung, Besserung und Heilung, in Franz Gürtner, Das kommende deutsche Strafrecht, Allgemeiner Teil, Bericht über die Arbeit der amtlichen Strafrechtskommission, 2. Auflage, nach den Ergebnissen der zweiten Lesung neu bearbeitet, Berlin, Verlag Franz Wahlen, pp. 118 a 162.

Rigaux, François

1966: La nature du contrôle de la Cour de Cassation, Bruxelles, Bruylant

Robert, Christian Nils

1972: La Participation du Juge a l' Application des Sanctions Pénales, Genève, Librairie de l' Université.

Rocha, José Augusto

1973: O Critério e Estrutura do Direito Processual Penal Político, em face do Decreto-Lei n. 368/72, de 30 de Setembro de 1972, in ROA, ano 33 (1973), pp. 525 a 527.

Rocha, M. A. Coelho da

1861: Ensaio sobre a História do Governo e da Legislação de Portugal para servir de Introdução ao Estudo do Direito Patrio, Quarta edição, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Rocha, Manuel António Lopes

1983 a: O Novo Código Penal Português, Algumas Questões de Política Criminal, in BMJ, n. 322 (1983), pp. 37 a 77.

1983 b: O Novo Código Penal Português, Algumas considerações sobre o sistema monista das

reações criminais, in BMJ, n. 323 (1983), pp. 9 a 50.

1983 c: Sobre a Revisão do Contencioso Aduaneiro e sobre o Contrabando de Gado, in BMJ, n. 328 (1983), pp. 121 a 148.

1998: A Motivação da Sentença, in DDC, ns. 75/76, 1998, pp. 97 a 114.

Rocha, Manuel Ferreira da

1924: Bases Orgânicas da administração colonial adequadas a cada colónia, in Congresso Colonial Nacional de 6 a 10 de Maio de 1924, Teses e Actas das Sessões, Lisboa, Tipo. e Papel. América, pp. 1 a 22.

Rodrigues, Anabela Miranda

1982: A Posição Jurídica do Recluso na Execução da Pena Privativa de Liberdade, Seu Fundamento e Âmbito, Coimbra, Separata do volume XXIII do Suplemento do BFD.

1983: A Pena Relativamente Indeterminada na Perspectiva da Reinserção Social do Recluso, in Jornadas de Direito Criminal, O Novo Código Penal Português e Legislação Complementar, Fase I, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 1983, pp. 285 a 314.

1988 a: O Inquérito no Novo Código de Processo Penal, in Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Coimbra, Almedina, pp. 59 a 79.

1988 b: A Fase de Execução das Penas e Medidas de Segurança no Direito Português, in BMJ, n. 380 (1988), pp. 5 a 58.

1996: Os Processos Sumário e Sumaríssimo ou a Celeridade e o Consenso no Código de Processo Penal, in RPCC 6 (1996), pp. 525 a 544.

2000: Novo Olhar sobre a Questão Penitenciária, Estatuto jurídico do recluso e socialização, Jurisdicionalização, Consensualismo e prisão, Coimbra, Coimbra Editora.

Rodrigues, João Arantes

1950: Medidas de Segurança, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

1958: Origem e causas do aparecimento das medidas de segurança, in SI, tomo VII (1958), pp. 174 a 182.

Rodrigues, José Narciso da Cunha

1977: A Constituição e os Tribunais, Lisboa, Diabril.

1984: A posição institucional e as atribuições do Ministério Público e das polícias na investigação criminal, in BMJ n. 337 (1984), pp. 15 a 43.

1987: Recursos, in Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Coimbra, Almedina, pp. 381 a 400.

1988: Direito Processual Penal – Tendências de Reforma na Europa Continental – o Caso Português, in BFD, volume 64 (1988), pp. 21 a 55.

1994: Modelos de governo do poder judicial: alternativas, in RMP, ano 15 ° (1994), n. 58, pp. 11 a 44.

1995: Sobre o modelo de hierarquia na organização do Ministério Público, in RMP, ano 16 ° (1995), n. 62, pp. 11, a 31.

Rodrigues, José Nascimento

1964: Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

Rodrigues, Luís Alberto Filipe

1949: A Guarda Real da Polícia, Esboço Histórico, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Rodrigues Júnior, Manuel

1919: Administração Colonial, em harmonia com as prelecções do Exmo. Snr. Doutor Manuel Rodrigues ao curso do III ano jurídico de 1919-1920, por Mello e Castro, Tondela, Tip. de A. Figueiredo.

- 1933: A Justiça no Estado Novo, Lisboa, Empreza Juridica Editora.
1934: Política, Direito e Justiça, Lisboa, Empreza Juridica Editora.
1943: Problemas Sociais (Questões Políticas), Lisboa, Edições Ática.

Rodrigues, Rodrigo

- 1950: O Problema Penal e Prisional Português, Subsídios Complementares do Estudo n. 13 do Instituto Nacional de Estatística, Vila Nova de Famalicão, Gardes Oficinas Gráficas «Minerva».

Roeder, Hermann

- 1944: Versuch und Teilnahme nach der “Strafrechtsangleichungsverordnung”, in ZStW, 62 (1944), pp. 303 a 319.

Rolland, Louis, et al.

- 1933: Législation et Finances Coloniales, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

Römer, Wilhelm

- 1969: Das Schuldinterlokut, in GA 1969, pp. 333 a 347.

Roque, Nuno

- 2000: A Justiça Penal Militar em Portugal, Lisboa, Edições Atena.

Rosas, Fernando

- 1992: As Grandes Linhas da Evolução Institucional, in Joel Serrão e A. Oliveira Marques, Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Lisboa, Presença, pp. 86 a 143.

Rose-Smith, Brian

- 1979: Police Powers and terrorism Legislation, in Peter Hain (ed.), Policing the Police, I, London, John Calder, pp. 105 a 165.

Rousselet, Marcel

- 1948: Histoire de la Justice, Paris, Presses Universitaires de France.

Roxin, Claus

- 1975: Die Reform der Hauptverhandlung im deutschen Strafprozeß, in Hans Lüttger, Probleme der Strafprozeßreform, Berlin, de Gruyter, pp. 52 a 72.

- 1987: Welches Gesamtkonzept sollte der Strafprozeßreform zugrundegelegt werden ? in Hans-Ludwig Schreiber e Rudolf Wassermann, Gesamtreform des Strafverfahrens, Internationales Christian-Broda-Symposium, Bad Homburg v. d. H. 1986, Darmstadt, Luchterhand, pp. 16 a 23.

- 1998: Strafverfahrensrecht, Ein Studienbuch, 25., völlig neu bearbeitete Auflage des von Eduard Kern begründeten und bis zur 8. Auf. (1967) fortgeführten Werkes, München, Beck.

Royer, Jean-Pierre

- 1996: Histoire de la Justice en France de la monarchie absolue à la République, deuxième édition revue et mise à jour, Paris, Presses Universitaires de France.

Rudolph, Hans Kurt

- 1934: Die Verlesung von Schriftstücken in der Berufungsverhandlung nach § 325 Strafprozeßordnung, Diss. Würzburg.

Rudolphi, Hans-Joachim

- 1976: Strafprozess im Umbruch, Eine Bilanz der strafverfahrensrechtlichen Reformen seit Kriegsende, in ZRP, 7/1976, pp. 165 a 173.

Rüping, Hinrich

1976: Der Grundsatz des rechtlichen Gehörs und seine Bedeutung im Strafverfahren, Berlin, Duncker & Humblot, 1976.

1983: Das Verhältnis von Staatsanwaltschaft und Polizei, Zum Problem der Einheit der Strafverfolgung, in ZStW, 95 (1983), pp. 894 a 917.

1984 a: Strafjustiz im Führerstaat, in GA, 1984, pp. 297 a 307.

1984 b: "Streng, aber gerecht. Schutz der Staatssicherheit durch den Volksgerichtshof", in JZ, 1984, pp. 815 a 821.

1991: Grundriss der Strafrechtsgeschichte, 2. Völlig überarbeitete Auflage, München, Beck.

Sá, Abílio Adriano de

1901: Prisões, Fianças e Registo Criminal, contendo no fim de cada capítulo a legislação que rege ou estreitamente se prende com estes assumptos, Porto, Livraria Lousada - Editora.

Sá, António José Barros e

1862: Projecto de Código Penal Militar Portuguez, Lisboa, Imprensa Nacional.

1869: Projecto de Código de Justiça Militar, Lisboa, Imprensa Nacional.

1889: Projecto de Código de Justiça Militar elaborado pela Comissão encarregada da sua revisão e da do Regulamento Disciplinar do Exército, Lisboa, Imprensa Nacional.

Sá, Eduardo Dally Alves e

1888: Supremo Tribunal de Justiça, Evolução Histórica d' esta Instituição e Apreciação de sua Essência e Modo de Ser Actual, Estudo sobre a cassação e o tribunal das revistas em Portugal, 2.ª edição, posta a par da Legislação Actual e precedida de uma Introdução, Lisboa, Typ. de Christovão Augusto Rodrigues.

Sá, Fernando Manuel Oliveira

1968: No momento actual, e sob o ponto de vista médico-legal prático, justifica-se a separação entre psicopatas inimputáveis e «não inimputáveis», in RDES, ano XV (1968), pp. 273 a 306, e 370 a 416.

Salas, Denis

1992: Du procès pénal, Éléments pour une Théorie Interdisciplinaire du Procès, Paris, Presses Universitaires de France.

Salazar, António de Oliveira

1935: Discursos, 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora.

1937: Discursos e Notas Políticas, II, 1935-1937, Coimbra, Coimbra Editora.

1943: Discursos e Notas Políticas, III, 1938-1943, Coimbra, Coimbra Editora.

1959: Discursos e Notas Políticas, V, 1951 – 1958, Coimbra, Coimbra Editora.

1967: Discursos e Notas Políticas, VI, 1959 – 1966, Coimbra, Coimbra Editora.

Saleilles, Raymond

1898: L' Individualisation de la Peine, Étude de Criminalité Sociale, précédé d' une préface de M. G. Tarde, Paris, Félix Alcan Éditeur.

Sales, Ernesto Augusto Pereira

1936: O Conde de Lippe em Portugal, Vila Nova de Famalicão, Comissão de História Militar.

Salvador, Manoel Ferreira Tavares

1821: Projecto de Reforma para a Classe da Magistratura, e Exercício da Justiça em Portugal, Lisboa, Typografia Lacerdina.

Salvador, Manuel Júlio Gonçalves

1962: Motivação, in BMJ n. 121 (1962), pp. 85 a 117.

1972: Temas de organização judiciária, in O Direito, ano 104 (1972), pp. 20 a 31, 181 a 196, 294 a 311.

Sampaio, António Rodrigues

1868: Direito publico Constitucional, Se nos Crimes dos Deputados é indispensável Foro Especial e Privilegiado ou se pode estabelecer-se o Processo Commum, Polemica de António Rodrigues Sampaio e António Augusto Ferreira de Mello, Porto, Typographia Lusitana.

Sampaio, Francisco Coelho de Souza e

1793: Prelecções de Direito Patrio Publico, e Particular, Primeira e Segunda Parte, em que se trata das Noções preliminares, e do Direito Publico Portuguez, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1794: Prelecções de Direito Patrio Particular, Terceira Parte, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Sampaio, José Maria Pereira de Forjaz

1823: Extracto de Projecto de Código de Delictos e Penas, e da Ordem do Processo Criminal, oferecido á censura da opinião publica para emenda e redacção do original, e em particular á de seus companheiros na Comissão Especial do Projecto Comum, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Sampaio, Vaz de

1918: Magistratura, in RJ, ano 3 °, n. 57, pp. 533 a 535.

1919: O processo, in RJ, ano 4 °, n. 90, pp. 273 e 274.

1920 a: Instructores nas colónias, in RJ, ano 5 ° (1920), n. 115, pp. 289 e 290.

1920 b: A justiça indígena, in O Direito, tomo LII (1920), pp. 306 e 307.

1921: Organização judiciaria, in O Direito, tomo LIII (1921), pp. 323 e 324.

Sant'Anna, José Joaquim

1833: Ensaio sobre o Processo Civil por meio de Jurados e Juizes de Direito, Porto, Tip. de Viuva Alvares Ribeiro e Filho, 1833.

1847: Apontamentos para o Código de Processo Civil e Criminal, Porto, Typographia Constitucional.

Santa-Rita, José Gonçalo

1949: As Questões Coloniais nas Cortes Constituintes e na Segunda Legislatura (1821-1823), Separata da RFLUL.

1950: As Parcelas do Portugal Ultramarino na Nomenclatura Constitucional, Separata da RESC.

Santiago, Rodrigo

1983: Sobre o dever de motivação das respostas aos quesitos em processo penal, in ROA, ano 43 (1983), pp. 481 a 507.

Santos, Abel dos

1938: Legislação Processual do Tribunal de Géneros actualizada e anotada, Lisboa, Soc. Tipográfica Lda.

1944: Legislação sôbre Assambarcamento, Especulação e Defesa da Economia Nacional, 2ª edição actualizada até 31.1.1944 e anotada, Lisboa, Soc. Tipográfica.

1946: Legislação sobre Assambarcamento e Especulação, 3ª edição actualizada até 15-5-1946 e anotada, Lisboa, Soc. Tipográfica.

Santos, António Ribeiro dos

1844: Notas ao Plano do Novo Código de Direito Público de Portugal do D.or Paschoal José de Mello feitas e apresentadas na Junta de Censura e Revisão, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Santos, António Pedro Ribeiro dos

1985: Génese e Estrutura da Guarda Fiscal (Ensaio Histórico), Lisboa, Imprensa Nacional.

1999: O Estado e a Ordem Pública, As Instituições Militares Portuguesas, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Santos, Ary dos

1931: Pretextos para discussão em redor do Código Penal Português, in BIC, volumes XIV e XV (1931), pp. 315 a 336.

1938: Como nascem, como vivem e como morrem os criminosos, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

1970: A Crise da Justiça em Portugal, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

Santos, Boaventura de Sousa

1967: Os Crimes Políticos e a Pena de Morte, in Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Pena de Morte, Colóquio Internacional Comemorativo do Centenário da Abolição da pena de Morte em Portugal, II, Comunicações, Coimbra, Gráfica de Coimbra, pp. 123 a 147.

Santos, Cláudia Maria Cruz

2001: O Crime de Colarinho Branco (Da Origem do Conceito e sua Relevância Criminológica à Questão da Desigualdade na Administração da Justiça Penal), Coimbra, Coimbra Editora.

Santos, Clemente José dos

1883: Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portugeza, Coordenação auctorizada pela Camara dos Senhores Deputados, Tomo I, 1820 – 1825, Lisboa, Imprensa Nacional.

1884: Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portugeza, Coordenação auctorizada pela Camara dos Senhores Deputados, Tomo II, 1826, Lisboa, Imprensa Nacional.

1885 a: Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portugeza, Coordenação auctorizada pela Camara dos Senhores Deputados, Tomo III, 1827, Lisboa, Imprensa Nacional.

1885 b: Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portugeza, Coordenação auctorizada pela Camara dos Senhores Deputados, Tomo IV, Anno de 1828, Lisboa, Imprensa Nacional.

Santos, Fernando M. Heleno C., e Benedito C. Santos

1974: Legislação sobre Infracções Antieconómicas e contra a Saúde Pública – Metrópole e Ultramar, Coimbra, Livraria Almedina.

Santos, José António Carapêto dos

1947: 3 Decretos-Leis Anotados e Comentados, Tipografia Portuguesa Lda., 1947.

Santos, José Beleza dos

1920: Processo Penal, Segundo as lições do Ex. mo Sr. Dr. Beleza dos Santos ao 5.º ano jurídico de 1919-1920, por Carlos Moreira, Coimbra, Tip. Popular de J. Bizarro.

1925: Regime Jurídico dos Menores Delinquentes em Portugal, in BFD, Ano VIII, Ns. 71 - 80 (1923-1925), pp. 142 a 244.

1927: Os tribunais colectivos criminaes e os seus poderes de alterar a incriminação da pronúncia, in RLJ, ano 60º (1927), n. 2326, pp. 2 a 4, n. 2327, pp. 17 a 19.

1929: Interpretação e Integração das Lacunas da Lei em Direito e processo Penal, in BFD, Ano XI (1929), pp. 102 a 131.

1930: O Degrêdo e a sua Execução em Angola, in BFD, Ano XII (1930-1931), pp. 161 a 201.

1931 a: Apontamentos do Curso de Processo Penal, Código de Processo Penal (Decreto n.º

16.489) - De harmonia com as preleções feitas pelo Ex. mo Sr. Doutor José Beleza dos Santos ao 5.º ano jurídico de 1930-31, por Belmiro Pereira, Universidade de Coimbra.

1931 b: A sentença condenatória e a pronúncia em processo criminal, in RLJ, ano 63 (1931-1932), pp. 385 a 387, 401 a 404, e ano 64 (1932-1933), pp. 17 a 20.

1931 c: Prefácio, in Henrique Ferri, Principios de Direito Criminal, O Criminoso e o Crime, traduzido do italiano por Luiz de Lemos d' Oliveira, com um prefacio do Prof. Beleza dos Santos, Coimbra, Armenio Amado Editor, pp. V a XVI.

1932: Algumas Considerações sobre o Serviço Social, Coimbra, Coimbra Editora.

1933: Anotação ao Acórdão do STJ, de 6.1.1933, in RLJ, ano 66º (1933-1934), n. 2493, pp. 169 a 176.

1936 a: Direito Criminal, de harmonia com as preleções do Ex. mo Senhor Doutor José Beleza dos Santos, aos cursos do 4º e 5º ano jurídico de 1935-1936, coligidas por Hernâni Marques, Coimbra, Coimbra Editora Lda.

1936 b: Limites aos Poderes de Investigação Criminal da Polícia, in RLJ, ano 69º (1936), pp. 209 a 212.

1938: Delinquentes habituais, vadios e equiparados no direito português, in RLJ, ano 70, n. 2608, pp. 337 a 339, n. 2609, pp. 353 a 355, n. 2611, pp. 385 a 387, n. 2612, pp. 401 a 403, ano 71, n. 2613, pp. 3 e 4, n. 2614, pp. 17 e 18, n. 2615, pp. 33 a 35, n. 2616, pp. 49 a 51, n. 2618, pp. 81 e 82, n. 2619, pp. 97 e 98, n. 2624, pp. 177 a 179, n. 2625, pp. 193 e 194, n. 2626, pp. 209 a 211, n. 2627, pp. 225 a 228, n. 2628, pp. 241 a 243, n. 2629, pp. 257 a 259, n. 2630, pp. 275, n. 2631, pp. 289 a 291, n. 2632, pp. 305 a 307, n. 2633, pp. 321 a 323, n. 2634, pp. 337 a 339, n. 2635, pp. 353 a 355, n. 2636, pp. 369 a 372, n. 2637, pp. 385 a 389, ano 72, n. 2645, pp. 102 a 105, n. 2651, pp. 196 a 198, n. 2657, pp. 289 a 291, n. 2658, pp. 305 a 307, n. 2659, pp. 321 a 323, n. 2661, pp. 355 a 358, ano 73, n. 2678, pp. 209 a 212, n. 2679, pp. 225 a 228, n. 2680, pp. 241 a 244, n. 2686, pp. 337 a 340, n. 2688, pp. 369 a 371.

1942: O Professor Doutor Manuel Rodrigues, Antigo Ministro da Justiça e Fundador da Ordem dos Advogados, Separata da ROA.

1945: Medidas de Segurança e Prescrição, in RLJ, ano 77 (1945), n. 2790, pp. 321 a 325, ano 78, n. 2796, pp. 4 a 6, n. 2801, pp. 85 a 91, ano 80, n. 2854, pp. 97 a 101, n. 2857, pp. 145 a 147, n. 2859, pp. 177 a 182, n. 2860, pp. 193 a 198, n. 2861, pp. 209 a 214.

1946: Nova Organização Prisional Portuguesa (Alguns Principios e Realizações), Coimbra, Coimbra Editora.

1949: Imputabilidade penal, Noções Jurídicas Sumárias, in RDES, ano V (1949-1950), pp. 86 a 111.

1950: Rapport Portugal, in Marc Ancel, Les Mesures de Sureté en Matière Criminelle, Rapport présenté au nom de la Commission spéciale d'études de la C.I.P.P., Melun, Imprimerie Administrative, pp. 193 a 214.

1951: Direito Criminal (Delinquentes Perigosos), Lições proferidas pelo Ex. Sr. Prof. Dr. Beleza dos Santos aos alunos do 6º ano de Direito, coligidas por António Archer Leite, Américo Simão Tomaz de Almeida e Luís Gonzaga Roque Jerónimo, revistas pelo Ex. Professor da Cadeira, Coimbra.

1952: Le Juge d' Exécution des Peines au Portugal, in RIDC, 1952, pp. 401 a 418.

1953: Os Tribunais de Execução de Penas em Portugal (Razões determinantes da sua criação - Estrutura - Resultados e Sugestões), Separata do volume de estudos, em publicação, do BFDC, em honra do Prof. Dr. José Alberto dos Reis.

1954: Récidivistes et délinquants d' habitude, in RSCDPC, 1954, pp. 687 a 712.

1955 a: Prefácio, in Roberto Pinto e Alberto Ferreira, Organização Prisional (Decreto-Lei n. 26.643, de 28 de Maio de 1936) Actualizada e Anotada, Prefácio do Professor Doutor Beleza dos Santos, Coimbra, Coimbra Editores, Limitada, pp. V a XVIII.

1955 b: Lições de Direito Criminal, segundo as preleções do Ex.mo Prof. Doutor Beleza dos Santos ao Curso Complementar de Ciências Jurídicas de 1954/1955, coligidas por J. Seabra Magalhães e F. Correia Neves, Universidade de Coimbra.

1956: Introdução, in António Leitão, A Prisão-Escola de Leiria, Características Fundamentais do seu Regime, Breves Notas sobre os Resultados, com uma Introdução do Professor Doutor José Beleza dos

Santos, Lisboa, Ministério da Justiça, pp. VII a XXVI.

1957: Tratamento e Libertação de Delinquentes Habituais, Separata do 1.º volume do BAPIC.

1958: O Fim da Prevenção Especial das Sanções Criminais - Valor e Limites, in BMJ, n. 73 (1958), pp. 5 a 29.

1959: A Prevenção Especial – Os Delinquentes Habituais e os Multi-Ocasionais, Valor e Limites, in BMJ, n. 87 (1959), pp. 69 a 94.

1962 a: Enleitung, in Dierk Basedau, Das Portugiesische Strafgesetzbuch vom 16. September 1886 übersetzt und mit Anmerkungen versehen, Berlin, de Gruyter, pp. 1 a 14.

1962 b: O conceito ético-jurídico da responsabilidade penal – Valor deste conceito – Deverá manter-se ou pôr-se de parte ?, in AAVV, Estudos em homenagem a Nelson Hungria, Rio, Forense, pp. 63 a 84.

Santos, José Rodrigues dos

1980: Prisão Preventiva e seu Regime Legal, contendo, em apêndice, os principais textos legais aplicáveis, Lisboa, Rei dos Livros.

Santos, Maria José Moutinho

1999: A Sombra e a Luz, As prisões do Liberalismo, Lisboa, Edições Afrontamento.

Saraiva, Rocha

1914: Curso de Administração Colonial segundo as preleções do Exmo. Sr. Dr. Rocha Saraiva ao curso jurídico de 1913-1914, por José Fortes, Martinho Simões e Ambrósio Neto, Coimbra, Livraria Neves, Editora.

Sarmento, Frederico Augusto de Azevedo Morais

1948: A Reformatio in Pejus no Direito Português, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

Sarstedt, Werner, e Rainer Hamm

1983: Die Revision in Strafsachen, 5. Auflage, Berlin, de Gruyter.

Sassenberg-Walter, Ulrike

1987: Die Urteilsgründe im Strafverfahren, Frankfurt, Lang.

Sauer, Wilhelm

1935: Rechtsprechung und Regierung, Zur Frage der Unabhängigkeit des Richters, in DZ, 97 (1935), pp. 181 a 183.

1951: Allgemeine Prozessrechtslehre, Zugleich eine systematische Schulung der zivilistischen und der kriminalistischen Praxis, Berlin, Carl Heymanns.

Saussier, Henri

1910: Le Ministère Public et le Pouvoir Central, Paris, Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence.

Sautel, Gérard, e Jean-Louis Harouel

1997: Histoire des institutions publiques depuis la Révolution française, 8.º édition, Paris, Dalloz.

Schäfer, Ernst

1937: Die Wiederherstellung der Ehre des Verletzten im künftigen Strafverfahren und friedensrichterlichen Verfahren. Das problem eines selbständigen Feststellungsverfahrens, in Roland Freisler (hrsg.), Der Ehrenschatz im neuen deutschen Strafverfahren, Berlin, R. v. Decker's Verlag, pp. 26 a 42.

1938: Der Ehrenschatz des Verletzten im Verfahrensrecht, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's

Verlag, G. Schenck, pp. 488 a 508.

Schäfer, Karl

1935: Nullum crimen sine poena (Das Recht als Grundlage der Bestrafung, Zeitliche Geltung der Strafgesetze), in Franz Gürtner, Das kommende deutsche Strafrecht, Allgemeiner Teil, Bericht über die Arbeit der amtlichen Strafrechtskommission, 2. Auflage, nach den Ergebnissen der zweiten Lesung neu bearbeitet, Berlin, Verlag Franz Wahlen, pp. 200 a 218.

Schäfer, Karl

1996: Anotações aos §§ 24 e 25 da GVG, in Löwe-Rosenberg-StPO.

Schäffer, Leopold, et al.

1934: Gesetz gegen gefährliche Gewohnheitsverbrecher und über Massregeln der Sicherung und Besserung mit dem dazu gehörigen Ausführungsgesetz erläutert, Berlin, Verlag Franz Wahlen.

Schaffstein, Friedrich

1934 a: Politische Strafrechtswissenschaft, Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt.

1934 b: Nationalsozialistisches Strafrecht, in ZStW, 53 (1934), pp. 603 a 628.

1936: Die materielle Rechtswidrigkeit im kommenden Strafrecht, II, in ZStW, 55 (1936), pp. 18 a 36.

1938: Rechtswidrigkeit und Schuld im Aufbau des neuen Strafrechtssystems, in ZStW, 57 (1938), pp. 295 a 336.

1985: Überlegungen zur Diversion, in Theo Vogler, Festschrift für Hans-Heinrich Jescheck zum 70. Geburtstag, II, Berlin, Duncker & Humblot, pp. 937 a 954.

1989: Verdachtsstrafe, ausserordentliche Strafe und Sicherungsmittel im Inquisitionsprozess des 17. und 18. Jahrhunderts, in ZStW, 101 (1989), pp. 493 a 515.

Schafheutle

1937: Die Auslese der Volksrichter, in Dörffler, (hrsg.), Der Volksrichter in der neuen deutschen Strafrechtspflege, Berlin, R. v. Decker' s Verlag, G. Schank, pp. 115 a 133.

Schenck, Charles-Frédéric

1813: Traité sur le Ministère Public, et ses Fonctions dans les Affaires Civiles, Criminelles, Correctionnelles et de Simple Police, Tome Second, Paris, Librairie Fournier.

Schiffer, Eugen

1928: Die Deutsche Justiz, Grundzüge einer durchgreifenden Reform, Berlin, Verlag von Otto Liebmann.

1949: Die Deutsche Justiz, Grundzüge einer durchgreifenden Reform, Zweite, völlig neubearbeitete Auflage, München, Biederstein Verlag.

Schild, Wolfgang

1982: Der Richter in der Hauptverhandlung, Thesen, in ZStW, 92 (1982), pp. 37 a 45.

1983: Der Strafrichter in der Hauptverhandlung, Heidelberg, R. v. Decker' s Verlag.

Schledorn, Christof von

1997: Die Darlegungs- und Beweiswürdigungspflicht des Tatrichters im Falle der Verurteilung, Regensburg, S. Roderer Verlag.

Schlierbach, Helmut

1938: Die politische Polizei in Preussen, Emsdetten, Verlagsanstalt Heinr. & J. Lechte.

Schlüchter, Ellen

1992: Weniger ist mehr: Aspekte zum Rechtspflegeentlastungsgesetz, Baden-Baden, Nomos.

Schmid, Werner

1967: Die »Verwirkung« von Verfahrensrügen im Strafprozess, Frankfurt, Vittorio Klostermann.

1973: Der Revisionsrichter als Tatrichter, in ZStW, 85 (1973), pp. 360 a 389.

Schmidhäuser, Eberhard

1973: Freikaufverfahren mit Strafcharakter im Strafprozess ?, in JZ, 1973, pp. 529 a 536.

Schmidt, Andrea

1994: Grundsätze der freien richterlichen Beweiswürdigung im Strafprozeßrecht, Frankfurt, Lang.

Schmidt, Eberhard

1921: Fiskalat und Strafprozess, Archivalische Studien zur Geschichte der behördenorganisation und des Strafprozessrechts in Brandenburg-Preussen, München, Verlag von R. Oldenbourg.

1931: Strafrechtsreform und Kulturkrise, Tübingen, Verlag J. C. B. Mohr (Paul Siebeck).

1944: Staatsanwalt und Gericht, Betrachtungen zur Verfahrensstruktur auf Grund der Novellengesetzgebung zur Reichsstrafprozessordnung und der Reformvorschläge, in AAVV, Probleme der Strarechtserneuerung, Berlin, de Gruyter, pp. 263 a 318.

1947: Einführung in die Geschichte der deutschen Strafrechtspflege, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

1957: Lehrkommentär zur Strafprozessordnung und zum Gerichtsverfassungsgesetz, Teil II: Erläuterungen zur Strafprozessordnung und zum Einführungsgesetz zur Strafprozessordnung, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

1960: Lehrkommentär zur Strafprozessordnung und zum Gerichtsverfassungsgesetz, Teil III: Erläuterungen zum Gerichtsverfassungsgesetz und zum Einführungsgesetz zum Gerichtsverfassungsgesetz, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

1964: Lehrkommentär zur Strafprozessordnung und zum Gerichtsverfassungsgesetz, Teil I: Die rechtsteoretischer und die rechtspolitischen Grundlagen des Strafverfahrensrechts. 2. Auflage, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

1965: Einführung in die Geschichte der deutschen Strafrechtspflege, Dritte, völlig durchgearbeitete und veränderte Auflage, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

1967: Deutsches Strafprozeßrecht, Ein Kolleg, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

1969: Der Strafprozess, Aktuelles und Zeitloses, in NJW, 22 (1969), pp. 1137 a 1146.

Schmitt, Bertram

1992: Die richterliche Beweiswürdigung im Strafprozeß: eine Studie zu Wesen und Funktion des straf-prozessualen Grundsatzes der "freien Beweiswürdigung" sowie zu den Möglichkeiten und Grenzen einer Revision in Strafsachen, zugleich ein Beitrag zum Verhältnis von Kriminalistik und staatlicher Strafrechtspflege, Lübeck, Römhild.

Schmitt, Carl

1924: Die Diktatur des Reichspräsidenten nach Art. 48. der Reichsverfassung, in AAVV, Veröffentlichungen der Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer, Heft 1, Der Deutsche Föderalismus. Die Diktatur des Reichspräsidenten, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 63 a 104.

1926: Unabhängigkeit der Richter, Gleichheit vor dem Gesetz und Gewährleistung des Privateigentums nach der Weimarer Verfassung, Ein Rechtsgutachten zu den Gesetzentwürfen über die Vermögenseinwanderung mit den früher regierenden Fürsten häusern, Berlin, Walter de Gruyter.

1931: Der Hüter der Verfassung, Tübingen, Mohr.

1933: Staat, Bewegung, Volk, Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt.

1934: Über die drei Arten des Rechtswissenschaftlichen Denkens, Hamburg, Hanseatische

Verlagsanstalt.

1940: Positionen und Begriffe im Kampf mit Weimar-Genf-Versailles, Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt.

Schmitt, Rudolf

1977: Das Strafverfahren zweiter Klasse, Eine Abschiedsgabe für die Kollegen vom Alternativkreis, in ZStW, 89 (1977), pp. 639 a 648.

Schneidenbach

1935: Staatsanwaltschaft und Kriminalpolizei, in GerS, 106 (1935), pp. 50 a 57.

Schöch, Heinz

1979: Die Reform der Hauptverhandlung, in Hans-Ludwig Schreiber, Strafprozess und Reform, Eine kritische Bestandaufnahme, Neuwied, Luchterhand, pp. 52 a 81.

1980: Kriminologie und Sanktionsgesetzgebung, in ZStW, 1980, pp. 143 a 184.

Schöch, Heinz, e Hans-Ludwig Schreiber

1978: Ist die Zweiteilung der Hauptverhandlung praktikabel ? Erfahrungen mit der Erprobung eines informellen Tatinterlokuts, in ZRP, 3/1978, pp. 63 a 67.

Schoetensack, August

1934: Verbrechensversuch, in Hans Frank (hrsg.), Denkschrift des Zentralausschusses der Strafrechtsabteilung der Akademie für Deutsches Recht über die Grundzüge eines Allgemeinen Deutschen Strafrechts, Berlin, Decker's Verlag, pp. 62 a 69.

1940: Die Nichtigkeitsbeschwerde des Österreichsrechtsanwalts, in GerS, 114 (1940), pp. 259 a 266.

Schöne, Lothar

1937: Über Führerprinzip und Rechtspflege, in Dörffler, (hrsg.), Der Volksrichter in der neuen deutschen Strafrechtspflege, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schank, pp.144 a 151.

Schoreit, Armin

1976: Der in Zusammenhang mit dem Alternativentwurf eines Strafgesetzbuches vorgelegte Entwurf eines Gesetzes gegen Ladendiebstahl (AE-GLD) im Lichte der Kriminalstatistik 1974 und moderner Opferforschung, in JZ 1976, pp. 49 a 54.

1999: Anotação ao § 153 a da StPO, in KK-StPO.

Schorn, H.

1927: Die Verteilung der Strafsachen auf die erstinstanzlichen Strafgerichte (Amtsrichter und Schöffengericht), in MschrKrimPsych, 18 (1927), pp. 609 a 616.

Schorn, Hubert

1959: Der Richter im Dritten Reich, Geschichte und Dokumente, Frankfurt, Vittorio Klostermann.

Schreiber, Hans-Ludwig

1979: Tendenzen der Strafprozessreform, in Hans-Ludwig Schreiber (hrsg.), Strafprozess und Reform, Eine kritische Bestandaufnahme, Neuwied, Luchterhand, pp. 15 a 29.

Schriftführer-Amt der ständigen Deputation

1928: Verhandlungen des Fünfunddreißigsten Deutschen Juristentages, Zweiter Band (Stenographischer Bericht), 1. Lieferung, Zweite Sitzung der dritten Abteilung für Strafrecht, Mit welchen Hauptzielen wird die Reform des Strafverfahrens in Aussicht zu nehmen sein ?, Berlin, de Gruyter.

- Schröder, Andreas
1996: Das Wortlautprotokoll als revisionsrechtlicher Nachweis eines Widerspruches zwischen tatrichterlichen Strafurteil und dem Inbegriff der mündlicher Hauptverhandlung, Diss. Würzburg.
- Schubert, Werner
1981: Die deutsche Gerichtsverfassung (1869-1877) – Entstehung und Quellen, Frankfurt, Vittorio Klostermann.
1991: Quellen zur Reform des Straf- und Strafprozessrechts, Abteilung 3, Nationalsozialistische-Zeit (1933-1939) – Strafverfahrensrecht, Berlin, de Gruyter.
- Schulze, Ernst
1936: Die sogenannte Wahlfeststellung im Strafrecht früher und heute, Diss. München.
- Schumacher, Ulrich
1985: Staatsanwaltschaft und Gericht im Dritten Reich, Diss. Bremen.
- Schünemann, Bernd
1978: Zur Reform der Hauptverhandlung im Strafprozess, in GA, 1978, pp. 161 a 185.
1990: Absprachen im Strafverfahren ? Grundlagen, Gegenstände und Grenzen, in Ständigen Deputation des Deutschen Juristentages, Verhandlungen des Achundfünfzigsten Deutschen Juristentages, Band I (Gutachten), Teil B, München, Beck.
- Schwarz
1934: Die jüngste Strafrechtsnovelle, in GerS, 104 (1934), pp. 360 a 379.
1935 a: Bausteine zum Strafprozess im nationalsozialistischen Staat, in GerS, 105 (1935), pp. 348 a 369, e 106 (1935), pp. 33 a 49.
1935 b: Die Strafrechtsnovellen vom 28.6.1935, in GerS, 106 (1935), pp. 243 a 278.
1936: Bausteine zum Strafprozess im nationalsozialistischen Staat, in GerS, 108 (1936), pp. 318 a 337.
- Schwarze, Friedrich von
1879: Die Rechtsmittel, in Franz von Holtzendorff (hrsg.), Handbuch des deutschen Strafrechts in Einzelbeiträgen, Zweiter Band, Berlin, Verlag von Carl Habel, pp. 239 a 322.
- Schweder, Alfred
1937: Politische Polizei, Wesen und Begriff der politischen Polizei im Metternichschen System, in der Weimarer Republik und im nationalsozialistischen Staate, Berlin, Heymann.
- Schwinge, Erich
1926: Der Kampf um die Schwurgerichte bis zur Frankfurter Nationalversammlung, Breslau.
1938: Irrationalismus und Ganzheitsbetrachtung in der deutschen Rechtswissenschaft, Bonn, Verlag Ludwig Röhrscheid.
1960: Grundlagen des Revisionsrechts, 2. neubearbeitete Auflage, Bonn, Emil Semmel Verlag.
- Schwinge, Erich, e Leopold Zimmerl
1937: Wesensschau und konkretes Ordnungsdenken im Strafrecht, Bonn, Verlag Ludwig Röhrscheid.
- Seabra, Alexandre de
1869: Projecto do Codigo do Processo Civil Portuguez, Lisboa, Imprensa Nacional.
1872: Projecto Definitivo de Codigo do Processo Civil Portuguez, Lisboa, Imprensa Nacional.
1876: Dos efeitos da apelação da sentença condemnatoria no juizo de policia correccional, in

O Direito, ano 8 ° (1876), n. 32, pp. 497 a 499, n. 36, 561 e 562, e ano 9 ° (1876), n. 1, pp. 1 a 5.

1883: Qualquer que seja o crime imputado ao reu preso, deve ser solto, se não fôr pronunciado no prazo de oito dias, a contar da sua entrada na cadeia, in O Direito, 15 ° ano (1883), n. 22, pp. 337 e 338.

1884: Na apreciação das provas dos crimes de alçada da policia correccional tem os juizes de regular-se pelos principios estabelecidos para regular a importancia relativa das mesmas provas. Só aos jurados é que as leis permitem a livre apreciação conforme a sua consciencia e intima convicção, in O Direito, 16 ° anno (1884), n. 20, pp. 305 e 306.

1885: Reformas, in RFP, ano 1 ° (1885-1886), pp. 3 a 5.

1886 a: Codigo de Processo Criminal- Projecto, Anadia.

1886 b: Reforma do processo criminal, in O Direito, ano 18 ° (1886), pp. 177, 178, 193 a 195.

1887: Bazes para a Reforma da Organização e Processo Judicial, Coimbra, Imprensa Academica.

1889: A detenção ou custodia significa prisão sempre que a pessoa a que se applica é retida e guardada de tal maneira, que não esteja em toda a sua liberdade, in O Direito, ano 21 ° (1889), pp. 197 e 198.

Seabra, Augusto César Alberto de

1967: Evolução da sanção criminal, A sanção no projecto de Código Penal Português, in BAPIC, n. 20 (1967), pp. 29 a 126, e n. 21 (1967), pp. 107 a 123.

Seabra, Júlio Cláudio Corrêa Mendes Lobo de

1952: Breve Estudo da Delinquência dos Menores na Legislação Portuguesa, in ROA, ano 12 (1952), ns. 3 e 4, pp. 198 a 221.

Secco, António Luiz de Sousa Henriques

1871: Da historia do direito criminal portuguez desde os mais remotos tempos, in RLJ, 4 ° ano (1871-1872), pp. 450 a 453, 482 a 486, 499 a 502, 530 a 533, 547 a 550, 579 a 584, 594 a 596.

1880: Memorias do Tempo Passado e Presente para Lição dos Vindouros, Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1881: Codigo Penal Portuguez precedido pelo Decreto com força de Lei de 10 de Dezembro de 1852 seguido de um Appendice e Annotado, Sexta Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1889: Memorias do Tempo Passado e Presente para Lição dos Vindouros, Tomo II, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Selke, Siegfried

1961: Die Revisibilität der Denkgesetze, Diss. Marburg.

Sellert, Wolfgang

1985: Nationalsozialistische Ideologie und der Versuch zu einer Reform der Strafprozessrechts im Dritten Reich, in Gotthard Jasper et al., Justiz und Nationalsozialismus, Rosdorf, Niedersächsischen Landeszentrale für politische Bildung, 1985, pp. 61 a 96.

Selvagem, Carlos

1931: Portugal Militar, Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança, Lisboa, Imprensa Nacional.

Semedo, João Ferreira

1962: Notas à Organização Judiciária do Ultramar e Legislação Complementar (actualizada), Coimbra, Coimbra Editora.

Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães

1898: Historia Organica e Politica do Exercito Português, II, Origens, Preliminar – Um capitulo da guerra da restauração. I. Estradas militares romanas em Portugal. II. Origens Militares Visigodas, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional.

1902: *Historia Organica e Politica do Exercito Português, Provas, Volume I, Guerra da Restauração de Portugal, 1661 a 1668, I. Providencias e operações de guerra, II. Officiaes estrangeiros ao nosso serviço*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Sessar, Klaus

1980: *Wege zu einer Neugestaltung der Hauptverhandlung*, in *ZStW*, 92 (1980), pp. 698 a 722.

Sharpe, J. A.

1984: *Crime in Early Modern England, 1550-1750*, London, Longman.

Siegert, Karl

1933: *Vereinfachung und Beschleunigung in der heutigen Strafrechtspflege*, in *MschKrimPsych*, 24 (1933), pp. 40 a 47.

1935: *Richter, Staatsanwalt und Beschuldigter im Strafprozess des neuen Staates, II*, in *ZStW*, 54 (1935), pp. 14 a 34.

Silva, A. A. Magalhães e

1902: *A Relação de Lisboa na sua Origem e Evolução, Apontamentos para o estudo d' esse tribunal*, Lisboa, Imprensa Africana.

Silva, António d' Oliveira e Silva, e Octávio Alfredo Pinto de Aguiar

1980: *A Guarda Nacional Republicana, 2ª edição*, Lisboa, CI da GNR.

Silva, Artur Santos

1969: *Os Direitos do Detido e a Intervenção do Advogado na fase da Instrução Preparatória em Processo Criminal*, Porto, Livraria Escolar Infante.

1973: *A Constituição e a Independência do Poder Judicial*, in *SI*, tomo XXII (1973), ns. 120 e 121, pp. 29 a 45.

Silva, Augusto Paes de Almeida e

1946: *Da Interpretação da Lei Penal. Uma Hipótese Discutível nos Actos de Execução. O Juiz e o Direito Criminal*, in *ROA*, ano 6 (1946), ns. 3 e 4, pp. 7 a 25.

Silva, Fernando Emygdio da

1905: *O Jury Criminal*, in Francisco Ferraz de Macedo, *Galeira de Criminosos Cebres de Portugal, Historia da Criminologia Contemporanea, Volume VI*, Lisboa, Empreza do Almanach Palhares, pp. 141 a 143.

1909: *Investigação Criminal, Intervenção das Auctoridades, Queixosos e Arguidos no Processo Penal Preparatorio*, Lisboa, Edição do Auctor.

1941: *L' Essor Colonial Portugais*, Liboa, Editions SPN.

Silva, Germano Marques da

1980: *Da Inconstitucionalidade do Inquérito Preliminar*, in *DJ*, volume I, 1980, pp. 179 a 188.

1988: *Princípios gerais do processo penal e Constituição da República Portuguesa*, in *DJ*, volume III, 1987-1988, pp. 163 a 177.

1990: *Do Processo Penal Preliminar*, Lisboa, Editorial Minerva.

1994 a: *Curso de Processo Penal, III*, Lisboa, Verbo.

1994 b: *Objecto do Processo Penal: a Qualificação Jurídica dos Factos, Comentário ao "Assento" n. 2/93*, de 21.1.93, in *DJ*, volume VIII, 1994, tomo I, pp. 91 a 116.

Silva, Henriques da

1905: *Elementos de Sociologia Criminal e Direito Penal. Lições do anno lectivo de 1905-1906 na*

14. ° cadeira da Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1906: Elementos de Sociologia Criminal e Direito Penal. Lições do anno lectivo de 1905-1906 na 14. ° cadeira da Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, Fascículo II (Apontamentos), Coimbra, Imprensa da Universidade.

Silva, J. Cypriano P. da

1917: Corpo de delicto -- Pronuncia – Encerramento do processo preparatorio, in RT, ano 35 ° (1917), pp. 257 e 258.

1923: Corpo de delito. Instrução contraditoria. Pronuncia provisoria, in RT, ano 41 ° (1923), pp. 225 a 227.

Silva, J. J. Henriques da

1925: IX Congresso Penitenciario Internacional de Londres, Relatório do delegado do Governo Português, in BIC, volume VII (2 ° semestre de 1925), pp. 475 a 498.

Silva, J. J. da

1895: Manual de Processo Criminal com algumas noções de Processo Civil, Loanda, Imprensa Nacional.

Silva, Joaquim de Azevedo e

1973: A Intervenção de Advogados em Processo-Crime, in ROA, ano 33 (1973), pp. 517 a 523.

Silva, José Virissimo Alvares da

1780: Introdução ao Novo Codigo, ou Dissertação Crítica sobre a principal Causa da Obscuridade do nosso Codigo Authentico, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1780.

1796: Sobre a forma dos juizos nos primeiros seculos da Monarquia Portugueza, in AAVV, Memorias da Litteratura Portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo VI, Lisboa, na Officina da mesma Academia, pp. 35 a 100.

Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da

1992: As Cortes Constituintes de 1837-1838, Liberais em Confronto, Lisboa, INIC.

Silva, Manuel de Magalhães e

1977: «Habeas Corpus», Sabotagem económica ? Suposição de foro militar, in SI, tomo XXVI, 1977, pp. 275 a 330.

Silva, Manuel Dias da

1886: Estudo sobre a Responsabilidade Civil conexa com a Criminal, I, Coimbra, Imprensa da Universidade:

1887: Estudo sobre a Responsabilidade Civil conexa com a Criminal, II, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1899: Observações sobre a Proposta do Codigo de Processo Penal, apresentada á Camara dos Deputados na Sessão de 6 de Março de 1889, in RLJ, n. 1418, pp. 497 a 503, n. 1419, pp. 513 a 515, n. 1420, pp. 529 a 533, n. 1421, pp. 2 a 5, n. 1422, pp. 17 a 19, n. 1423, pp. 33 a 36, n. 1425, pp. 65 a 68, n. 1427, pp. 97 a 99, n. 1429, pp. 129 a 132, n. 1432, pp. 177 a 180, n. 1434, pp. 209 a 212, n. 1436, pp. 241 a 243, n. 1439, pp. 289 a 292, n. 1441, pp. 321 a 324, n. 1443, pp. 353 a 356, n. 1445, pp. 385 a 387, n. 1447, pp. 417 a 420, n. 1449, pp. 449 a 452, n. 1451, pp. 481 a 484, n. 1453, pp. 513 a 516, n. 1455, pp. 2 a 5, n. 1457, pp. 33 a 36, n. 1459, pp. 65 a 67, n. 1461, pp. 97 a 99, n. 1464, pp. 145 a 148, n. 1466, pp. 177 a 180, n. 1468, pp. 209 a 211, n. 1470, pp. 241 a 244, n. 1472, pp. 273 a 276, n. 1474, pp. 305 a 308, n. 1477, pp. 353 a 355, n. 1479, pp. 385 a 387, n. 1481, pp. 417 a 419, n. 1483, pp. 449 a 451, n. 1485, pp. 481 a 483, n. 1487, pp. 513 a 515, n. 1488, pp. 529 e 530, n. 1523, pp. 2 a 5, n. 1524, pp. 17 a 20, n. 1528, pp. 81 a 83, n. 1529, pp. 97 a 100, n. 1539, pp. 257 a 259, n. 1540, pp. 273 a 275, n. 1541, pp. 289 a 291, n. 1542, pp. 305 a 307, n.

1543, pp. 321 a 323, n. 1544, pp. 337 a 340, n. 1546, pp. 369 a 371, n. 1547, pp. 385 a 388, n. 1548, pp. 401 a 403, n. 1549, pp. 417 a 419, n. 1550, pp. 433 a 436, n. 1551, pp. 449 a 451, n. 1553, pp. 481 a 483.

1903: Processos Especiais, Cíveis e Comerciais. Processo Criminal. Prelecções feitas ao curso do 5.º ano jurídico no Anno de 1903-1904. Coimbra, Imprensa da Universidade.

1906: Elementos de Sociologia Criminal e Direito Penal, Lições do anno lectivo de 1906-1907 na 14.ª cadeira da Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Silva, Manuel Duarte Gomes da

1947: Lições de Direito Penal, Parte I, Introdução e Teoria da Lei Criminal, segundo as prelecções feitas ao 4.º ano jurídico de 1946-47 pelo Prof. Dr. Gomes da Silva, coligidas por António Maria Pereira, Edição revista pelo mestre, Lisboa.

1952: Direito Processual Criminal, segundo os apontamentos das Lições magistrais do Ex. mo Senhor Professor Doutor Gomes da Silva coligidos pelo aluno Vítor Hugo Fortes Rocha, Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa.

Silva, Maria Beatriz Nizza da

1975: Silvestre Pinheiro Ferreira: Ideologia e Teoria, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

Silva, Nuno J. Espinosa Gomes da

1991: História do Direito Português, Fontes de Direito, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Silveira, José dos Santos

1970: Impugnação das Decisões em Processo Civil (Reclamações e Recursos), Coimbra, Coimbra Editora.

Silveira, José Mouzinho da

1989 a: Obras, volume I, Estudos e manuscritos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

1989 b: Obras, volume II, Manuscritos e impressos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Silveira, Philippe Carlos da

1887: Breves Considerações sobre o Projecto da Nova Organização Judicial, Lisboa, Empreza Litteraria de Lisboa, sem data (mas de 1887).

Simas, Joaquim José da Costa e

1843: Observações sobre a Revista do Senhor deputado Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, Lisboa, Imprensa Nacional.

Simões, Almeida

1977: Do Processo de Ausentes (estudo não publicado).

Simon, Hans-Joachim

1935: Die Rechtsmittel in der Deutschen Strafprozeßordnung seit 1877 unter besonderer Berücksichtigung ihrer Einschränkungen, Diss. Freiburg im Breisgau.

Sliwowski, G.L.

1939: Les Pouvoirs du Juge dans l' exécution des peines et des mesures de sûreté privatives de liberté, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

Smid, Stefan

1989: Richterliche Rechtserkenntnis: zum Zusammenhang von Recht, richtigem Urteil und Urteilsfolgen im pluralistischen Staat, Berlin, Duncker & Humblot.

- Soares, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo
1933: Supremo Tribunal de Justiça, Seu Estabelecimento, Presidentes e demais Juizes Conselheiros, Procuradores Geraes da Corôa e Fazenda (hoje da República), Secretarios – Directores Geraes, Edição do autor, Typ. do Reformatorio de Vila do Conde.
- Soares, Fernando Luso
1974: PIDE/DGS, um Estado dentro do Estado, Lisboa, Portugália Editora.
1981: O Processo Penal como Jurisdição Voluntária, Uma Introdução Crítica ao Estudo do Processo Penal, Coimbra, Livraria Almedina.
- Soares, Ilídio Bordalo
1946: Da Menoridade Criminal, in ROA, ano 6 (1946), ns. 1 e 2, pp. 235 a 313.
- Soares, Torquato Brochado de Souza
1931: Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas, Diss. da Faculdade de Letras de Lisboa.
1970: Concelhos, in DHP, volume II.
- Sociedade de Geografia de Lisboa
1902: Congresso Colonial Nacional, inaugurado no dia 2 de Dezembro de 1901, Actas das Sessões, Lisboa, A Liberal Officina Typographica.
1924: Congresso Colonial Nacional de 6 a 10 de Maio de 1924, Teses e Actas das Sessões, Lisboa, Tipo. e Papel. América.
1934: Congresso Colonial Nacional de 8 a 15 de Maio de 1930, Actas das Sessões e Teses, Lisboa, Tip. e Pap. Carmona.
- Soeiro, José Cardoso
1788: Compêndio da Jurisprudência Criminal acomodado ao Foro Luzitano (manuscrito da Biblioteca Nacional)
- Sonnen, Bernd-Rüdeger
1984: Straferichtbarkeit – Unrechtsurteile als Regel oder Ausnahme ?, in Udo Reifner e Bernd-Rüdeger Sonnen (hrsg.), Strafjustiz und Polizei im Dritten Reich, Frankfurt, Campus Verlag, 1984, pp. 41 a 58.
- Soromenho, Augusto Cesar Pires
1904: Manual de Justiça Militar para Uso dos Agentes da Policia Judiciaria Militar e dos Conselhos de Disciplina Regimentaes, Lisboa, Imprensa Lucas.
- Sousa, A. Silva e
1949: Condenações penais de surpresa, in RT, 67 ° ano (1949), pp. 306 a 309, 322 a 326.
1959: Decreto-Lei N. 35.007 na Metrópole e no Ultramar Anotado, Lourenço Marques, Tip. Académica Lda..
- Sousa, Alfredo José de
1973: Prisão preventiva e liberdade provisória, in SI, tomo XXII (1973), ns. 120 e 121, pp. 165 a 171.
- Sousa, Carlos Henrique da Silva e
1929: Minutas e promoções, Direito e Processo Criminal e Civil. Organização Judiciaria, Lisboa, Tip. Mauricio & Monteiro.

Sousa, Francisco Maria Gomes de

1875: Código das Alfandegas ou Recopilação Alfabética da Legislação Moderna Aduaneira acompanhada da pauta Geral das Alfandegas do continente de Portugal e ilhas adjacentes, com as pautas dos tratados de Comércio intercaladas no texto; seguidas também da legislação e pautas das províncias ultramarinas e da pauta da Alfandega Municipal de Lisboa, Lisboa, Livraria de Ferreira, Lisboa & C..

Sousa, Joaquim José Caetano Pereira e

1820: Primeiras Linhas Sobre o Processo Criminal, Terceira Edição Emendada e Acrescentada. Lisboa, Typographia Rollandiana.

1834 a: Primeiras Linhas Sobre o Processo Civil, Quarta Edição, emendada e acrescentada, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional.

1834 b: Primeiras Linhas Sobre o Processo Civil, Quarta Edição, emendada e acrescentada, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional.

Sousa, João Castro e

1984 a: A Prisão Preventiva e outros Meios de Coação (a sua Relação com a Investigação criminal), in BMJ, n. 337, pp. 45 a 71.

1984 b: Curso de Processo Penal - Aditamentos, Lisboa, FDL.

1985: A Tramitação do Processo Penal, Coimbra, Coimbra Editora.

Sousa, João Pedro de

1915: Noções de Processo Penal, Lisboa, Tipografia de Francisco Luís Gonçalves.

Sousa, José de Albuquerque

1972: Julgados Municipais em Moçambique (Revisão da orgânica estabelecida pelo Decreto n. 43.898, de 6.9.61), in SI, tomo XXI (1972), ns. 114 e 115, pp. 28 a 69.

Sousa (de Lobão), Manoel de Almeida e

1827 : Segundas Linhas sobre o Processo Civil, Parte II, Lisboa, Imprensa Regia.

1828 a: Collecção de Dissertações e Tractados Varios em supplemento ás Segundas Linhas sobre o Processo Civil e ás Notas a elles relativas, Lisboa, Imprensa Regia.

1828 b: Notas de Uso Pratico, e Criticas; Adições, Illustrações, e Remissões (Á Imitação das de Muler a Struvio) sobre todos os Titulos, e todos os §§ do Livro primeiro das Instituições do Direito Civil Lusitano do Doutor Paschoal José de Mello Freire, Parte I, Lisboa, Imprensa Regia.

1836: Notas de Uso Pratico, e Criticas; Adições, Illustrações, e Remissões (Á Imitação das de Muler a Struvio) sobre todos os Titulos, e todos os §§ do Livro 2 ° das Instituições do Direito Civil Lusitano do Doutor Paschoal José de Mello Freire, Parte II, Lisboa, Imprensa Nacional.

1849: Fascículo de Dissertações Jurídico-praticas, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional.

Sousa, Miguel Teixeira de

1984: A livre apreciação da prova em processo civil, in SI, tomo XXXIII (1984), ns. 187-188, pp. 115 a 146.

Sousa, Tude M. de

1929: Colónias Penais Agrícolas, in BIC, volume X (1929), pp. 105 a 130.

1937: Colónia Penal Agrícola de Sintra, Notas para um Estudo, in BIC, volume XVIII (1937), pp. 1 a 20.

Souza, José Marnoco e

1905: Administração Colonial, Licções feitas na Universidade de Coimbra ao curso do 4 ° anno juridico de 1905-1906, Coimbra, Typographia França Amado.

1907: Processo Penal (Apontamentos das lições), sem local e sem data de edição.

1909: Direito Ecclesiastico, Prelecções feitas ao Curso do 3º Anno Juridico do Anno de 1908-1909, Coimbra, Typographia França Amado.

1910 a: Direito Politico, Poderes do Estado, Sua Organização segundo a Sciencia Politica e o Direito Constitucional Português, Coimbra, França Amado, Editor.

1910 b: Historia das Instituições do Direito Romano, Peninsular e Português, Prelecções feitas ao Curso do 2º Anno Juridico do Anno de 1904 a 1905, Terceira Edição, Coimbra, França Amado, Editor.

1913: Constituição Politica da Republica Portuguesa, Commentario, Coimbra, F. França Amado, Editor.

Spendel, Günter

1985: Unrechtsurteile der NS-Zeit, in Theo Vogler, Festschrift für Hans-Heinrich Jescheck zum 70. Geburtstag, I, Berlin, Duncker & Humblot, pp. 179 a 198.

Spinola, António de

1978: País sem Rumor, Contributo para a História de uma Revolução, Lisboa, SCIRE.

Spohr, Werner

1937: Das Recht der Schutzhaft, Berlin, Stilke.

Sprengel, Irmgard

1937: Die reformatio in peius im Strafverfahren in Geschichte und Gegenwart, Diss. Göttingen.

Stamp, Frauke

1998: Die Wahrheit im Strafverfahren, Eine Untersuchung zur prozessualen Wahrheit unter besonderer Berücksichtigung der Perspektive des erkennenden Gerichts in der Hauptverhandlung, Baden-Baden, Nomos.

Ständigen Deputation des Deutschen Juristentages

1974: Verhandlungen des Fünfzigsten Deutschen Juristentages Hamburg 1974, Empfiehlt es sich, besondere strafprozessuale Vorschriften für Großverfahren einzuführen ?, Band II (Sitzungsberichte), Teil K, München, Beck.

1978: Verhandlungen des Zweiundfünfzigsten Deutschen Juristentages Wiesbaden 1978, Empfiehlt es sich, das Rechtsmittelsystem in Strafsachen, insbesondere durch Einführung eines Einheitsrechtsmittels, grundlegend zu ändern ?, Band II (Sitzungsberichte), Teil L, München, Beck.

1982: Verhandlungen des Vierundfünfzigsten Deutschen Juristentages Nürnberg 1982, Empfiehlt es sich, die Vorschriften über die Öffentlichkeit des Strafverfahrens neu zu gestalten, insbesondere zur verbesserung der Rechtsstellung des Beschuldigten weitere nicht-öffentliche Verfahrensgänge zu entwickeln?, Band II (Sitzungsberichte), Teil K, München, Beck.

1984: Verhandlungen des Fünfundfünfzigsten Deutschen Juristentages Hamburg 1984, Die Rechtsstellung des Verletzten im Strafverfahren, Band II (Sitzungsberichte), Teil L, München, Beck.

1990: Verhandlungen des Achtundfünfzigsten Deutschen Juristentages München 1990, Absprachen im Strafverfahren ? Grundlagen, Gegenstände und Grenzen, Band II (Sitzungsberichte), Teil L, München, Beck.

1994: Verhandlungen des Sechzigsten Deutschen Juristentages Münster 1994, Empfehlen sich Änderungen des Strafverfahrensrechts mit dem Ziel, ohne Preisgabe rechtsstaalicher Grundsätze den Strafprozeß, insbesondere die Hauptverhandlung, zu beschleunigen ?, Band II/1 (Sitzungsberichte - Referate und Beschlüsse), Teil M, München, Beck.

Stead, Philip John

1983: The Police of France, New York, Macmillan Publishing Company.

- Stein, Ekkehart
1998: Staatsrecht, 16., neu bearbeitete Auflage, Tübingen, Mohr Siebeck.
- Stein, Friedrich
1907: Zur Justizreform, Sechs Vorträge, Tübingen, Mohr.
- Steiner, Dirk
1995: Das Fairneßprinzip im Strafprozeß, Frankfurt, Lang.
- Steininger, Einhard
1989: Die Kontrolle der Tatfrage im schöffengerichtlichen Verfahren, Geschichte, Gesetz, Praxis, Reform, Verlag der Österreichischen Staatsdruckerei.
- Stenglein, W.
1894: Wider die Berufung, Ein Mahnwort zur Novelle der Strafprozeßordnung, Berlin, Verlag von Otto Liebmann.
- Steuerlein, Bruno
1935: Die strafprozessuale Revision, Diss. Tübingen.
- Stockler, Francisco de Borja Garção
1826: Esboço do Plano de um Codigo Criminal Militar, in Obras, Tomo II, Lisboa, pp. 209 a 249.
- Stolzenburg
1938: Die Berufung, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 357 a 384.
- Strauss
1936: Die Organisation der Strafgerichtsbarkeit, in GerS, 107 (1936), pp. 209 a 221.
- Streibl, Remig
1938: Die Voraussetzungen der gerichtlichen Verhaftung im neuen Strafprozessrecht, Diss. München.
- Stumpf, Michael
1988: Die Berufung im deutschen Strafprozess (Geschichte, gegenwärtiger Stand, Reformvorschläge), Diss. Würzburg.
- Subtil, José Manuel Louzada Lopes
1986: O Vintismo e a Criminalidade (1820/1823), Diss. da Universidade Nova de Lisboa.
1990: Forças de segurança e modos de repressão (1760-1823), in Fernando Marques da Costa et al., Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850, Lisboa, Vega, pp. 32 a 43.
1994: O Desembargo do Paço (1750-1833), volume I, Lisboa, Diss. da Universidade Nova de Lisboa.
- Szramkiewicz, Romuald, e Jacques Bouineau
1998: Histoire des Institutions, 1750-1914, Droit et Société en France de la fin de l' Ancien Régime à la Première Guerre Mondiale, quatrième édition, Paris, Litec.
- Tambá, Vassanta Porobo
1959: O Problema da Legitimidade dos «assistentes» para acusar por crimes públicos desacompanhados do Ministério Público, Albergaria-a-Velha, Tipografia Vouga.

1972: Sobre a assistência de Advogado às declarações do arguido na Instrução Preparatória, Reflexões críticas sobre os Acs. do STJ de 24.2.65 e de 30.6.71, Lisboa, Livraria Petrony.

Tarello, Giovanni

1997: Storia della cultura giuridica moderna, Assolutismo e codificazione del diritto, Bologna, il Mulino.

Taruffo, Michele

1979: Note sulla Garanzia Costituzionale della Motivazione, in BFD, volume LV (1979), pp. 29 a 38.

Tavares, António Francisco

1887: Reorganisação judicial, in GRL, 3.º ano (1887), pp. 65 a 68, 81 a 83, 89 e 90, 681 a 684, 769 a 772, e 4.º ano (1890), pp. 393 a 396, 401 a 403, e 425 a 427.

Taylor, David

1998: Crime, Policing and Punishment in England, 1750-1914, London, Macmillan Press Ltd.

Teixeira, Francisco Xavier

1897: Código Aduaneiro Portuguez, comprehendendo os serviços administrativos das alfandegas, das contribuições indirectas, da guarda fiscal, contencioso fiscal, e diferentes disposições em relação com estes serviços, etc., desde 1833-1896, Publicação auctorizada por despacho de s. Exa. o Ministro da Fazenda de 8 de Maio de 1897, Lisboa, Imprensa Nacional.

Teixeira, Lúcio

1975: Reforma Judiciária, in SI, tomo XXIV (1975), pp. 49 a 54.

Teixeira, Luís Alberto Rebelo

1942: O Contencioso Aduaneiro, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Limitada.

Teixeira, Carlos Adérito

2000: Princípio da Oportunidade, Manifestações em sede processual penal e sua conformação jurídico-constitucional, Coimbra, Almedina.

Teixeira, Manuel Fernando Braz

1940: Medidas de Segurança (Ensaio de uma teoria jurídica), Lisboa, Tip. da Cadeia Penitenciária.

Telles, José Homem Corrêa

1840: Projecto do Código do Processo Criminal (manuscrito da biblioteca da Ordem dos Advogados).

1849: Manual do Processo Civil, Supplemento do Digesto Portuguez, Terceira Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Telles, Silva

1903: A Transportação Penal e a Colonisação, Lisboa, Typ. da Livraria Ferin.

Tenreiro, Mário Paulo da Silva

1986: O Direito na Instituição Militar, in RCCS, n. 21, 1986, pp. 121 a 137.

1987: Considerações sobre o Objecto do Processo Penal, in ROA, Ano 47, pp. 997 a 1044.

Terhorst, Karl-Leo

1985: Polizeiliche planmäßige Überwachung und polizeiliche Vorbeugungshaft im Dritten Reich,

Heidelberg, Müller.

Thierack, Georg Otto

1934: Sinn und Bedeutung der Richtlinien für die Strafrechtsreform, in Hans Frank (hrsg.), Denkschrift des Zentralausschusses der Strafrechtsabteilung der Akademie für Deutsches Recht über die Grundzüge eines Allgemeinen Deutschen Strafrechts, Berlin, Decker's Verlag, pp. 25 a 30.

1935: Rechtsmittel und Wiederaufnahme des Verfahrens im künftigen Strafprozessrecht, in GerS, 106 (1935), pp. 1 a 13.

1937: Die Teilnahme von Volksrichtern an dem Urteilsrügeverfahren und an dem Verfahren zur Sicherung der Einheit der Rechtsanwendung und Rechtsentwicklung, in Dörffler (hrsg.), Der Volksrichter in der neuen deutschen Strafrechtsplege, Berlin, Decker's Verlag, pp. 63 a 72.

1938: Die einziginstanzlichen Gerichte, in Franz Gürtner (hrsg.), Das kommende deutsche Strafverfahren, Bericht der amtlichen Strafprozesskommission, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schenck, pp. 78 a 95.

Thode, Karl

1896: Das Verbot der reformatio in peius im Reichsstrafprozess, Diss. Göttingen.

Timbal, Pierre-Clément, e André Castaldo

1993: Histoire des Institutions Publiques et des Faits Sociaux, 9. édition, Paris Dalloz.

Tomé, Jaime

1940: Notas às Leis Fundamentais do Império Colonial Português, Porto, Edição da «Gazeta dos Advogados da Relação de Luanda».

Torrão, Fernando José dos Santos Pinto

2000: A Relevância Político-Criminal da Suspensão Provisória do Processo, Coimbra, Almedina.

Toulemon, André

1930: La Question du Jury, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1930.

Töwe, Wilhelm

1935 a: Das Schwurgericht, in GerS, 105 (1935), pp. 383 a 390.

1935 b: Aufbau der Strafgerichte, in GerS 106 (1935), pp. 14 a 20.

1936 a: Die Neugestaltung der besonderen Verfahrensarten (Schnellverfahren, Strafbefehl, Strafverfügung), in GerS, 107 (1936), pp. 48 a 76.

1936 b: Die Verteidigung im Vorverfahren und beim Übergang zum Hauptverfahren im neuen Strafprozess, in GerS, 107 (1936), pp. 77 a 107.

1936 c: Legalität und Opportunität, in GerS, 108 (1936), pp. 146 a 159.

1936 d: Das Klageerzwingungsverfahren, in GerS, 108 (1936), pp. 262 a 279.

1937: Die Auslese der Volksrichter, in Dörffler, (hrsg.), Der Volksrichter in der neuen deutschen Strafrechtspflege, Berlin, R. v. Decker's Verlag, G. Schank, pp. 111 a 115.

1940 a: Das Strafverfahren im Kriege (Verordnung über Massnahmen auf dem Gebiet der Gerichtsverfassung und der Rechtspflege vom 1. September 1939), in GerS, 114 (1940), pp. 1 a 19.

1940 b: Die besonderen Strafsenate, in GerS, 114 (1940), pp. 234 a 258.

1941: Der Gerichtsbahn, in GerS, 115 (1941), pp. 340 a 361.

Traulsen, Reinhart

1974: Die Aufklärungsrüge des Verteidigers - Voraussetzungen, Praktische Durchführung, Kritik an der herrschenden Meinung, Reformvorschläge, Diss. Kiel.

Trindade, Diamantino Sanches, e Manuel dos Reis de Jesus

1998: Subsídios para a História da Polícia Portuguesa, I Volume, Lisboa, Escola Superior de Polícia.

Tripier, Louis

1857: Code de Justice Militaire pour l' Armée de Terre expliqué par l' Exposé des Motifs, le Rapport et la Discussion au Corps Législatif, suivi 1° du Code d' Instruction Criminelle, du Code Pénal Ordinaire annotés de tous les textes du Droit ancien, intermédiaire et nouveau, indispensables a connaitre pour leur intelligence; 2° des lois organiques de l' armée et des lois complementaires du Code de justice Militaire, Paris, Librairie de Madame Mayer-Odin.

1879: Code de Justice Militaire pour l' Armée de Mer expliqué par l' Exposé des Motifs, le Rapport et la Discussion au Corps Législatif, Deuxième Édition augmentée d' un supplément et mise en rapport avec la législation actuelle para A. Champoudry, Paris, L. Larose Librairie-Éditeur.

Tröndle, Herbert

1967: Zur Frage der Berufung in Strafsachen – Rückschau und Ausblick, in GA, 1967, pp. 161 a 182.

1975: Zur Reform des Rechtsmittelsystems in Strafsachen, in Hans Lüttger, Probleme der Strafprozeßreform, Berlin, de Gruyter, pp. 73 a 106.

Ullmann, Emanuell

1879: Die österreichische Strafprozessordnung vom 1. Februar 1877, in Franz von Holtzendorff (hrsg.), Handbuch des deutschen Strafprozeßrechts in Einzelbeiträgen, Erster Band, Berlin, Verlag von Carl Habel, pp. 80 a 104.

Ulrich, Ruy Ennes

1908: Sciencia e Administração Colonial, Volume I, Introdução, Lições feitas ao curso do 4 ° anno juridico no anno de 1907-1908, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1909: Política Colonial, Lições feitas ao curso do 4 ° anno juridico no anno de 1908-1909, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Vabres, H. Donnedieu de

1929: La Justice Pénale d' aujourd' hui, Paris, Librairie Armand Colin.

1938: La Crise Moderne du Droit Pénal, La Politique Criminale des États Autoritaires, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

1947: Traité de Droit Criminel et de Legislation Penale Comparée, Troisième Édition, Paris, Librairie du Recueil Sirey.

1949: Project de Code d' Instruction Criminelle, in RSCDPC, 1949, pp. 433 a 454, 617 a 650, 796 a 810.

Valasco, Tomé

1677: Locupletissimae, et Utilissimae Explanaciones in Novam Iustitiae Reformationem, Coimbra: na Officina de Manoel Dias, Impressor da Universidade.

Valle, Abel Pereira do

1907: A Organização Judiciaria, Trabalhos da Comissão nomeada por Decreto de 24 de Maio de 1890 e Observações apresentadas pelo dr. Abel Pereira do Valle, Lisboa, Imprensa Nacional.

Varela, João de Matos Antunes

1957: Revisão da Legislação Processual Civil e Problemas Afins, in BMJ n. 65, pp. 5 a 18.

1960: Discurso proferido na inauguração do Tribunal Judicial do Montijo, in BAPIC, n. 6 (1960), pp. 13 a 23.

1961 a: Discurso proferido na inauguração do Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo, in

BAPIC, n. 8 (1961), pp. 5 a 12.

1961 b: Conferência proferida no Palácio de Justiça do Porto, no dia 30.10.1961, in BMJ n. 110 (1961), pp. 13 a 32.

1962: Discurso proferido na cerimónia da posse do novo vice-presidente do Conselho Superior judiciário e dos novos presidentes das Relações do Porto e de Coimbra, no dia 17.10.1962, in BMJ, n. 120 (1962), pp. 5 a 15.

1963: Discurso proferido na cerimónia da posse dos Conselheiros Presidente e Vice-Presidente do STJ, no dia 10.10.1963, in BMJ, n. 130, pp. 5 a 19.

1966 a: Anadia e os grandes vultos da política e da legislação nacional, in BAPIC, n. 19 (1966), pp. 5 a 18.

1966 b: Evolução das Instituições Penais e Penitenciárias nos últimos Quarenta Anos, in BAPIC, n. 19 (1966), pp. 19 a 36.

Vasconcellos, Augusto

1912: Projecto de Codigo do Processo Penal para a Província de Moçambique, Nova-Goa, Typ. da Minerva Indiana.

Vasconcellos, João Rosado de Villalobos e

1786: Elementos da Policial Geral de Hum Estado traduzidos do Francez, Tomo I, Lisboa, Officina Patr. de Francisco Luiz Ameno.

1787: Elementos da Policial Geral de Hum Estado traduzidos do Francez, Tomo II, Lisboa, Officina Patr. de Francisco Luiz Ameno.

Vasconcellos, José Maximo de Castro Neto Leite e

1841: Peculio do Procurador Regio ou Resumpta e Promptuario Alphabetico de todas as Leis, Decretos, Regulamentos, Instrucções, Portarias do Governo, do Thesouro, e da Junta do Credito Publico, assim como das Decisões, e Officios do Conselheiro Procurador Geral da Corôa, Deliberações dos Conselhos dos Procuradores Regios, e Officios Circulares dos Procuradores Regios, em que desde o Anno de 1832 até ao Fim do Anno de 1840 se tem expedido Ordens de Execução Permanente para o serviço do Ministério publico: seguido de uma Taboada Chronologica das mesmas Leis, Decretos, Portarias, Officios, e mais Regulações mencionadas, referindo-se cada Número da Taboada aos Artigos da Resumpta, em que se acham substanciadas as Regulações indicadas na mesma Taboada, Lisboa, Imprensa Nacional.

1845: Reforma Judicial Novissima decretada em 21 de Maio de 1841 segundo a authorisação concedida ao Governo pela Carta de lei de 28 de Novemvro de 1840, Segunda Edição accuradamente correcta, seguida da Tabella dos Salarios, que se mandou observar por Decreto de 12 de Março de 1845; e acompanhada de Breves Notas a muitos Artigos da mesma Reforma, indicando a Legislação de que elles foram deduzidos, ou as Regulações e Modificações que já lhes teem feito as diversas Leis, Decretos, e Portarias do Governo, designadas na Taboa Chronologica que vae no Fim, Lisboa, Imprensa Nacional.

1855: A Syndicancia da Relação do Porto ou Primeiros Traços de Algumas Reformas na Organização, Competencia, Serviço e Processo dos Tribunaes Judiciarios Superiores, Lisboa, Imprensa Nacional.

Vasconcelos, Ernesto J. de C.

1921: As Colónias Portuguesas, Geografia Física, Económica e Política, 3ª edição melhorada, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

Vaz, Alexandre Mário Pessoa

1973: O Tríplíce Ideal da Justiça Célere, Económica e Segura ao Alcance do legislador Processual Moderno (Sugestões para uma reforma judiciária que elimine a curto prazo o nosso actual e vicioso sistema de oralidade pura), in ROA, ano 33 (1973), pp. 167 a 196.

1976: Poderes e Deveres do Juiz na Conciliação Judicial, Volume I, Tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, 1976.

1986: Da Crise da Justiça em Portugal, Os grandes paradoxos da Política Judiciária nos últimos cinquenta anos, in ROA, ano 46, 1986, pp. 625 a 731.

1998: Direito Processual Civil, Do Antigo ao Novo Código, Coimbra, Almedina, 1998.

Vaz, Maria João

1998: Crime e Sociedade, Portugal na Segunda Metade do Século XIX, Oeiras, Celta Editora.

Veiga, António da Mota

1939: A Lei Alemã de 28 de Junho de 1935 e a Analogia em direito Penal, in BIC, ano de 1939, pp. 85 a 214.

Veiga, Catarina

2000: Considerações sobre a Relevância dos Antecedentes Criminais do Arguido no Processo Penal, Coimbra, Almedina.

Veiga, Francisco Maria

1888: O Ministério Público na Primeira Instância, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira.

1908: O Ministério Público na Primeira Instância, Terceira Edição, Coimbra, F. França Amado Editor.

1914: Adições a o Ministério Público na Primeira Instância, Coimbra, F. França Amado Editor.

Veiga, José Manuel da

1837: Código Penal da Nação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional.

Veiga, Pedro

1946: Novo Regime Penal Repressivo do Mercado Negro, Decreto-Lei n. 35.809, de 16 de Agosto de 1946 Anotado, Porto, Edições ao Serviço do Direito.

1947: Código Penal do Mercado Negro na Metrópole e nas Colónias, Condicionismo Económico, Delitos Anti-económicos, Regime Penal e Processual, Anotações e Comentários, Porto, Edições ao Serviço do Direito.

Veiga, Vasco Soares da

1961: Da Oralidade (Estudo a propósito da revisão do Código de Processo Civil), Coimbra, Coimbra Editora.

Veloza, Francisco José

1955: A intervenção do advogado na instrução preparatória, Separata do Tomo IV da SI.

1961: Fundamentação das respostas do Colectivo, in SI, tomo X (1961), pp. 292 a 304.

1971 a: Defesa dos arguidos e processo penal instrutório, in SI, tomo XX (1971), ns. 110 e 111, pp. 336 a 353.

1971 b: O problema dum lei penal comum visto à luz das realidades ultramarinas, in SI, tomo XX (1971), ns. 112 e 113, pp. 514 a 533.

1972: No Campo da Justiça: Intromissões do Poder Executivo (Apontamentos), in SI, tomo XXI (1972), ns. 116 e 117, pp. 252 a 291.

1973: Promoções por mérito à Segunda Instância, in SI, tomo XXII (1973), ns. 120 e 121, pp. 46 a 49.

1986: Nas Vésperas de um novo Código de Processo Penal, in SI, tomo XXXV (1986), pp. 391 a 406.

Verdun, Henri

1922: Des Pratiques Judiciaires de Correctionnalisation, Étude Synthétique et Critique, Aix-en-Provence, Éditions Paul Roubaud.

Verdussen, Marc

1995: *Contours et Enjeux du Droit Constitutionnel Pénal*, Bruxelles, Bruylant.

Vereinigung Berliner Strafverteidiger et al.

1991: *Stellungnahme der Strafverteidiger-vereinigungen zu dem Entwurf eines Gesetzes zur Entlastung der Rechtspflege (BR - Drucksache 314/91)*, Köln.

Vicente, Artur dos Santos

1957: *Infracções contra a Saúde Pública e Antieconómicas*, Decreto-Lei n. 41.204, de 24 de Julho de 1957 comentado e anotado com referência aos diplomas anteriormente publicados e que lhe dizem respeito, Lisboa, Sociedade Editora de «O Comércio dos Viveres», Lda.

Vidal, A. Lúcio

1990: *Conselho Superior Judiciário*, in DJAP, VI.

Vidal, Duarte, e Salgado Zenha

1974: *Justiça e Polícia, Separata da ROA*.

Vidal, Georges

1901: *Cours de Droit Criminel et de Science Pénitentiaire*, Deuxième Édition entièrement refondue et considérablement augmentée, Paris, Arthur Rousseau, Éditeur.

Viegas, Luiz António de Carvalho

1953: *Justiça Militar – Considerações – O Foro Militar e os Reformados*, in RM, 1953, pp. 553 a 575, e 719 a 740, e 1954, pp. 93 a 98.

Vieira, Benedicta Maria Duque

1992: *A Justiça Civil na Transição para o Estado Liberal*, Estudo e Documentos, Lisboa, Edições Sá da Costa.

Villela, Alvaro

1897: *A Revisão no Processo Criminal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Vital, Fézàs

1946: *Direito Constitucional*, Lições publicadas, com autorização, por Maurício Canelas e Marinho Simões, Lisboa, Imprensa Baroeth.

Vogler, Theo

1978: *Möglichkeiten und Wege einer Entkriminalisierung*, in ZStW, 1978, pp. 132 a 172.

Voltaire

1822: *Commentaire sur le livre Des Délits et des Peines (1766)*, in C.-Y., *Des Délits et des peines*, para Beccaria, Traduction nouvelle avec le commentaire de Voltaire, la réponse de Beccaria aux Notes et Observations de Facchinei, les observations de Hautefort, les Lettres relatives à l'ouvrage, les considérations de M. Roederer sur la peine de mort, les Notes (dont quelquesunes inédites) de Diderot, de Morellet, de Brissot de Varville, de Mirabeau, de Servan, de Rizzi, de M. Berenger, etc, précédée d'une notice sur Beccaria, Paris, Brière Librairie.

Vormbaum, Thomas

1988: *Die Lex Emminger vom 4. Januar 1924: Vorgeschichte, Inhalt und Auswirkungen*, Ein Beitrag zur deutschen Strafrechtsgeschichte des 20. Jahrhunderts, Berlin, Duncker & Humblot.

Vouin, Robert

1954: La division du Procès pénal em deux phases, in Marc Ancel (direction), L' Individualisation des Mesures prises a l' égard du Délinquant, Paris, Cujas, 1954, pp. 165 a 186.

Wagner, Albrecht

1959: Der Richter, Geschichte, Aktuelle Fragen, Reformprobleme, Karlsruhe, Verlag C. F. Müller.

1968: Die Umgestaltung der Gerichtsverfassung und des Verfahrens- und Richterrechts im nationalsozialistischen Staat, in Quellen und Darstellungen zur Zeitgeschichte, Band 16/1, Die Deutsche Justiz und der Nationalsozialismus, Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, pp. 191 a 366.

Wagner, Heins, e Rönnau, Thomas

1990: Die Absprachen im Strafprozess, Ein Beitrag zur Gesamtreform des Strafverfahrens mit Gesetzesvorschlägen, in GA, 1990, pp. 387 a 406.

Wagner, Heinz

1984: Die Polizei im Faschismus, in Udo Reifner e Bernd-Rüdeger Sonnen (hrsg.), Strafrecht und Polizei im Dritten Reich, Frankfurt, Campus Verlag, 1984, pp. 161 a 172.

Wagner, Walter

1974: Der Volksgerichtshof im nationalsozialistischen Staat, in Quellen und Darstellungen zur Zeitgeschichte, Band 16/III, Die Deutsche Justiz und der Nationalsozialismus, Stuttgart, Deutsche Verlagsanstalt.

Walter, Michael

1983: Wandlungen in der Reaktion auf Kriminalität, Zur kriminologischen, kriminalpolitischen und insbesondere dogmatischen Bedeutung von Diversion, in ZStW, 1983, pp. 32 a 68.

Weber, Helmut von

1940: Die Strafbarkeit der zur Umgehung des Gestzes im Ausland begangenen Tat, in GerS, 114 (1940), pp. 267 a 278.

Weigend, Thomas

1978: Anklagepflicht und Ermessen, Die Stellung des Staatsanwalts zwischen Legalitäts- und Opportunitätsprinzip nach deutschem und amerikanischen Recht, Baden-Baden.

1988: Wechselverhör in der Hauptverhandlung ?, in ZStW, 100 (1988), pp. 732 a 757.

1990: Absprachen in ausländischen Strafverfahren, Eine rechtsvergleichende Untersuchung zu konsensualen Elementen im Strafprozess, Freiburg, MPI.

1992: Die Reform des Strafverfahrens, Europäische und deutsche Tendenzen und Probleme, in ZStW, 104 (1992), pp. 486 a 512.

Weinkauff, Hermann

1968: Die deutsche Justiz und der Nationalsozialismus, Ein Überblick, in Quellen und Darstellungen zur Zeitgeschichte, Band 16/1, Die Deutsche Justiz und der Nationalsozialismus, Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, pp. 19 a 190.

Wenzel, Alfons

1949: Die Machterweiterung und Machtverminderung der Staatsanwaltschaft in der Zeit von 1933 bis 1945, Diss. Tübingen.

Werle, Gerhard

1989: Strafrecht und polizeiliche Verbrechensbekämpfung im Dritten Reich, Berlin, de Gruyter.

Wheeler, Douglas
1978: *Republican Portugal, A Political History, 1910-1926*, Wisconsin, The University of Wisconsin Press.

Wilensky, Alfredo Héctor
1968: *Tendencias de la Legislación Ultramarina Portuguesa en África*, Braga, Editora Pax.
1969: *Linha Evolutiva da Legislação Ultramarina Portuguesa*, in *SI*, Tomo XVIII (1969), pp. 25 a 42.

1971: *La Administración de Justicia en África Continental Portuguesa (Contribución para su Estudio)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

Wohlers, Wolfgang
1994: *Entstehung und Funktion der Staatsanwaltschaft, Ein Beitrag zu den rechtshistorischen und strukturellen Grundlagen des reformierten Strafverfahrens*, Berlin, Duncker & Humblot.

Wolf, Erik
1935: *Das Künftige Strafsystem und die Zumessungsgrundsätze*, in *ZStW*, 54 (1935), pp. 544 a 574.

Wolter, Jürgen
1980: *Schuldinterlokut und Strafzumessung, Rechts- und Sozialstaat, Rechts- und Sozialwissenschaften im Strafprozess*, in *GA*, 1980, pp. 81 a 106.

1985: *Strafverfahrensrecht und Strafprozessreform*, in *GA*, 1985, pp. 49 a 92.

1989: *Informationelle Erledigungsarten und summarische Verfahren bei geringfügiger und minderschwerer Kriminalität – Ein Beitrag zur Gesamtreform des Strafverfahrens mit Gesetzesvorschlägen*, in *GA*, 1989, pp. 397 a 429.

1991: *Aspekte einer Strafprozeßreform bis 2007*, München, Beck.

1995: *Zur Theorie und Systematik des Strafprozeßrechts, Nachschau und Ausblick*, in Jürgen Wolter (hrsg.), *Zur Theorie und Systematik des Strafprozeßrechts*, Neuwied, Luchterhand, 1995, pp. 267 a 281.

Wormser-Migot, Olga

1968: *Le Système Concentrationnaire Nazi (1933-1945)*, Paris, Presses Universitaires de France.

Xavier, Alberto

1913: *Erros Judiciários, Sua Descoberta, Sua Reparação, Esboço jurídico sobre o problema da revisão dos processos crimes*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Zachariae, Heinrich Albert

1868: *Handbuch des deutschen Strafprozesses, Systematische Darstellung des auf den Quellen des gemeinen Rechts- und der neuern deutschen Gesetzgebung beruhenden Criminalverfahrens, in wissenschaftlicher Begründung und Verbindung, Zweiter Band, welcher die das Strafverfahren selbst betreffenden Lehren enthält*, Göttingen, Verlag der Dieterichschen Buchhandlung.

Zenha, Francisco Salgado

1947: *Do Habeas Corpus*, Diss. da Faculdade de Direito de Coimbra.

1964: *As Medidas de Segurança do Dec.-Lei 40.550, Um Caso de Medida de Segurança sem Crime, Alegação para o STJ*, Montijo, Gráfica Montijense.

1968: *Notas sobre a Instrução Criminal*, Braga, Centro Gráfico de Famalicão.

1969: *Quatro Causas*, Lisboa, Livraria Morais Editora.

1973: *A Constituição, o Juiz e a Liberdade Individual*, Lisboa, Separata da ROA.

Ziegler, Benno

1961: Bestehen Möglichkeiten zur Beseitigung der inquisitorischen Stellung des erkennenden Gerichts de lege ferenda ?, Diss. München.

Zipf, Heinz

1982: Empfiehlt es sich, die Vorschriften über die Öffentlichkeit des Strafverfahrens neu zu gestalten, insbesondere zur Verbesserung der Rechtsstellung des Beschuldigten weitere nicht-öffentliche Verfahrensgänge zu entwickeln ?, in Ständigen Deputation des Deutschen Juristentages, Verhandlungen des Vierundfünfzigsten Deutschen Juristentages, Band I (Gutachten), Teil C, München, Beck.

Zuliani, Dario

1995: La Riforma Penale di Pietro Leopoldo, 2 ° volume, Milano, Giuffrè.

Índice

Plano da Dissertação	3
Introdução Metodológica	11
1. O objecto	11
2. O instrumento	14
3. O critério	16
Título 1 ° - A Jurisdição Penal Comum	19
Capítulo 1 ° - O Paradigma Judiciário do final do Antigo Regime	20
1. O município e a administração da justiça criminal: da assembleia dos homens-bons à câmara dos vereadores e do juiz ordinário	20
2. O senhorio e a administração da justiça criminal: os coutos e as honras e a política régia de cerceamento do âmbito da jurisdição senhorial	23
3. O rei e a administração periférica da justiça criminal: os meirinhos, os corregedores e os juizes de fora	27

4. O rei e a administração central da justiça criminal: a institucionalização dos tribunais superiores e a sedimentação do processo penal comum	31
5. O último fôlego do Antigo Regime: o Ensaio de Código Criminal de Pascoal José de Mello Freire (1789)	56
Capítulo 2 ° - A Emergência do Paradigma Judiciário Liberal	67
1. A Constituição vintista e a primeira tentativa de criação de um novo processo: o Decreto das Cortes de 2.11.1822	67
2. O Extracto de Projecto de Codigo de Delictos e Penas e da Ordem do Processo Criminal de José Maria Forjaz de Sampaio (1823)	95
Capítulo 3 ° - A Consagração do Paradigma Judiciário Liberal	101
1. A Carta Constitucional	101
2. A Reforma Judiciária (1832)	112
3. Os Projectos de Ordenações para o Reino (1831), o Projecto de Código Geral (1834) e o Projecto de Código Político (1838) de Silvestre Pinheiro Ferreira	146
4. O Progetto di Codice di Procedura Criminale de Giovanni Carmignani (1836)	165
Capítulo 4 ° - A Revisão do Paradigma Judiciário Liberal	176
1. A Nova Reforma Judiciária (1836-1837)	176
2. A Constituição setembrista	203
3. O Projecto de Codigo do Processo Criminal de José Homem Corrêa Telles (1840)	210
4. A Novíssima Reforma Judiciária (1841)	218
5. O Projecto de Código do Processo Civil e Criminal de José Joaquim Sant' Anna (1847)	255
Capítulo 5 ° - A Crise do Paradigma Judiciário Liberal	263
1. A multiplicação de novas formas de processo especiais	263
2. A criação da jurisdição penal da marinha mercante e da jurisdição penal aduaneira	286
3. A restrição da competência das magistraturas populares	301

4. A simplificação do processo comum: a reforma do processo preparatório e dos recursos	313
Capítulo 6 ° - A Frustração de Diversas Tentativas Doutrinárias de Recuperação do Paradigma Judiciário Liberal	335
1. O Projecto de Código de Processo Criminal (1874), o Projecto Definitivo de Código de Processo Criminal (1882), o Projecto de Código de Processo Penal (1886) de José da Cunha Navarro Paiva	335
2. O Projecto de Código do Processo Criminal de Alexandre de Seabra (1886)	355
3. A Proposta de Código de Processo Penal de José de Alpoim Borges Cabral (1899)	369
Capítulo 7 ° -A Exasperação da Crise do Paradigma Judiciário Liberal com a República	377
1. A legislação de emergência do governo provisório e a Constituição da República (1911)	377
2. A reforma do processo preparatório	385
3. O reforço da participação popular na administração da justiça	393
4. O Projecto de Código de Processo Penal de Armando Marques Guedes (1916)	405
Capítulo 8 ° - O Desmantelamento do Paradigma Judiciário Liberal pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo	412
1. O Estatuto Judiciário de 1927	412
2. O Código de Processo Penal (1929) e a legislação processual penal especial	435
3. A Constituição da República do Estado Novo	469
4. A consagração de um novo direito securitário na Reforma Prisional	476
5. A reforma da jurisdição penal aduaneira e da marinha mercante	494
Capítulo 9 ° - A Consagração do Paradigma Judiciário Autoritário	503
1. A reforma da organização judiciária e do processo penal de 1945/1948	503
2. O reforço interno do específico modelo consagrado	575
3. A tentativa de renovação do modelo consagrado: a Lei n. 2/72, de 10.5	594

4. O Anteprojecto de Código de Processo Penal de Vera Jardim e Maia Gonçalves (1973)	614
Capítulo 10 ° - A Revolução de 25 de Abril de 1974 e a transição para o novo CPP de 1987	624
1. A nova Constituição da República e a adaptação gradual do direito ordinário	624
2. O Anteprojecto de Código de Projecto Penal de Maia Gonçalves (1983)	641
3. A desconstrução jurisprudencial da estrutura do processo consagrado no Código de Processo Penal de 1929	648
Título 2° - A Jurisdição Penal Militar	670
Capítulo 1 ° -O Paradigma Judiciário do final do Antigo Regime	671
1. A instituição das bases modernas da organização judiciária militar: da criação do Conselho de Guerra (1640) à reforma do Conde de Lippe (1763)	671
2.A regulamentação autónoma tardia do processo penal militar: o Alvará de 4.9.1765	679
3. O último fôlego do Antigo Regime: o Esboço de Projecto de Código Criminal Militar de Garção Stockler (1805) e o Código Penal Militar de 1820	689
Capítulo 2° - A Emergência do Paradigma Judiciário Liberal	695
1. As Cortes Constituintes de 1820 e o problema do foro militar	696
2. A primeira tentativa de criação de um novo tribunal superior e de um novo processo: o Decreto da Regência dos Açores de 4.11.1830	703
3. A criação do Supremo Conselho de Justiça Militar do Exército e da Marinha e a unificação dos tribunais superiores	707
Capítulo 3 ° - A Consagração do Paradigma Judiciário Liberal	713
1. Os antecedentes doutrinários: o Projecto de Código do Processo Criminal da Armada da Comissão presidida pelo Visconde da Granja (1857) e o Projecto de Código	

de Justiça Militar de António Barros e Sá (1869)	714
2. O Código de Justiça Militar para o Exército de Terra de 1875	724
Capítulo 4º - A Extremação das Tendências Antagónicas Inerentes ao Específico Modelo Consagrado	735
1. O Projecto de Código de Justiça Militar da Comissão presidida por António Barros e Sá (1889)	735
2. O Código de Justiça Militar de 1895	740
3. O Código de Justiça da Armada de 1899	744
Capítulo 5º -A Renovação Fracassada do Paradigma Judiciário Liberal pela República	748
1. O Código de Processo Criminal Militar de 1911	748
2. A tentação do recurso à justiça militar extraordinária	757
3. O Código de Justiça Militar de 1925	764
Capítulo 6º - A Compressão do Paradigma Judiciário Liberal	769
1. A criação dos tribunais militares especiais	769
2. As revisões fundamentais de 1931 e 1965	783
Capítulo 7º - A Revolução de 25 de Abril de 1974 e a transição até à Constituição de 1976	791
Título 3º - A Jurisdição Penal Ultramarina	801
Capítulo 1º - A Difícil Implantação do Paradigma Judiciário Liberal	802
1. A pluralidade de métodos de administração ultramarina no Antigo Regime	802
2.As graves limitações do modelo judiciário consagrado na reforma de 1836/1837	809
3. Os aperfeiçoamentos das reformas legislativas da Regeneração	814

4. O cume do processo de evolução legislativa: o Regimento da Administração da Justiça nas Províncias Ultramarinas, de 20.2.1894	822
Capítulo 2º - A Crise do Paradigma Judiciário Liberal	832
1: A premência da legislação colonial de adaptação (1892-1908)	832
2: A ruptura teórica com o anterior paradigma e o prenúncio de um novo paradigma	844
Capítulo 3º - A Consagração de um novo Paradigma Judiciário Dualista	850
1. A Constituição de 1911 e a ineficácia relativa da Lei n. 277, de 15.8.1914	850
2. O Projecto de Código do Processo Penal para a Província de Moçambique de Augusto Vasconcellos (1912)	859
3. A realização do novo paradigma pela Ditadura Militar	865
4. A redefinição do paradigma pelo Acto Colonial (1930) e pela Carta Orgânica do Império Colonial Português (1933)	878
Capítulo 4º - O Abandono do Paradigma Judiciário Dualista	884
1. O retorno à política de assimilação com a Revisão Constitucional de 1951	884
2. A inversão radical do legislador na reforma de 1961	898
Título 4º - A Emergência do Paradigma Judiciário Social	916
1. O princípio da proporcionalidade das restrições dos direitos fundamentais e a eficiência da acção pública de perseguição criminal	917
2. O conceito material de igualdade e a concretização do Estado de Direito social no processo penal	933
3. A transparência do exercício da justiça penal como instrumento de aperfeiçoamento da imparcialidade do tribunal	939

Conclusões	949
Fontes de Arquivo e Bibliografia	957
Índice	1076